

Relatório da Administração - 2020

Enel Brasil S.A.

Relações com Investidores

Raffaele Enrico Grandi
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Isabel Regina Alcantara
Responsável por Relações com Investidores

<https://www.enel.com.br/investidores.html> | brasil.investorrelations@enel.com

Prezados Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Enel Brasil S.A. (ou “Companhia” ou “Enel Brasil”) submete à apreciação o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

1 PERFIL

Maior empresa privada do setor elétrico brasileiro, a Enel Brasil S.A. é uma holding de companhias que atuam nos segmentos de geração, conversão, transmissão e distribuição de energia, além de prestação de serviços. Com sede em Niterói (RJ), a empresa mantém operações em cinco estados brasileiros: Rio de Janeiro, Ceará, Goiás, São Paulo e Rio Grande do Sul. O Grupo Enel, por meio da Enel Américas S.A., sediada no Chile, detém 100% do Capital Social votante da Companhia (99,16% do capital total).

No segmento de Distribuição de energia, as concessionárias controladas pela Enel Brasil atendem mais de 17 milhões de unidades consumidoras em 511 municípios nos estados do Ceará (Enel Ceará), Goiás (Enel Goiás), Rio de Janeiro (Enel Rio) e São Paulo (Enel São Paulo), fornecendo energia a consumidores residenciais, comerciais, industriais, rurais e do setor público.

Em Geração, as três unidades controladas pelo Grupo (EGP Cachoeira Dourada, EGP Volta Grande e Enel Geração Fortaleza) contam com uma capacidade instalada combinada de aproximadamente 1,4 GW, atendendo distribuidoras, comercializadoras e clientes livres de diversas partes do País.

Por meio da controlada Enel X Brasil, constituída em 2009, a Enel Brasil oferece produtos massivos e presta serviços corporativos e institucionais, a exemplo de instalações elétricas e eficiência energética, para pessoas físicas e jurídicas, e conta com operações comerciais em praticamente todos os estados do Brasil.

A Enel Brasil é, ainda, controladora da Enel Cien, no segmento de conversão e transmissão de energia, responsável pela operação de linhas de transmissão com cerca de mil quilômetros de extensão e capacidade de conversão de 2.200 MW, que compõem a interconexão entre Brasil e Argentina.

2 PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores Operacionais Distribuição

	2020	2019	Variação	Var. %
Energia Fornecida - Venda e Transporte (GWH) - Total	77.727	81.412	(3.685)	-4,5%
Número de Consumidores Faturados	17.317.319	16.651.375	665.944	4,0%

Indicadores Operacionais Geração

	2020	2019	Variação	Var. %
Capacidade instalada (MW)	1.365	1.365	-	0,0%
Energia assegurada (Garantia Física) (MWm)	944	944	-	0,0%
Geração de energia elétrica - Total (GWh/ano)	4.825	5.291	(466)	-8,8%
Venda de energia elétrica - Total (GWh/ano)	17.283	18.243	(960)	-5,3%

Indicadores Operacionais Transmissão

	2020	2019	Variação	Var. %
Capacidade Transmissão (MW)	2.200	2.200	-	0,0%
Energia Transmitida (GWh)	2.944	450	2.494	554,2%

Indicadores Operacionais Serviços

	2020	2019	Variação	Var. %
Potência Vendida(KWp) - Segmento B2B	11.072	6.700	4.372	65,2%
Potência Vendida(KWp) - Segmento B2C	330	0	330	n.a
Base de clientes Massivos	1.012.300	918.919	93.381	10,2%
Cancelamentos Segmento Massivo	1,32%	2,14%	(0)	-0,82 p.p

B2B (*Business to Business*) - Negociações realizadas para pessoa jurídica.

B2C (*Business to Consumer*) - Negociações realizadas para pessoa física.

Número de Colaboradores

	2020	2019	Variação	Var. %
Número de colaboradores próprios	9.527	10.108	(581)	-5,7%
Número de colaboradores parceiros	35.563	42.575	(7.012)	-16,5%
Total	45.090	52.683	(7.593)	-14,4%

2 PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores Patrimoniais

Consolidado	2020	2019	Varição	Var. %
Ativo total (R\$ Mil)	80.082.694	68.766.971	11.315.723	16,5%
Patrimônio líquido (R\$ Mil)	26.018.669	23.920.601	2.098.068	8,8%
Valor patrimonial por ação (R\$)	42,18	43,56	(1,38)	-3,2%

Endividamento

Consolidado	2020	2019	Varição	Var. %
Dívida Bruta (R\$ Mil)	14.246.624	13.905.464	341.160	2,5%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	(4.167.871)	(3.154.716)	(1.013.155)	32,1%
Dívida Líquida (R\$ Mil)	10.078.753	10.750.748	(671.995)	-6,3%

3 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Valores em R\$ Mil - Consolidado

	2020	2019	Varição	Var. %
Receita Operacional Bruta	55.492.572	53.795.580	1.696.992	3,2%
Deduções da Receita Bruta	(19.201.835)	(20.083.831)	881.996	-4,4%
Receita Operacional Líquida	36.290.737	33.711.749	2.578.988	7,7%
Custo do Serviço e despesas operacionais	(32.364.998)	(30.149.869)	(2.215.129)	7,3%
EBITDA (1)	5.852.002	5.626.704	225.298	4,0%
Margem EBITDA	16,13%	16,69%	-	-0,56 p.p
EBIT (2)	3.925.739	3.561.880	363.859	10,2%
Margem EBIT	10,82%	10,57%	-	0,25 p.p
Resultado Financeiro	(1.565.058)	(1.408.725)	(156.333)	11,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(776.038)	1.249.976	(2.026.014)	-162,1%
Lucro Líquido	1.584.643	3.403.131	(1.818.488)	-53,4%
Atribuível aos acionistas controladores	1.441.657	3.181.550	(1.739.893)	-54,7%
Atribuível aos acionistas não-controladores	142.986	221.581	(78.595)	-35,5%
Margem Líquida	4,37%	10,09%	-	-5,72 p.p
Lucro Líquido por ação (R\$)	2,59	6,25	(3,66)	-58,6%

(1) EBITDA: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro + Depreciação e Amortização

(2) EBIT: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro

O desempenho econômico da Enel Brasil S.A. espelha os fatos econômicos associados às empresas as quais consolida.

A receita operacional bruta de 2020 foi superior a apresentada no ano de 2019 em 3,2%, devido, principalmente, ao segmento de distribuição. As maiores variações nesse seguimento foram decorrentes dos seguintes fatores: (i) aumento de R\$ 2,0 bilhões relativo a valores a receber da parcela A e outros itens financeiros; e (ii) aumento de R\$ 1,85 bilhão na receita de uso da rede elétrica por consumidores livres-revenda e suprimento. Esse aumento foi parcialmente compensado pela redução da receita com fornecimento faturado em R\$ 2,8 bilhões (R\$ 30,7 bilhões em 2020 versus R\$ 33,5 bilhões em 2019) explicado principalmente pela redução de consumo dos

segmentos residencial, industrial e comercial, impactados sobretudo pelo efeitos da deterioração econômica causada pela pandemia do COVID-19.

Os custos e despesas operacionais apresentaram um incremento de 7,3%, explicado, principalmente, por (i) maiores custos em energia elétrica comprada para revenda, com uma variação de R\$ 748,9 milhões em relação a 2019; (ii) maior encargos do uso do sistema de transmissão em um montante de R\$ 560,9 milhões; (iii) aumento de R\$ 566,5 milhões nos encargos dos serviços de sistema; (iv) aumento de R\$ 281,4 milhões nas despesas com serviços de terceiros para adequação e melhorias em operação e manutenção das distribuidoras; e (v) incremento nas rubricas de provisões para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e perdas com recebíveis de cliente em R\$ 293,8 milhões. Esses efeitos foram parcialmente compensado pela redução de R\$ 520,2 milhões em custos de pessoal e administradores.

O EBITDA consolidado da Enel Brasil alcançou R\$ 5,9 bilhões, R\$ 225,3 milhões superior ao apresentado em 2019 (R\$ 5,6 bilhões).

O resultado financeiro fechou 2020 com uma despesa líquida de R\$ 1,6 bilhão, R\$ 156,3 milhões superior ao apresentado no ano anterior (R\$ 1,4 bilhão), devido, principalmente aos efeitos de variação cambial sobre a dívida em moeda estrangeira da Companhia, dada a desvalorização do Real frente ao dolar ocorrida entre os períodos e aumento de atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, parcialmente compensado por menores encargos de dívidas.

As despesas com imposto de renda e contribuição social apresentaram um aumento de R\$ 2,0 bilhões em relação ao ano anterior, em função, principalmente, do efeito extraordinário registrado em 2019 relativo à reversão de tributos diferidos passivos, explicada, basicamente, pelo efeito da incorporação reversa da Enel Sudeste Investimentos S.A., que resultou em um impacto positivo no resultado da controlada no montante de R\$ 2 bilhões.

Em decorrência dos efeitos acima, a Enel Brasil encerrou o exercício com um lucro líquido de R\$ 1,6 bilhão, uma redução de R\$ 1,8 bilhão em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 3,4 bilhões).

A Enel Brasil mantém a sustentabilidade em sua estratégia, integrando o plano industrial com o seu plano de sustentabilidade. Desta forma, envolve todas as áreas da companhia para desenvolvimento sustentável do negócio e da sociedade. Seu planejamento estratégico é executado a partir das perspectivas dos principais públicos de relacionamento: acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e fornecedores e possui objetivos, metas e indicadores monitorados nas diversas áreas da empresa, em alinhamento com os 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS). As empresas Enel têm metas diretas para seis deles: Educação de Qualidade (ODS 4); Energia Limpa e Acessível (ODS 7); Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

Dentro da visão global da Enel de ajudar a solucionar os maiores desafios do mundo, em 2020, a holding apoiou os países de sua área de atuação no enfrentamento e na redução dos danos causados pela Covid-19. No Brasil, com a campanha #JuntosNaMesmaEnergia, foi lançado um pacote de iniciativas que destinou R\$ 23,4 milhões para diversas ações em várias frentes no país, incluindo a doação de R\$ 3 milhões para produção de testes rápidos pela Fiocruz, distribuição de cestas básicas, alimentos, itens de higiene, EPIs, máscaras de proteção cirúrgicas e leitos de unidades de terapia intensiva. A Enel apoiou a geração de renda de pequenos produtores por meio da produção de máscaras e cobertores de proteção que foram doados à população. A empresa adaptou seus projetos de sustentabilidade para que as comunidades fossem atendidas durante o período de isolamento social, realizou diversas oficinas e atividades online, além de promover a eficiência energética em 14 hospitais

Relatório da Administração

Enel Brasil S.A.

que cuidam de pacientes com Covid no país. Por meio de seu portal de voluntariado, Rede do Bem, foram realizadas campanhas de incentivo à participação de colaboradores e clientes em ações como: doação para a produção de testes rápidos pela Fiocruz; doação, em sistema virtual de crowdfunding, para instituições sociais de cinco estados brasileiros, entre outros. Essas ações envolveram mais de 1.000 voluntários.

O programa de sustentabilidade da Enel Brasil, Enel Compartilha, vem atuando para promover o consumo consciente e o acesso à energia a todas as pessoas, destacando-se o combate ao desperdício e ao uso irregular de energia. Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, agregar ferramentas para melhoria da qualidade da educação de crianças e jovens, além de apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades também são focos de sua atuação.

Os 317 projetos desenvolvidos pela Enel Brasil em 2020 beneficiaram mais 1,3 milhão de pessoas, com um investimento de R\$ 137 milhões. Também foram gerados mais de R\$ 6,3 milhões em renda para as comunidades por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo. A Enel, em suas empresas distribuição, trocou gratuitamente cerca de 19 mil geladeiras e 260 mil lâmpadas de clientes através das diversas iniciativas de eficiência energética. Entre os vários projetos realizados, destacam-se:

Ecoenel: É um programa de troca de resíduos recicláveis por bônus na conta de energia. Em 2020, as quatro distribuidoras coletaram 6.067 toneladas de resíduos nos 246 pontos em atividade, o que resultou em um bônus de 1,5 milhões de reais. Além disso, devido à reinserção desses produtos na cadeia produtiva, foram economizados 26.643.946 kWh em energia e evitada a emissão de 18 mil toneladas de CO². O programa é gerenciado pela Enel e operado em parceria com recicladores locais e empresas públicas que trabalham na limpeza e gestão de resíduos no nível municipal.

Enel Compartilha Liderança em Rede: Presente nas quatro distribuidoras do grupo, o projeto constrói uma rede de relacionamentos com lideranças locais, que se encontram periodicamente em várias frentes regionais para dialogar sobre temas relevantes para as empresas e para os líderes, que representam as comunidades. Uma das iniciativas da rede é o projeto “Energia Segura”, através do qual os líderes recebem informações sobre segurança no uso da rede de energia e as multiplicam para a população de suas áreas de atuação. As 750 lideranças engajadas em 2020 têm um papel estratégico de suporte operacional para atuação da empresa em áreas de complexidade social.

Enel Compartilha Oportunidade: O projeto tem como objetivo formar jovens para o mercado de trabalho, por meio de capacitação profissional técnica para que possam atuar em empresas parceiras da Enel, reduzindo assim a rotatividade e gerando valor compartilhado. Durante a pandemia, o projeto foi adaptado para atividades on-line incluindo oficinas de preparação para o mercado de trabalho e conduta no primeiro emprego. Temas técnicos também são tratados, como: orientações para o uso eficiente de energia, segurança com a rede elétrica, assim como temas sobre sustentabilidade e os ODS. O projeto conta, ainda, com cursos técnicos de eletricitista. A Enel mantém parcerias com empresas e instituições para os cursos de capacitação e para a empregabilidade desses jovens. Em 2020 cerca de 19 mil jovens foram beneficiados.

Enel Compartilha Eficiência – Prédios Públicos e Comerciais: O principal objetivo desse projeto é promover o uso racional de recursos energéticos para clientes dos setores público e privado. Para viabilizar as ações, a Enel realiza anualmente a Chamada Pública de Projetos, que é um instrumento de seleção de projetos de eficiência energética voltado para esses clientes. Essas melhorias envolvem troca de iluminação, modernização dos sistemas de ar-condicionado, instalação de sistema e placas solares fotovoltaicas, entre outras. São atendidos: unidades do poder público (escolas, hospitais e universidades), instituições de segurança pública (corpo de bombeiros, unidades da polícia, forças armadas) e clientes comerciais (unidades filantrópicas sem fins lucrativos e clientes com fins lucrativos). Em 2020, foram finalizados 33 projetos e beneficiadas cerca de 90 mil pessoas, além de mais 30 projetos já terem iniciado.

Rede do Bem: Lançada em 2012, a Rede do Bem, programa de voluntariado da Enel no Brasil, estimula a cidadania e a cultura de engajamento social, através de campanhas, mutirões e doações, com apoio de uma plataforma digital que permite aos colaboradores da empresa serem protagonistas das atividades. Em 2020, foram engajados 1.659 voluntários(as) e beneficiadas mais de 20 mil pessoas. Além das diversas ações voltadas para apoio ao combate do COVID-19, outro destaque foi a ação Mulheres de Energia, voltada para a promoção da equidade de gênero, que alcançou 768 beneficiados em colégios e universidades.

Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”: Criado com o objetivo de difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor – incentivando colaboradores, fornecedores, clientes e sociedade a adotar atitudes sustentáveis e criar valor compartilhado. Inspirado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) o programa se divide em 4 frentes: Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano, e em 2020 alcançou o total de 5.442 participantes em 27 atividades de engajamento.

Parceiro Responsável: Desde 2007, esse programa desenvolve a cadeia de suprimentos da Enel sobre sustentabilidade e a Agenda 2030 da ONU. Em 2020, foram capacitadas 1.206 pessoas de 364 empresas fornecedoras, além de 133 colaboradores Enel, incluindo compradores e gestores de contrato. Entre os temas, destacam-se Gestão da Mudança Sustentável, Impactos da Desigualdade Social, Vieses Inconscientes, Economia Circular, Ética, Lei Geral de Proteção de Dados e Certificações Ambientais. Anualmente são premiadas as empresas com as melhores práticas em sustentabilidade.

Due Diligence de Direitos Humanos (DDDH): Em 2020, a Enel realizou o 2º Ciclo de DDDH para identificar riscos, impactos e oportunidades de melhoria em suas atividades no Brasil. A metodologia envolveu todos os principais stakeholders e identificou o nível de 95% de integração das políticas da Enel aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, contra 73% de aderência identificada no 1º Ciclo de DDDH, de 2017, e gerou um Plano de Ação de melhorias para os próximos 2 anos, que será monitorado pelo Comitê Executivo da Enel.

Certificações

As empresas da Enel Brasil contam com um Sistema de Gestão Integrado (SGI) que busca a excelência na qualidade e o constante aprimoramento de seus serviços. As empresas possuem as seguintes certificações ISO: a 9001 em qualidade, a 14001 em meio ambiente, a 45001 sobre saúde e segurança ocupacional, a 50001 em gestão de energia e a 37001 em gestão antissuborno. Na Enel Distribuição Goiás já estão em andamento planos de ação para certificações na ISO 45001 sobre saúde e segurança ocupacional e ISO 14001 em meio ambiente.

Prêmio ‘Valor Inovação’, do jornal Valor Econômico

A Enel Brasil está entre as cinco empresas mais inovadoras do setor elétrico do País. O prêmio busca incentivar e reconhecer os esforços bem-sucedidos em inovações e em práticas de gestão da inovação, em âmbito nacional. Essa conquista reforça que os projetos e ações inovadores da Enel contribuem significativamente com avanços para o setor elétrico.

Empresa Amiga da Criança

A Enel Brasil recebeu mais uma vez o selo concedido pela Fundação Abrinq, em reconhecimento as diversas iniciativas do Grupo voltadas para o apoio e desenvolvimento de crianças e jovens, assim como de engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva.

Empresa Pró-Ética

A Enel Brasil é reconhecida como uma Empresa Pró-Ética no país por meio da Controladoria-Geral da União (CGU) do governo federal. A iniciativa avalia empresas em relação a práticas de prevenção de atos de corrupção

e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio, nos últimos 2 anos. A Enel já foi reconhecida pelo programa nos anos de 2016 e 2017, quando a premiação era anual, em 2018/2019 quando o processo passou a ser bienal. A próxima premiação 2020/2021 será divulgada no final de 2021.

Galeria de Notáveis 2020 da Money Report - Sustentabilidade

Nicola Cotugno - country manager da Enel Brasil – foi selecionado para a Galeria de Notáveis na categoria de Sustentabilidade na 5ª edição do prêmio promovido pela revista Money Report, organização que anualmente seleciona as empresas, organizações e personalidades que fizeram a diferença para o país.

Certificação Top Employer

Pela terceira vez consecutiva, a Enel Brasil foi certificada como uma empresa Top Employer. A certificação, realizada pelo Top Employers Institute, é internacional e avalia práticas de gestão de RH e condições dos colaboradores dentro das organizações.

Anuário Época Negócios 360

Em 2020, fomos destaque no Anuário Época Negócios 360º, uma das mais importantes premiações do País, que ranqueia as 300 melhores companhias brasileiras. Fruto de uma parceria entre a revista Época e a Fundação Dom Cabral, a publicação contempla diferentes setores, entre eles, o de Energia. Na dimensão de Sustentabilidade, a Enel ficou na 15ª posição entre as 300 empresas listadas no Guia de todos os setores.

Prêmio Abrafac 2020

A Associação Brasileira de Facilities (Abrafac) reconheceu a Enel Brasil em três diferentes categorias do 15º Prêmio Abrafac de Melhores do Ano. Conquistamos o 1º lugar na categoria de Serviços com o aplicativo Mobicity, e o 2º lugar nas categorias de Responsabilidade Social e Sustentabilidade com o projeto “Construções Sustentáveis – Certificação AQUA-HQE no Centro de Excelência Operacional da Enel RJ” e na categoria de Tecnologias com o projeto “Gestão de serviços através de novas tecnologias – Software de limpeza e manutenção predial”.

Prêmio Nacional de Gestão de Ativos

A Enel Brasil se destacou mais uma vez no único Encontro de Gestão de Ativos para Empresas do Setor Elétrico (Egaese), no país. O Grupo foi premiado nas categorias de Atividades do Ciclo de Vida, Gestão Estratégica e Impactos Regulatórios, com os três projetos enviados para a premiação. O encontro reuniu cerca de 300 especialistas e executivos de empresas de geração, transmissão e distribuição do Brasil e do mundo, além da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Inova 2030 - Jovens Inovadores em ODS

A Enel foi selecionada para participar desse programa de aceleração do Pacto Global voltado a jovens profissionais que querem solucionar um desafio do negócio e contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O projeto selecionado, apresentado por três jovens da empresa e que se desenvolverá em 2021, será utilizar um sistema inteligente de monitoramento, com soluções de consumo consciente e economia circular, num contexto onde os clientes têm dificuldade de mensurar os gastos com energia e precisam adequá-los ao seu orçamento familiar.

Prêmio Abradee – Edição Especial 2020

Devido à pandemia de Covid-19 e os desafios impostos ao setor, a Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica promoveu uma edição especial do Prêmio Abradee, não realizando uma competição entre as empresas. Foi feita uma homenagem às equipes de campo e colaboradores, com representantes de todas as distribuidoras, que trabalharam na linha de frente para levar até o cliente energia de qualidade e com segurança.

6 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

	2020		2019	
	Ações	%	Ações	%
Acionistas				
Enel Américas S.A.	612.240.126	99,25%	544.579.352	99,16%
Ações em Tesouraria	4.618.298	0,75%	4.618.298	0,84%
Total	616.858.424	100,00%	549.197.650	100,00%

7 AGRADECIMENTOS

A Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, conselheiros, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os Colaboradores, sejam próprios ou de empresas parceiras. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2020 se tornaram efetivos pelo especial comprometimento, dedicação e competência demonstrados.

A Administração.

8 INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Diretoria Executiva	Descrição do Cargo
Nicola Cotugno	Diretor Presidente
Raffaele Enrico Grandi	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle
Janaina Savino Vilella Carro	Diretora de Comunicação
Alain Rosolino	Diretor de Recursos Humanos e Organização
Antonio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque	Diretor Jurídico
José Nunes de Almeida Neto	Diretor de Relações Institucionais
Anna Paula Hiotte Pacheco	Diretora de Regulação
Margot Frota Cohn Pires	Diretora de Compras
Flávia da Silva Baraúna	Diretora de Serviços
Vago	Diretor de Segurança Patrimonial
Márcia Massotti de Carvalho	Diretora de Sustentabilidade
Vago	Diretor de Tecnologia da Informação e Telecomunicações
Guilherme Gomes Lencastre	Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes
Vago	Diretor de Inovação
Bruno Franco Cecchetti	Diretor Adjunto
Cristine de Magalhães Marcondes	Diretor Adjunto
Vago	Diretor Adjunto

Conselho de Administração	Membros
Presidente	Mario Fernando de Melo Santos
Vice-Presidente	Antônio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque
Conselheiro	Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira

Relações com Investidores

Isabel Regina Barroso de Alcântara

Contador Responsável

Alan dos Reis Santos – CRC 1SP244288

Niterói, 24 de fevereiro de 2021.
A Administração

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Enel Brasil S.A.

31 de dezembro de 2020
com o Relatório do Auditor Independente

Enel Brasil S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da

Enel Brasil S.A.

Niterói - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Enel Brasil S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Enel Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 20 de fevereiro de 2020, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6-F-RJ

Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo

Contador CRC RJ-092563/O-1

Enel Brasil S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	49.540	176.831	3.806.388	2.815.197
Títulos e valores mobiliários	5	6.069	13.835	361.483	339.519
Consumidores, concessionários e permissionários, líquido	7	-	-	10.569.909	7.171.190
Subvenção CDE - Desconto Tarifário	8	-	-	143.250	675.840
Créditos especiais	9	-	-	34.992	12.246
Tributos a compensar	10	198.217	144.283	2.352.920	1.512.319
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	12	-	-	-	879.317
Serviços em curso		-	-	511.543	419.343
Dividendos a receber	29	374.199	391.945	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	29	2.175.506	1.023.174	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	24	-	-	449.122	76.337
Ativos financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	6	-	-	53.411	51.044
Outros créditos	14	930.143	87.256	828.399	822.252
Total do ativo circulante		3.733.674	1.837.324	19.111.417	14.774.604
Não circulante					
Consumidores, concessionários e permissionários,	7	-	-	311.839	249.639
Créditos especiais	9	-	-	938.518	945.123
Tributos a compensar	10	-	-	7.578.399	6.285.083
Cauções e depósitos	11	-	-	28.583	23.963
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	12	-	-	76.976	-
Depósitos vinculados a litígios	30	2.451	1.646	1.318.883	1.319.764
Tributos diferidos	34	527.920	304.151	6.960.941	4.237.021
Benefício fiscal das incorporações	13	-	-	2.034.517	2.111.341
Instrumentos financeiros derivativos	24	-	-	153.636	208.499
Empréstimos com partes relacionadas	29	1.418.444	83.136	-	-
Serviços em curso		-	-	-	44.660
Outros créditos	14	555	653	134.266	87.526
Ativos financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	6	-	-	1.388.682	1.378.174
Ativo indenizável (concessão)	16	-	-	12.820.257	10.668.616
Ativo de contrato	19	-	-	3.272.771	2.871.199
Investimentos	15	22.655.678	23.556.494	-	-
Imobilizado	17	16.271	17.749	1.840.522	2.015.035
Intangível	18	142.220	156.707	22.112.487	21.546.724
Total do ativo não circulante		24.763.539	24.120.536	60.971.277	53.992.367
Total do ativo		28.497.213	25.957.860	80.082.694	68.766.971

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Enel Brasil S.A.

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante					
Fornecedores	20	771.277	437.357	8.869.713	5.483.220
Debêntures, empréstimos e financiamentos	22	-	-	3.774.004	3.231.225
Empréstimos com partes relacionadas	29	808.357	22.439	1.145.220	22.439
Obrigações por arrendamentos	23	185	1.070	81.560	106.288
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	21	-	-	1.099.155	681.466
Folha de pagamento		12.319	9.330	336.248	281.805
Obrigações fiscais	25	193.573	92.274	1.662.765	1.271.749
Taxas regulamentares	26	-	-	823.609	1.256.270
Contas a pagar - acordo Eletrobras	27	-	-	355.807	342.811
Dividendos a pagar		348.506	761.648	363.638	809.150
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, tributárias, regulatórias e ambientais	30	-	-	348.579	348.502
Obrigações com benefícios pós-emprego	33	-	-	10.265	36.082
Risco hidrológico - GSF		-	-	607.644	499.838
Instrumentos Financeiros derivativos	24	-	-	27.910	42.297
Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	12	-	-	798.380	-
Outras obrigações	28	28.880	23.726	820.836	701.445
Total do passivo circulante		2.163.097	1.347.844	21.125.333	15.114.587
Não circulante					
Fornecedores	20	-	-	522.110	670.110
Debêntures, empréstimos e financiamentos	22	-	-	7.415.129	9.370.323
Empréstimos com partes relacionadas	29	1.169.257	1.511.512	2.501.271	1.511.512
Obrigações por arrendamentos	23	115	502	186.478	236.534
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	21	-	-	7.657.680	5.713.477
Obrigações fiscais	25	-	-	3.488	7.938
Tributos diferidos	34	-	-	2.061.137	70.678
Obrigações com benefícios pós-emprego	33	-	-	7.660.999	6.735.957
Taxas regulamentares	26	-	-	212.574	413.379
Contas a pagar - acordo Eletrobras	27	-	-	700.833	1.019.775
Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	12	-	-	-	131.910
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, tributárias, regulatórias e ambientais	30	1.035	1.083	3.765.703	3.645.085
Instrumentos financeiros derivativos	24	-	-	-	5.019
Outras obrigações	28	-	-	251.290	200.086
Total do passivo não circulante		1.170.407	1.513.097	32.938.692	29.731.783
Patrimônio líquido	31				
Atribuível aos acionistas da empresa controladora					
Capital social		18.978.311	16.158.210	18.978.311	16.158.210
Ações em tesouraria		(111.025)	(111.025)	(111.025)	(111.025)
Reserva de capital		2.471.243	2.470.885	2.471.243	2.470.885
Reserva de lucros		3.976.493	4.564.911	4.210.614	4.564.911
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial		(151.313)	13.938	(385.434)	13.938
		25.163.709	23.096.919	25.163.709	23.096.919
Atribuível aos acionistas não controladores:					
Demais acionistas do Grupo Enel		-	-	1.041	754
Outros acionistas não controladores		-	-	853.919	822.928
		-	-	854.960	823.682
Total do patrimônio líquido		25.163.709	23.096.919	26.018.669	23.920.601
Total do passivo e do patrimônio líquido		28.497.213	25.957.860	80.082.694	68.766.971

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Enel Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida	35	-	-	36.290.737	33.711.749
Custo do serviço	36	-	-	(30.318.809)	(25.503.512)
Lucro bruto		-	-	5.971.928	8.208.237
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas com vendas	36	-	-	(211.665)	(146.655)
Despesas gerais e administrativas	36	(236.385)	(246.036)	(1.626.905)	(4.282.602)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	36			(553.034)	(334.084)
Outras receitas e despesas operacionais	36	(96)	386	345.415	116.984
Total (despesas) receitas operacionais		(236.481)	(245.650)	(2.046.189)	(4.646.357)
Resultado de equivalência patrimonial	15	2.140.148	3.609.088	-	-
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		1.903.667	3.363.438	3.925.739	3.561.880
Resultado financeiro	37				
Receita financeira		153.392	937.390	2.268.908	2.689.994
Despesa financeira		(811.744)	(1.181.079)	(3.833.966)	(4.098.719)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		1.245.315	3.119.749	2.360.681	2.153.155
Imposto de renda e contribuição social	34				
Correntes		(27.427)	-	(645.397)	(635.987)
Diferidos		223.769	61.801	(176.721)	1.811.691
Incentivo fiscal		-	-	46.080	74.272
Lucro líquido antes das participações minoritárias		1.441.657	3.181.550	1.584.643	3.403.131
Lucro líquido por ação (em Reais - R\$)		2,35	5,84	2,59	6,25
Atribuível aos acionistas controladores				1.441.657	3.181.550
Atribuível aos acionistas não controladores:					
Demais acionistas do Grupo Enel				597	278
Outros acionistas não controladores				142.389	221.303

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Enel Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	1.441.657	3.181.550	1.584.643	3.403.131
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Ganho (Perda) em instrumento financeiro derivativo	(59.424)	106.435	(60.124)	106.226
Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumento financeiro derivativo de controlada	20.204	(36.188)	20.442	(36.117)
Efeitos de variação cambial sobre controlada no exterior	(132.713)	(117.523)	(132.713)	(117.523)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:	(171.933)	(47.276)	(172.395)	(47.414)
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Ganho (perda) atuarial em fundo de pensão de controlada	(2.449.758)	(2.224.012)	(2.449.758)	(2.223.277)
Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em fundo de pensão de controlada	832.917	756.164	832.917	755.914
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:	(1.616.841)	(1.467.848)	(1.616.841)	(1.467.363)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	(1.788.774)	(1.515.124)	(1.789.236)	(1.514.777)
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	(347.117)	1.666.426	(204.593)	1.888.354
Atribuído a:				
Acionistas controladores			(347.117)	1.666.426
Demais acionistas do Grupo Enel			597	278
Outros acionistas não controladores			141.927	221.650

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Enel Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de capital	Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes / Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido atribuível aos:				Total
	Integralizado	Ações em tesouraria	Remuneração Ágio na emissão de ações	Reserva legal	Outras Reservas	Reserva de reforço para capital de giro		Lucros acumulados	Acionistas controladores	Demais acionistas Grupo Enel	Acionistas não controladoras	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.276.995	(111.025)	2.504.370	133.839	(4.016)	3.461.056	81.656	-	12.342.875	1.016	1.050.957	13.394.848
Depreciação do ativo imobilizado (custo atribuído)	-	-	-	-	-	-	(24.867)	24.867	-	(37)	(61)	(98)
Aumento de Capital	9.881.215	-	-	-	-	-	-	-	9.881.215	-	-	9.881.215
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	3.181.550	3.181.550	278	221.303	3.403.131
Perda atuarial líquida em fundo de pensão de controlada	-	-	-	-	-	-	(1.467.848)	-	(1.467.848)	-	485	(1.467.363)
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	1.467.848	(1.467.848)	-	-	-	-
Ganho em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	70.247	-	70.247	-	(138)	70.109
Constituição de reserva legal	-	-	-	160.321	-	-	-	(160.321)	-	-	-	-
Transferência de participações	-	-	(33.485)	-	-	-	-	-	(33.485)	-	-	(33.485)
Dividendos prescritos controladas	-	-	-	-	-	-	-	423	423	-	-	423
Dividendos mínimos	-	-	-	-	-	-	-	(761.630)	(761.630)	(223)	(21.992)	(783.845)
Outros ajustes	-	-	-	-	(3.330)	-	4.425	-	1.095	-	-	1.095
Outras transações com acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(280)	(427.626)	(427.906)
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	817.041	-	(817.041)	-	-	-	-
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	(117.523)	-	(117.523)	-	-	(117.523)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	16.158.210	(111.025)	2.470.885	294.160	(7.346)	4.278.097	13.938	-	23.096.919	754	822.928	23.920.601
Depreciação do ativo imobilizado (custo atribuído)	-	-	-	-	-	-	(24.902)	24.902	-	-	-	-
Aumento de Capital	2.820.101	-	-	-	-	-	-	-	2.820.101	-	-	2.820.101
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.441.658	1.441.658	597	142.389	1.584.644
Perda atuarial líquida em fundo de pensão de controlada	-	-	-	-	-	-	(1.616.840)	-	(1.616.840)	-	-	(1.616.840)
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	1.616.840	(1.616.840)	-	-	-	-
Ganho em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	(39.220)	-	(39.220)	(10)	(452)	(39.682)
Constituição de reserva legal	-	-	-	73.328	-	-	-	(73.328)	-	-	-	-
Transferência de participações	-	-	358	-	-	-	-	-	358	-	(1.780)	(1.422)
Dividendos prescritos controladas	-	-	-	-	-	-	-	720	720	-	-	720
Dividendos mínimos	-	-	-	-	-	348.488	-	(348.488)	-	-	-	-
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	(90.370)	-	(348.488)	(438.858)	(297)	(36.846)	(476.001)
Outros ajustes	-	-	-	-	-	-	(234.121)	234.121	-	-	-	-
Outras transações com acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	(4)	-	(4)	(3)	(72.320)	(72.327)
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	(685.743)	-	685.743	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	31.588	-	31.588	-	-	31.588
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	(132.713)	-	(132.713)	-	-	(132.713)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	18.978.311	(111.025)	2.471.243	367.488	(7.346)	3.850.472	(385.434)	-	25.163.709	1.041	853.919	26.018.669

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Enel Brasil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	1.441.657	3.181.550	1.584.643	3.403.131
Ajustes para conciliar o (prejuízo) lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	20.574	1.010	2.046.377	2.044.288
Imposto diferido oriundo da incorporação	-	17.138	-	17.138
Equivalência patrimonial	(2.140.147)	(3.609.088)	-	-
Juros diversos e variações monetárias provisionadas	432.657	186.536	2.131.597	1.891.160
Receita do ativo indenizável	-	-	(524.768)	(427.774)
Baixa do ativo indenizável, intangível e imobilizado	-	-	118.915	79.794
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas de recebíveis de clientes	-	-	731.399	450.333
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	-	-	74.737	436.698
Provisão (reversão) para riscos trabalhistas, cíveis, tributárias, regulatórias e ambientais	28	(291)	39.710	110.106
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	(96.227)	(344.267)	(122.137)
Benefício fiscal ágio incorporado	-	-	76.824	37.881
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(223.769)	(61.801)	121.359	(1.811.691)
Valores a devolver (receber) de Parcela A e outros itens financeiros	-	-	(56.163)	(153.461)
Créditos de PIS/COFINS	-	-	-	(125.627)
Outras (receitas) e despesas	-	(37)	-	363.046
Redução (aumento) dos ativos:				
Consumidores, concessionários e permissionários	-	-	(4.173.286)	(1.099.981)
Subvenção CDE - desconto tarifário	-	-	532.590	116.786
Créditos especiais	-	-	-	118.374
Valores a devolver (receber) de Parcela A e outros itens financeiros, líquidos	-	-	1.524.974	664.249
Dividendos recebidos	1.587.051	907.524	-	-
Ativo financeiro - contas a receber de concessão (Bonificação de	-	-	51.895	50.295
Cauções e depósitos vinculados à litígios	-	(1.247)	(2.095)	(252.170)
Serviços em curso	-	-	(47.540)	(60.256)
Outros créditos	(249.264)	(16.041)	(78.356)	(474.818)
Aumento (redução) dos passivos:				
Fornecedores	339.075	166.747	3.236.565	309.274
Folha de pagamento	2.989	(29.897)	54.443	(83.500)
Tributos a pagar/a compensar, líquidos	47.365	41.412	614.541	446.113
Taxas regulamentares	-	-	(609.846)	(173.159)
Pagamento das provisões para riscos trabalhistas, cíveis, tributárias, regulatórias e ambientais	(76)	(54)	(513.475)	(463.421)
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	(681.791)	(495.897)
Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobras	-	-	(351.683)	(337.909)
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzidos dos juros capitalizados	(105.033)	(750.576)	(318.920)	(1.162.311)
Pagamento de juros de debêntures	-	-	(302.338)	(386.857)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos (associado aos juros do item protegido)	-	-	234.515	(88.686)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(599.804)
Outras obrigações	-	22.788	170.595	(13.293)
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades operacionais	1.153.107	(40.554)	5.341.151	2.205.914
Atividades de investimentos:				
Títulos e valores mobiliários	7.766	14.766	(21.964)	69.454
Mútuos concedidos	(3.105.651)	(40.608)	-	-
Recebimento de mútuos concedidos	545.776	-	-	-
Recebimento de juros de mútuos concedidos	29.362	5.900	-	-
Aquisição de participação societária	(55.556)	(146.160)	-	-
Aumento de capital em controladas	(663.465)	(360.068)	-	-
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(805)	-	(15.690)	-
Aquisição para o ativo de contrato, intangíveis e imobilizado	(4.912)	(27.835)	(4.627.966)	(3.250.149)
Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	-	-	6.878	11.757
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(3.247.485)	(554.005)	(4.658.742)	(3.168.938)
Atividades de financiamentos:				
Ingresso de novos empréstimos, financiamentos e debêntures	-	9.300.000	2.786.905	17.731.509
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures (principal)	-	(18.700.000)	(4.546.118)	(26.339.319)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	-	-	20.330	(41.662)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos (associado ao principal do item protegido)	-	114.499	273.778	513.167
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(852.000)	(281.636)	(920.793)	(319.474)
Aumento de capital	2.820.101	9.881.215	2.820.101	9.881.215
Pagamento de obrigações por arrendamento	(1.014)	(447)	(125.421)	(103.525)
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de financiamentos	1.967.087	313.631	308.782	1.321.911
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de	(127.291)	(280.928)	991.191	358.887
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	176.831	457.759	2.815.197	2.456.310
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	49.540	176.831	3.806.388	2.815.197

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Enel Brasil S.A. (“Enel Brasil” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, que tem como objeto social a participação acionária em outras empresas que atuam ou venham a atuar, direta ou indiretamente, em qualquer segmento no setor elétrico e a prestação de serviços de transmissão, distribuição, geração ou comercialização de energia elétrica e atividades afins.

A Companhia possui participações nas seguintes controladas operacionais por segmento, que, em conjunto com a Companhia formam o Grupo Enel Brasil (“Grupo Enel” ou “Grupo”):

a) *Distribuição de energia elétrica*

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo (“Eletropaulo” ou “Enel Distribuição São Paulo”), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão, com sede localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sitio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil. A Enel Distribuição São Paulo retirou o registro de suas ações do novo mercado em 2019, mantendo apenas o seu capital registrado na B3 através da Categoria B.

A controlada Enel Distribuição São Paulo está autorizada a operar como concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”).

A controlada Enel Distribuição São Paulo atende a aproximadamente 7,1 milhões de unidades consumidoras, sendo regida pelo contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), cujo prazo de duração é de 30 anos.

A Enel Brasil detém participação direta de 100% do capital social da Eletropaulo.

Ampla Energia e Serviços S.A.

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Enel Distribuição Rio”), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, com sede na Praça Leoni Ramos, 1, Niterói, Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A., é uma concessionária de serviço público de

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela ANEEL, vinculada ao MME.

A controlada Enel Distribuição Rio tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 do Estado do Rio de Janeiro e um de Minas Gerais e atende a aproximadamente 2,7 milhões de unidades consumidoras. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do contrato de concessão de distribuição nº005/1996, de 09 de dezembro de 1996, da ANEEL, com vencimento para dezembro de 2026.

A Enel Brasil detém participação direta de 99,73% do capital social da Enel Distribuição Rio.

Companhia Energética do Ceará

A Companhia Energética do Ceará (“Enel Distribuição Ceará”), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3, com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, município de Fortaleza, Estado do Ceará, concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela ANEEL, vinculada ao MME.

A controlada Enel Distribuição Ceará tem como área de concessão todo o Estado do Ceará e atende a aproximadamente 4,0 milhões de unidades consumidoras. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do contrato de concessão de distribuição nº 01/1998, de 13 de maio de 1998, da ANEEL, com vencimento para maio de 2028.

A Enel Brasil detém participação direta de 74,05% do capital social da Enel Distribuição Ceará.

CELG Distribuição S.A. - CELG D

A CELG Distribuição S.A (“Enel Distribuição Goiás”) é uma sociedade anônima de capital fechado, atua como concessionária de serviço público de energia elétrica no seguimento de distribuição. A controlada Enel Distribuição Goiás está sediada na Rua 2, Número 505, Jardim Goiás, Goiânia - GO.

A controlada Enel Distribuição Goiás tem como principal objeto social a exploração técnica e comercial de distribuição de energia no Estado de Goiás, assim como a realização de estudos, projetos, construção e operação de redes de distribuição de energia elétrica

Conforme 5ª termo aditivo ao contrato de concessão nº 63/2000-ANEEL de 25 de agosto de 2000, publicado em 30 de dezembro 2015, a controlada Enel Distribuição Goiás detém a concessão para distribuição de energia elétrica no Estado de Goiás pelo prazo de 30 anos a partir de 7 de julho de 2015 e atende a aproximadamente 3,2 milhões de unidades consumidoras.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Enel Brasil detém participação direta de 99,96% do capital social da Enel Distribuição Goiás.

b) *Geração de energia elétrica*

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.

A Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. (“EGP Cachoeira Dourada”), com sede na Rodovia GO 206, KM0, município de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás, é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como principais objetivos a realização de estudos, projeções, construção, instalação, operação e exploração de usinas geradoras de energia elétrica, bem como a prática dos atos de comércio decorrentes dessas atividades, sendo tais atividades regulamentadas pela ANEEL, vinculada ao MME.

A Companhia possui autorização do Ministério de Minas e Energia para importar energia da Argentina e do Uruguai, válida até 31 de dezembro de 2022. A energia importada é destinada ao Mercado de Curto Prazo brasileiro, nos termos da Portaria MME nº 339/2018, em montantes estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema (“ONS”), no sentido de reduzir os custos de operação do Sistema Interligado Nacional (“SIN”).

Em 5 de setembro de 1997, foi realizado leilão público para aquisição, pela iniciativa privada, da participação acionária representativa do seu capital. Essa operação foi reconhecida pelo poder concedente através do Contrato de Concessão nº011/97, datado de 12 de setembro de 1997, o qual determina que o prazo da concessão é de 30 anos, expirando-se em setembro de 2027. O ativo imobilizado da controlada EGP Cachoeira Dourada é constituído, basicamente, do acervo da citada usina, que está localizada no Rio Paranaíba, com sede no município de Cachoeira Dourada, Goiás, com capacidade instalada de 658 MW, subdivididos em 10 unidades geradoras. A Enel Brasil detém participação direta de 99,61% do capital da Enel Green Power Cachoeira Dourada.

A Enel Brasil detém participação direta de 99,61% na EGP Cachoeira Dourada.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.

A Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. (“CGTF”), controlada integral da Enel Brasil, sociedade de capital fechado, com sede na Rodovia CE422, Km 01, s/n, Complexo Industrial e Portuária do Pecém, município de Caucaia, Estado do Ceará, foi constituída em 20 de agosto de 2001 e autorizada pela ANEEL a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica através da Resolução ANEEL nº 433, de 19 de outubro de 2001, compondo-se de um ciclo combinado com duas turbinas a gás e uma turbina a vapor, conforme Despacho ANEEL nº 73/2002. O início das atividades operacionais deu-se em 27 de dezembro de 2003.

Conforme definido no seu estatuto social, a CGTF tem como atividades principais o estudo, projeto, construção e exploração dos sistemas de produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, que venham a ser concedidos, permitidos ou autorizados

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

por qualquer título de direito, bem como o exercício de outras atividades associadas e a prestação de serviços de qualquer natureza relacionados a essas atividades.

A CGTF é um dos empreendimentos integrantes do Programa Prioritário de Termelétricidade - PPT do Governo Federal para ampliação da oferta de energia ao Brasil, tendo a CGTF contratado em 31 de agosto de 2001, a venda de 2.690 GWh/ano (equivalente a 307 MW médios), para a Enel Distribuição Ceará, também pertencente do Grupo Enel, por 20 anos a partir do início do suprimento de energia em janeiro de 2004, a preço normativo estabelecido pela ANEEL, reajustável anualmente por uma cesta de indicadores composta pelas variações do Índice Geral de Preços de Mercado ("IGP-M"), do dólar norte-americano e do gás natural contratado.

A Enel Brasil detém participação direta de 100,00% na CGTF.

Enel Green Power Volta Grande S.A.

A Enel Green Power Volta Grande S.A. ("EGP Volta Grande") foi constituída 4 de outubro de 2017, com sede na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem hídrica.

Em 27 de setembro de 2017, a controlada EGP Volta Grande conquistou um contrato de 30 anos de concessão para da usina de Volta Grande, já em operação, localizada no Sudeste do país, com uma capacidade total instalada de 380 MW, de acordo com o "Leilão de Concessões não prorrogadas" organizado pelo Governo Federal por meio da ANEEL.

A usina hidrelétrica Volta Grande está localizada no Rio Grande, nos estados de Minas Gerais e São Paulo. A planta entrou em operação em 1974 e tem uma produção anual de 2,02 TWh.

A controlada EGP Volta Grande firmou o contrato de concessão em 10 de novembro de 2017 e com início da prestação de serviço em 01 de dezembro de 2017, sendo em regime de alocação de cotas de sua garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013 alterada pela Lei nº 13.203/2015, mediante pagamento da Bonificação pela Outorga - BO, fixados pela Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 12 de maio de 2017 e no Edital do Leilão ANEEL nº 01/2017.

A Controlada investiu um total de R\$1.419.784, na concessão da hidrelétrica, em linha com o plano de investimento estratégico do Grupo Enel. Como parte dos dispositivos de seu contrato de concessão, a controlada EGP Volta Grande possui uma receita anual de geração garantida.

A Enel Brasil detém participação direta de 100,00% na EGP Volta Grande.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) *Transmissão de energia elétrica*

Enel Cien S.A.

A Enel Cien S.A. (“Enel CIEN”), sociedade por ações de capital fechado, com sede na Praça Leoni Ramos, 01, município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, tem por objeto social atuar na área de produção, industrialização, distribuição e comercialização de energia elétrica, inclusive nas atividades de importação e exportação, implementando os serviços necessários à realização desse objeto social. Neste sentido, a controlada Enel CIEN promoverá o estudo, planejamento e construção das instalações relativas a sistemas de produção, transmissão, conversão e distribuição de energia elétrica. Também poderá promover a implementação de projetos associados, bem como a realização de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos serviços e trabalhos que vier a prestar, podendo, inclusive, participar em outras sociedades.

Em 4 de abril de 2011, por meio das Portarias nº 210 e nº 211, as linhas Garabi I e Garabi II, respectivamente, passaram a ser tratadas como equiparadas a concessões de transmissão. Tal equiparação submete as duas linhas de transmissão da controlada Enel CIEN à metodologia de reconhecimento de receita por meio de homologação anual de Receita Anual Permitida - (“RAP”), pela ANEEL.

A cada quatro anos a Companhia é submetida a uma revisão das bases para cálculo e homologação da RAP. Contudo, anualmente a RAP é reajustada tomando por base o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”). A revisão prevista para o exercício de 2019 foi postergada pela ANEEL, desta forma foi aplicado reajuste provisório pelo índice de variação da inflação previsto nas Portarias nº 210 e nº 211.

A equiparação comercial e técnica da controlada Enel CIEN à transmissora de energia das duas linhas tem prazos definidos de 9 anos para Garabi I, com término da vigência em 20 de junho de 2020, e de 11 anos para Garabi II, com término da vigência em 31 de julho de 2022.

Em 16 de junho de 2020, o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria nº 245, indicando a designação de Enel CIEN para operar a Conversora Garabi I e seu sistema de transmissão associado até o término do prazo de outorga da linha Garabi II. As condições de designação seguem o modelo de RAP acima descrito. Até a data das demonstrações financeiras, os passos que antecederiam uma eventual licitação dos ativos estão em discussão junto ao órgão regulador e ao Ministério de Minas e Energia.

O resultado esperado para operação da CIEN até o fim da outorga de Garabi I e II, bem como a indenização estimada que seria paga pelo Poder Concedente ao término destas outorgas, caso não sejam renovadas, excedem o valor contábil dos ativos registrados, não demonstrando qualquer indicativo de perda do valor recuperável (“*Impairment*”) dos ativos imobilizados. Em caso de renovação das concessões, também não foi observado qualquer indicativo de perda do valor recuperável.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Enel Brasil detém participação direta de 100,00% na Enel CIEN.

CTM e TESA

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as companhias CTM - Compañía de Transmisión Del Mercosur S.A. ("CTM") e TESA - Transportadora de Energia S.A. ("TESA"), localizadas na Argentina e que fazem parte do sistema de transmissão de Interconexão Internacional e são controladas indiretas através da controlada Enel CIEN.

A Enel Brasil detém participações direta de 74,14% e 60,15% e indireta de 25,85% e 39,84% na CTM e Tesa, respectivamente.

d) *Prestação de serviços*

Enel X Brasil S.A.

A Enel X Brasil S.A. ("Enel X"), anteriormente denominada de Enel Soluções S.A., é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Praça Leoni Ramos, nº 01, município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, constituída em 18 de agosto de 2009, que tem como objeto social participar do capital de outras companhias e/ou sociedades, associações, consórcios e outras formas de associação no Brasil e no exterior, bem como a prestação de serviços geral, direta ou indiretamente relacionados com suas atividades, tanto para o setor da energia elétrica quanto para os demais setores da economia e de consumo em geral.

A Enel Brasil possui participação direta de 99,99% na Enel X.

Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

A Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda. ("CGFSF") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, adquirida em 31 de agosto de 2018 no valor de R\$870, que tem como objeto social participar do capital de outras companhias e/ou sociedades, associações, consórcios e outras formas de associação no Brasil e no exterior, bem como a prestação de serviços geral, direta ou indiretamente relacionados com suas atividades, tanto para o setor da energia elétrica quanto para os demais setores da economia e de consumo em geral. A CGFSF é controlada indireta através da controlada Enel X Brasil.

Luz de Angra Energia S.A.

A Luz de Angra Energia S.A. ("Luz de Angra") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, constituída em 20 de agosto de 2020, com objeto social é a execução de obras e prestação de serviços de iluminação pública, incluindo a implantação, instalação, recuperação, modernização, eficientização, expansão, operação, manutenção e melhoramento das redes de iluminação pública, nos termos do

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contrato de Concessão a ser firmado com a Prefeitura de Angra dos Reis, conforme Concorrência Pública nº 004/2020, publicado 6 de março de 2020. A Luz de Angra é controlada indireta através da controlada Enel X.

Enel Uruguay S.A.

A Enel Uruguay S.A. (“Enel Uruguay”), anteriormente denominada de Nuxer Trading S.A., é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Montevidéo, capital do Uruguai, constituída em 3 de maio de 2018, que tem como objeto social participar do capital de outras companhias e/ou sociedades, associações, consórcios e outras formas de associação no Uruguai, bem como a prestação de serviços geral, direta ou indiretamente relacionados com suas atividades, tanto para o setor da energia elétrica quanto para os demais setores da economia e de consumo em geral.

A Enel Brasil possui participação direta de 100% na Enel Uruguay.

Enel Tecnologia de Redes S.A.

A Enel Tecnologia de Redes S.A. (“Enel Tecnologia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, constituída em 10 de abril de 2018, com objeto social o planejamento, desenvolvimento e execução de atividades de geração, distribuição, transmissão e/ou comercialização de energia elétrica, participação no capital social de outras companhias e sociedades e comércio ou distribuição de aparelhos, instrumentos e equipamentos de distribuição, medição e controle de energia.

A Enel Brasil possui participação direta de 100% na Enel Tecnologia.

Enel Trading Brasil S.A.

A Enel Trading Brasil S.A. (“Enel Trading”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, constituída em 19 de abril de 2018, com objeto social participação no capital social de outras companhias e sociedades, e atividade de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica.

A Enel Brasil possui participação direta de 100% na Enel Trading.

Enel Brasil Central S.A.

A Enel Brasil Central S.A. (“Enel Brasil Central”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, constituída em 05 de outubro de 2020, com objeto social participação no capital social de outras companhias e sociedades de distribuição de energia elétrica.

A Enel Brasil possui participação direta de 100% na Enel Brasil Central.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.2. Pandemia (Covid-19) – Impactos econômico-financeiros (*)

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes

Pessoas e sociedade

A Enel e suas subsidiárias no Brasil têm adotado o trabalho remoto há alguns anos. Conforme os efeitos da COVID-19 avançaram e tornaram-se pandêmicos, a Companhia decidiu estender o trabalho remoto para todos os dias úteis até junho de 2021 para todos os profissionais elegíveis.

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, cujas atividades são imprescindíveis para a manutenção da prestação do serviço com a qualidade que sempre foi entregue, a Companhia providenciou e disponibilizou para cada profissional equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por COVID-19. Não obstante, a Companhia também estendeu o benefício de saúde, com apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por COVID-19.

O trabalho remoto tem propiciado novas possibilidades de comunicação e operação. A determinação dessa forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho *in loco*. Este resultado só foi possível pelos investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Enel e suas subsidiárias no decorrer dos últimos anos. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para que a Enel e suas subsidiárias colocassem em prática um plano anterior de expansão do trabalho remoto.

Monitoramento e plano estratégico

A Enel e suas subsidiárias têm realizado acompanhamento constante relacionados a estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como a lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da COVID-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

A Enel e suas subsidiárias, adicionaram indicadores de performance para cada área de negócio, o que tem proporcionado de forma tempestiva informações relacionadas às operações, transações e resultados operacionais. Nesse contexto, o alto nível de digitalização foi um fator imprescindível para a aplicação destes indicadores. Por meio destes indicadores, é possível, de forma confiável, monitorar o nível de operação de suas atividades, a qualidade do serviço prestado, bem como, se aplicável, eventuais reduções em atividades suportes em decorrência do trabalho remoto.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Enel e suas subsidiárias continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia tem observado uma tendência crescente em sua provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD, parcialmente explicado pela crise financeira, principalmente a deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da COVID-19. Diversos estados e municípios, adotaram e ainda adotam o distanciamento social, o que, por sua vez, tem causado a deterioração de diversos setores da economia, colocando em dificuldades financeiras e operacionais empresas de pequeno e médio porte e, conseqüentemente, aumentado o desemprego.

A partir de outubro de 2020 foi possível observar a retomada econômica com o afrouxamento do distanciamento e liberação do comércio. O CPC 48, equivalente à norma internacional IFRS 9, prevê que as entidades devem reavaliar o risco de crédito sempre que houver indicativos de deterioração deste, e, dessa forma, a Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes da pandemia e seus reflexos sobre a PECLD. Este acompanhamento, inclui, dentre outras ações, a adoção de premissas que melhor reflitam a estimativa de perdas esperadas como resultado das limitações estabelecidas pela instrução normativa nº 878 emitida pela ANEEL em 23 março de 2020, que determinava a impossibilidade de corte por inadimplência para classes de consumos específicas (por exemplo: residencial, rural e consumidores classificados como serviços essenciais), tal impedimento perdurou até 31 de julho de 2020, exceto para a controlada Enel Distribuição Rio, que, através da Lei emitida pelo estado do Rio de Janeiro, nº 8769/20 manteve a decisão que impede o corte até 31 de dezembro de 2020 ou fim do decreto de calamidade pública emitido pelo governo do estado (o que ocorrer por último).

A provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações contábeis intermediárias e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores.

A Companhia tem implementado ações para aumentar a eficiência e a cobrabilidade de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos; (iii) intensificação da política de corte e (iv) proporcionando aos seus consumidores alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo, a possibilidade de utilizar cartões de crédito com opção de parcelamentos para as contas de energia em atraso ou não. Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis, têm sido aplicados de forma consistente na determinação da provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa, conforme divulgado na nota explicativa nº 7.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia, a ANEEL adotou algumas medidas temporárias a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio da resolução normativa mencionada anteriormente. Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores residenciais e de serviços essenciais, entre outras situações específicas, e (ii) a suspensão temporária de algumas exigências regulatórias, tais como a suspensão do atendimento presencial ao público e permissão de substituição de faturas impressas por eletrônicas, priorizando os meios digitais, os atendimentos de urgência/emergência e a manutenção do fornecimento de energia elétrica nas instalações, assim como os pedidos de ligação ou aumento de carga para locais de tratamento da população e os que não necessitem de obras para efetivação.

A ANEEL autorizou até 30 de junho de 2020 – período da pandemia – o diferimento dos reajustes tarifários, das distribuidoras que tinham reajuste tarifário no intervalo, permitindo, em contrapartida, que os pagamentos ao fundo da CDE fossem reduzidos, na mesma proporção da receita diferida. Os pagamentos do fundo CDE diferidos foram repostos pelas referidas concessionárias durante o segundo semestre de 2020.

Como medida de reforço à liquidez financeira do setor de distribuição de energia elétrica, a ANEEL autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE a repassar às distribuidoras os recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos. O despacho ANEEL nº 986, de 7 de abril de 2020, determinou o repasse aos agentes de mercado. Sendo assim, a Companhia recebeu até o final deste exercício o montante de R\$321.657. Tal montante foi contabilizado como passivo financeiro setorial de acordo com a sua competência.

Adicionalmente, a Presidência da República editou medida provisória ampliando, por 3 (três) meses, os descontos da tarifa social para 100%, sendo tal subvenção custeada pelo Tesouro Nacional. Dessa forma, no dia 8 de abril de 2020, o Presidente da República, por meio da Medida Provisória (“MP”) nº 950, que vigorou de 1 de abril a 30 de junho de 2020 adotou algumas alterações temporárias à Lei nº 12.212 de 20 de janeiro de 2010, alterando o formato de desconto tarifário para os consumidores beneficiados pela categoria baixa renda, onde a parcela do consumo de energia elétrica inferior ou igual a 220 KWh/mês passou a ter um desconto de 100% e a parcela do consumo de energia elétrica superior a 220 KWh/mês não teve a incidência de qualquer desconto. De acordo com as homologações da ANEEL, a Companhia recebeu repasses relacionados ao desconto da classe baixa renda, no valor de R\$ 287.538 em 2020. Tais montantes foram devidamente recebidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, sendo registrados na receita operacional (subvenção de recursos da CDE).

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONTA-COVID

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020 autorizou a criação da CONTA-COVID, cuja gestão é da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. A criação dessa conta tem como objetivo minimizar os impactos da pandemia e proporcionar liquidez para as distribuidoras, protegendo a cadeia produtiva do setor elétrico através de recursos financeiros para cobrir déficits tarifários ou antecipar receitas (total ou parcialmente), referentes aos seguintes itens:

- Efeitos financeiros da sobrecontratação;
- Saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA;
- Neutralidade dos encargos setoriais;
- Postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data;
- Saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e
- Antecipação do ativo regulatório relativo à “Parcela B”, conforme o disposto em regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

A CONTA-COVID foi organizada para evitar reajustes maiores das tarifas de energia elétrica. Se não houvesse a proposta da CONTA-COVID, haveria um impacto para os consumidores nos próximos reajustes, com pagamento em 12 meses. Com a CONTA-COVID, esse impacto será diluído em um prazo total de 60 meses. A CONTA-COVID garante recursos financeiros necessários para compensar a perda de receita em decorrência da pandemia e protege o resto da cadeia produtiva do setor elétrico, ao permitir que as distribuidoras continuem honrando seus contratos.

A CONTA-COVID é regulamentada pela Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020, e os recursos da conta serão originados por meio de “empréstimo setorial”, contraído de um conjunto de bancos. A CCEE foi designada como gestora da conta, centralizando a contratação das operações de empréstimos e repassando os recursos para as distribuidoras. O credor responsável por contratar o agente fiduciário e garantidor de todo o recurso também é a CCEE, que posteriormente repassou para as distribuidoras, seguindo o teto estabelecido para cada distribuidora. A ANEEL homologará o montante dos recursos a serem repassados.

Em 3 de julho de 2020, a Companhia declarou os recursos financeiros requeridos da CONTA-COVID, no valor total de R\$ 3.172.022, que foi integralmente recebido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Tais montantes foram registrados como passivos financeiros setoriais (nota explicativa nº 12).

Os aumentos tarifários diferidos neste período, serão pagos em até 5 anos, a partir de 2021, por meio de encargo setorial arrecadado pelas distribuidoras e repassado à CCEE. A CCEE,

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

por sua vez, amortizará o empréstimo contraído junto ao sindicato de bancos credores do empréstimo setorial.

Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020, o Decreto nº 10.350/2020 e a cláusula sétima do contrato de concessão nº 162/1998, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 2ª fase da Consulta Pública nº 035/2020, até 05 de outubro de 2020, para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 16 de dezembro, a ANEEL, após avaliar as contribuições recebidas, decidiu abrir uma 3ª fase de discussão sobre as regras para o reequilíbrio econômico devido à pandemia, com prazo de contribuição até 01 de fevereiro de 2021. Vale destacar que em tal fase da consulta, a ANEEL também vai discutir (i) a exposição contratual involuntária e (ii) os critérios para o reembolso dos custos administrativos e financeiros da Conta Covid.

Portanto, o reconhecimento do ativo financeiro setorial ainda depende de regulamentação por parte do órgão regulador, e, por este motivo, a Companhia não reconheceu o ativo financeiro setorial referente ao direito do reequilíbrio econômico da concessão em seu balanço e demonstração de resultado.

Perspectiva econômico-financeira

A Companhia entende ser prematuro projetar o fim da pandemia da COVID-19, principalmente pela incerteza com relação aos efeitos econômicos oriundos do Coronavírus e o prazo em que estes serão totalmente revertidos. Contudo, considerando o processo gradual de imunização iniciado pelas autoridades competentes, a Companhia reconhece a perspectiva positiva de recuperação econômica, redução da taxa de desemprego e estabilidade financeira.

1.3. Reorganização societária

As empresas Companhia de Transmisión Del Mercosur S.A. “CTM” e TESA - Transportadora de Energia S.A. “TESA” são companhias situadas na Argentina e que fazem parte do sistema de transmissão de Interconexão Internacional, que possuem contratos habilitados comercialmente com a controlada Enel CIEN, firmados entre 1999 e 2002 para transmissão e manutenção de linhas para fornecimento de energia elétrica ao território argentino. A construção dessas linhas foi financiada por intermédio de empréstimos *intercompany* (mútuo) firmados com a Companhia e com sua controlada Enel CIEN.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Enel CIEN remunerava a utilização e manutenção das linhas, por intermédio de outras duas empresas argentinas do mesmo grupo econômico, CEMSA - Comercializadora del Mercosul S.A “CEMSA” e Endesa Constanera S.A. “COSTANERA”.

A fim de sanar os riscos cambiais relacionados às controladas estabelecidas na Argentina, a controlada Enel CIEN, CEMSA e COSTANEIRA, CTM e TESA, sendo devedores e credores entre si, decidiram proceder com a liquidação de suas obrigações recíprocas através de uma operação de saneamento econômico, com a compensação de saldos relacionados de “Canon” e capitalização em CTM e TESA por parte da Companhia e Enel CIEN.

O acordo transacional com as empresas argentinas, foi ajustado em R\$ 437.678 sem impactos financeiros e compensados com os saldos de mútuo de R\$ 519.120. O total líquido da operação já considerando os recolhimentos tributários, gerou um aumento de capital em CTM e TESA de R\$ 36.014 e R\$ 70.854 respectivamente por parte da controlada Enel CIEN e foi aprovada nos respectivos conselhos de administração e diretoria em ambos os países em 30 de outubro de 2020.

Na mesma data, foi aprovada a capitalização nas empresas CTM e TESA pela Companhia os montantes de R\$ 103.318 e R\$ 106.957 respectivamente, resultando em uma participação acionária direta de 74,15% e 60,15%, respectivamente. Consequentemente, houve uma diluição do percentual de participação de sua controlada Enel CIEN sobre CTM e Tesa resultando em 25,85% e 39,85% respectivamente.

A Companhia que detinha o controle indireto em CTM e TESA, sendo controladora, passa a partir de então a ser controladora direta das empresas. Para mais detalhes sobre a movimentação dos investimentos, vide nota explicativa nº 15.

CTM	Antes da reorganização		Depois da reorganização	
	Quantidade de ações	Participação total	Quantidade de ações	Participação total
Enel Cien S.A.	99.999	99,999%	523.534.028	25,851%
Enel Brasil S.A.	-	0,000%	1.501.657.284	74,149%
Enel S.p.A.	1	0,001%	1	0,000%
Total	100.000	100,000%	2.025.191.313	100,000%

TESA	Antes da reorganização		Depois da reorganização	
	Quantidade de ações	Participação total	Quantidade de ações	Participação total
Enel Cien S.A.	99.999	99,999%	1.029.920.112	39,850%
Enel Brasil S.A.	-	0,000%	1.554.553.303	60,150%
Enel Argentina S.A.	1	0,001%	1	0,000%
Total	100.000	100,000%	2.584.473.416	100,000%

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Efeitos na controlada Enel CIEN

Os impactos decorrentes desta operação de saneamento nos ativos e passivos, em 31 de outubro de 2020, são demonstrados a seguir:

	Efeitos da operação de saneamento econômico						31/10/2020 (Depois da operação de saneamento)
	30/10/2020 (Antes da operação de saneamento)	Ajustes de variação cambial, juros de mora e CANON	Impostos retidos na fonte (25% sobre CANON)	Compensação de CANON com o mútuo	Impostos retidos na fonte (15% sobre o juros do mútuo)	Capitalização em CTM e TESA	
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalente de caixa	142.511	-	(124.782)	-	-	-	17.729
Títulos e valores mobiliários	50.884	-	-	-	-	-	50.884
Concessionários e permissionários, líquido	32.268	-	-	-	-	-	32.268
Tributos a compensar	109.135	-	-	-	48.635	-	157.770
Outros créditos	5.054	-	-	-	-	-	5.054
Total do ativo circulante	339.852	-	(124.782)	-	48.635	-	263.705
Não Circulante							
Tributos a compensar	25.098	-	-	-	-	-	25.098
Depósitos vinculados a litígios	11	-	-	-	-	-	11
Imobilizado	356.546	-	-	-	-	-	356.546
Intangível	15.682	-	-	-	-	-	15.682
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	553.419	(34.299)	-	(363.617)	(48.635)	(106.868)	-
Outros créditos	5.511	-	-	(5.511)	-	-	-
Total do ativo não circulante	956.267	(34.299)	-	(369.128)	(48.635)	(106.868)	397.337
Total dos ativos	1.296.119	(34.299)	(124.782)	(369.128)	-	(106.868)	661.042
Passivo							
Total do passivo circulante	170.007	-	-	-	-	-	170.007
Não Circulante							
Fornecedores	52.656	437.678	(121.206)	(369.128)	-	-	-
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, tributários, regulatórios e ambientais	2.025	-	-	-	-	-	2.025
Investimento - Perda	655.292	-	-	-	-	(106.868)	202.855
Outras obrigações	73	-	-	-	-	-	73
Total do passivo não circulante	710.046	437.678	(121.206)	(369.128)	-	(106.868)	204.953
Patrimônio líquido							
Capital social	285.045	-	-	-	-	-	285.045
Reservas de lucros	52.149	-	-	-	-	-	52.149
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial	(171.568)	-	-	-	-	(62.552)	(234.120)
Lucros acumulados	250.440	(471.977)	(3.576)	-	-	408.121	183.008
Total do patrimônio líquido	416.066	(471.977)	(3.576)	-	-	345.569	286.082
Total dos passivos e patrimônio líquido	1.296.119	(34.299)	(124.782)	(369.128)	-	(106.868)	661.042

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os impactos decorrentes da reorganização societária também ocorrida em 31 de outubro de 2020, são demonstrados a seguir:

	Efeitos da perda de controle nas controladas CTM e TESA			
	31/10/2020	Ajuste do valor patrimonial dos investimentos (capitalização)	Realização reserva de ORA	31/10/2020
	(Antes da reorganização societária)			(Depois da perda de controle em
Ativo				
Total do ativo circulante	263.705	-	-	263.705
Não Circulante				
Tributos a compensar	25.098	-	-	25.098
Depósitos vinculados a litígios	11	-	-	11
Imobilizado	356.546	-	-	356.546
Intangível	15.682	-	-	15.682
Investimentos	-	10.434	-	10.434
Total do ativo não circulante	397.337	10.434	-	407.771
Total dos ativos	661.042	10.434	-	671.476
Passivo				
Total do passivo circulante	170.007	-	-	170.007
Não Circulante				
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, tributários, regulatórios e ambientais	2.025	-	-	2.025
Investimento - Perda	202.855	(202.855)	-	-
Outras obrigações	73	-	-	73
Total do passivo não circulante	204.953	(202.855)	-	2.098
Patrimônio líquido				
Capital social	285.045	-	-	285.045
Reservas de lucros	52.149	-	-	52.149
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial	(234.120)	-	234.120	-
Lucros acumulados	183.008	213.289	(234.120)	162.177
Total do patrimônio líquido	286.082	213.289	-	499.371
Total dos passivos e patrimônio líquido	661.042	10.434	-	671.476

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Efeitos na Companhia

Os impactos decorrentes desta operação de saneamento nos ativos e passivos, em 31 de outubro de 2020, são demonstrados a seguir:

	Efeitos da reorganização societária			Reflexos oriundo da Enel CIEN				
	31/10/2020 Antes da reorganização societária	Capitalização mútuos	Aporte de Capital	31/10/2020 Após a reorganização societária	Equivalência CTM e TESA	Efeitos valor justo	Perda em transações de Capital	31/10/2020 Após a reorganização societária
Ativo Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	136.068	-	(55.767)	80.301	-	-	-	80.301
Títulos e valores mobiliários	11.133	-	-	11.133	-	-	-	11.133
Tributos a compensar	160.232	6.582	-	166.813	-	-	-	166.813
Dividendos a receber	1.157.376	-	-	1.157.376	-	-	-	1.157.376
Empréstimos com partes relacionadas	170.202	(156.087)	-	14.115	-	-	-	14.115
Outros créditos	304.520	-	-	304.520	-	-	-	304.520
Total do ativo circulante	1.939.531	(149.505)	(55.767)	1.734.259	-	-	-	1.734.259
Ativo Não Circulante								
Depósitos vinculados a litígios	2.357	-	-	2.357	-	-	-	2.357
Tributos diferidos	644.349	-	-	644.349	-	-	-	644.349
Empréstimos com partes relacionadas	3.746.209	(5.553)	-	3.740.656	-	-	-	3.740.656
Investimentos	22.791.355	155.058	55.556	23.001.968	345.569	213.290	(191.236)	23.369.591
Imobilizado	16.507	-	-	16.507	-	-	-	16.507
Intangível	146.648	-	-	146.648	-	-	-	146.648
Total do ativo não circulante	27.347.425	149.505	55.556	27.552.486	345.569	213.290	(191.236)	27.920.109
Total dos ativos	29.286.956	-	(211)	29.286.745	345.569	213.290	(191.236)	29.654.368
Passivo Circulante								
Fornecedores	755.200	-	-	755.200	-	-	-	755.200
Empréstimos e financiamentos	33.544	-	-	33.544	-	-	-	33.544
Partes Relacionadas	24.793	-	-	24.793	-	-	-	24.793
Salários, provisões e encargos sociais	13.706	-	-	13.706	-	-	-	13.706
Obrigações fiscais	160.571	1.178	-	161.749	-	-	-	161.749
Dividendos a pagar	852.018	-	-	852.018	-	-	-	852.018
Obrigações por arrendamento	1.018	-	-	1.018	-	-	-	1.018
Outras obrigações	72	-	-	72	-	-	-	72
Total do passivo circulante	1.840.922	1.178	-	1.842.100	-	-	-	1.842.100
Passivo Não Circulante								
Empréstimos e financiamentos	2.164.425	-	-	2.164.425	-	-	-	2.164.425
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	995	-	-	995	-	-	-	995
Obrigações por arrendamento	147	-	-	147	-	-	-	147
Total do passivo não circulante	2.165.567	-	-	2.165.567	-	-	-	2.165.567
Patrimônio líquido								
Atribuível aos acionistas da empresa controladora								
Capital social	18.978.311	-	-	18.978.311	-	-	-	18.978.311
Ações em tesouraria	(111.025)	-	-	(111.025)	-	-	-	(111.025)
Reservas de capital	2.471.243	-	-	2.471.243	-	-	-	2.471.243
Reservas de lucros	4.081.222	-	-	4.081.222	-	-	-	4.081.222
Outros resultados abrangentes / Ajustes de avaliação patrimonial	(93.566)	-	-	(93.566)	(62.553)	213.290	(191.236)	(134.065)
Lucro líquido do exercício	(45.718)	(1.178)	(211)	(47.108)	408.122	-	-	361.014
Total do patrimônio líquido	25.280.467	(1.178)	(211)	25.279.078	345.569	213.290	(191.236)	25.646.701
Total dos passivos e patrimônio líquido	29.286.956	-	(211)	29.286.745	345.569	213.290	(191.236)	29.654.368

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2021.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia e suas controladas, sempre que aplicável, utilizam das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

Adicionalmente, o Grupo Enel considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que requerem maior nível de julgamento, e estão sujeitas a estimativas incluem: receita não faturada, imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, instrumentos financeiros derivativos, arrendamentos, benefícios pós-emprego e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis, trabalhistas e regulatórios.

As políticas contábeis significativas adotadas pelo Grupo Enel estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Enel Brasil, suas controladas e controladas indiretas, cuja participação percentual na data dos balanços é assim resumida:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada	Percentual de participação (%)	Direta (%)	Indireta (%)
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.	100,00	100,00	-
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	100,00	100,00	-
Enel CIEN S.A.	100,00	100,00	-
Enel Green Power Volta Grande S.A.	100,00	100,00	-
Enel Trading Brasil S.A.	100,00	100,00	-
Enel Tecnologia de Redes S.A.	100,00	100,00	-
Enel Brasil Central S.A.	100,00	100,00	-
Enel X Brasil S.A.	100,00	99,99	0,01
Central Geradora Fotovoltaica São Francisco LTDA	100,00	-	100,00
Luz de Angra Energia S.A.	51,00	-	51,00
Enel Distribuição Goiás	99,96	99,96	-
Ampla Energia e Serviços S.A.	99,73	99,73	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	99,61	99,61	-
Companhia Energética do Ceará	74,05	74,05	-
Enel Uruguay S.A. (i)	100,00	100,00	-
Compañía de Transmisión del Mercosur S.A. – CTM (ii)	99,99	74,14	25,85
Transportadora de Energia S.A. – Tesa (ii)	99,99	60,15	39,84

(i) Controlada direta localizada no Uruguai.

(ii) Controladas diretas e indiretas localizadas na Argentina.

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas. Entre os principais procedimentos de consolidação estão:

- Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de resultados não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são preparadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do mês da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor acumulado reconhecido no patrimônio líquido referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

Desde o exercício de 2018 as controladas indiretas CTM e TESA adotaram a prática contábil de economia hiperinflacionária, pois a partir de julho de 2018, a economia da Argentina é considerada hiperinflacionária, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária (“CPC 42”). Essa determinação foi feita com base em uma série de critérios qualitativos e quantitativos, dentre os quais se destaca a presença de taxa de inflação acumulada superior a 100% em um período de três anos.

De acordo com as disposições do CPC 42, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado dessas subsidiárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços e assim, as demonstrações financeiras foram retrospectivamente corrigidas a fim de refletir as mudanças no poder de compra do peso argentino, na data de encerramento destas demonstrações financeiras. Após a correção, as demonstrações financeiras foram convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período.

O resultado do exercício foi atualizado no final do período com base no índice de preços ao consumidor argentino do período de 2020, divulgado pelo INDEC – Instituto de Nacional de Estatísticas e Censo da República da Argentina, de forma a ajustar as variações monetárias do resultado no exercício. Atualmente, a taxa de inflação acumulada permanece superior a 100% se comparados o período dos últimos de três anos.

	IPC(*)
Inflação acumulada de janeiro a dezembro 2018	47,6%
Inflação acumulada de janeiro a dezembro 2019	53,8%
Inflação acumulada de janeiro a dezembro 2020	36,1%

(*) Índice de Precios al Consumidor equivalente ao IPCA do Brasil na Argentina.

Fonte: <https://www.indec.gob.ar/indec/web/Institucional-Indec-InformesTecnicos-31>

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas pelo Grupo de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A aplicação inicial da norma ocorreu em 1º de janeiro de 2018. A norma estabeleceu um modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia e suas controladas reconhecem suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas a medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca dos bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

2.4.1. Receita de distribuição

As receitas de distribuição de energia são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando os serviços são efetivamente transferidos ao cliente. As controladas de distribuição de energia efetuam o processo de medição (leitura) do consumo de seus clientes de acordo com o cronograma de leitura estabelecido, como resultado desse processo, o consumo de MWh é faturado mensalmente para cada consumidor. Como parte do curso normal do processo de leitura, parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, conseqüentemente, as controladas realizam uma estimativa através de premissas estabelecidas com base no histórico de consumo e volume total de energia disponibilizada, essa estimativa é registrada como receita de distribuição não faturada.

No caso da receita de construção da infraestrutura da concessão, a obrigação de desempenho está atrelada à evolução financeira da obra, onde os benefícios das melhorias são transferidos para a concessão à medida que os custos são incorridos.

Adicionalmente, a receita originada de um contrato com cliente é reconhecida quando a possibilidade de recebimento for provável, considerando a capacidade e a intenção de pagamento do cliente. Sendo assim, havendo a expectativa de não recebimento, a respectiva receita é apresentada líquida, através de uma conta redutora de fornecimento de energia.

As receitas são reconhecidas de forma líquida de contraprestação variável, como por exemplo eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. Dessa forma, como os indicadores individuais de desempenho refletem a qualidade

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição, as compensações financeiras ocorridas, em função do não cumprimento das metas estabelecidas pela ANEEL, devem ser deduzidas da própria receita gerada pela TUSD.

2.4.2. Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

2.4.3. Receita de transmissão

A receita de transmissão é reconhecida com base em Resolução Homologatória emitido anualmente pela ANEEL, com validade para o período de 1º de julho de um exercício a 30 de junho do exercício seguinte. O reconhecimento mensal é baseado no informe do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e corresponde à receita pela disponibilização do sistema de transmissão.

2.4.4. Receita de atualização da Bonificação de Outorga

Por tratar-se de um contrato de concessão entende-se, também, que a receita de juros efetivos vinculada à correção da parcela do ativo financeiro deverá ser classificada como “receita operacional”. Para a usina de Volta Grande existe uma Taxa Interna de Retorno – TIR específica, em consequência do valor estabelecido pelo poder concedente para o valor pago de bonificação de outorga e para o valor recebido pelo Retorno da Bonificação de Outorga (“RBO”). A atualização monetária é corrigida pelo IPCA, conforme estabelecido no contrato de concessão.

2.4.5. Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e a receita de utilização da rede de distribuição não faturada,

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

2.4.6. Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contrato de Concessão ("ICPC 17"), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A tratativa contábil em questão é aplicável às empresas do Grupo inseridas no segmento de distribuição de energia.

O Grupo contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim das controladas é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) o Grupo Enel terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo de contrato é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

2.4.7. Receita de serviço

As receitas com venda de serviços são desempenhadas pela controlada Enel X e suas subsidiárias, e listadas a seguir: (i) agente na negociação de seguros em geral, tendo sua receita gerada pelo percentual sobre a receita total auferida via prêmios dos seguros; (ii) realização de projetos de eficiência energética, que permite ao cliente a otimização dos custos de energia através da inteligência tecnológica e consumo eficiente do projeto de iluminação instalado no site cliente; (iii) locação de painéis fotovoltaicos instalados no site do cliente ou em área específica não sendo propriedade do cliente; e (iv) venda de painéis fotovoltaicos com instalação no site do cliente.

As receitas de serviços são reconhecidas a medida que as obrigações de performances determinadas em contrato são transferidas ao cliente e a possibilidade do recebimento da contraprestação financeira for provável.

2.4.8. Receita de arrendamento

As receitas com arrendamento são desempenhadas pelas controladas Enel X e suas subsidiárias e são oriundos do aluguel de plantas de geração de energia fotovoltaicas. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos, tais

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

arrendamentos são classificados como arrendamentos financeiros os contratos que apresentam as seguintes características (i) o valor presente dos fluxos de caixa futuros é superior ao custo do ativo, (ii) o prazo do arrendamento cobre substancialmente toda a vida útil das plantas solares e (iii) os riscos e benefícios da planta são substancialmente transferidos ao arrendatário com base nos termos contratuais

A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear durante todo o período do arrendamento e é incluída na receita da demonstração do resultado devido à sua natureza operacional.

2.4.9. Receita de juros

A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4.10. Serviços de importação de energia

As receitas de importação de energia são oriundas das atividades de agente importador e tem como objetivo atender situações emergenciais de desequilíbrio energético de carga no Brasil. As receitas são reconhecidas quando entregues no centro de gravidade do SIN conforme os montantes de carga e preços estabelecidos pela ONS. Como agente de importação a Companhia apresenta o resultado da operação de forma líquida deduzidos dos custos de importação e outros estabelecidos pela Portaria MME nº 339/2018.

2.5. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. A companhia inicialmente mensura seus ativos financeiros ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, este deve gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Os demais tivos que, não estejam estritamente relacionados a pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos passivos financeiros no reconhecimento inicial é realizada ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumento de proteção.

Todos os passivos são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, subsequentemente, são classificados em duas categorias: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e Passivos financeiros ao custo amortizado.

a) Classificação – Ativos e passivos financeiros

A Companhia adotou o CPC 48, e seus ativos e passivos financeiros foram mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”), conforme apropriado.

b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- O Grupo transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

c) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Instrumentos financeiros, apresentação líquida

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

e) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. O Grupo adota a contabilidade de hedge (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como:

- Hedge de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (hedge de fluxo de caixa); ou
- Hedge do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo).

f) Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge designado e qualificado como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido na conta "outros resultados abrangentes", enquanto a parcela não efetiva é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado como resultado financeiro.

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito vide nota 24.

Quando os contratos a termo são usados como hedge das transações previstas, o grupo geralmente designa a mudança no valor justo do contrato a termo relacionado ao componente à vista como o instrumento de hedge. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no componente à vista dos contratos a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de hedge de fluxo de caixa. A mudança no componente a termo do contrato relacionado ao item protegido é reconhecida, no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes como custos da reserva de hedge. Em alguns casos, a Companhia pode designar toda a mudança no valor justo do contrato a termo (incluindo pontos a termo) como o instrumento de hedge. Nesses casos, os

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no valor justo de todo o contrato a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de hedge de fluxo de caixa.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue.

Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito acima.

g) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. O Grupo aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos e exposição cambial.

O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swaps* de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado como "outros ganhos (perdas), líquidos". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por hedge, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "despesas financeiras".

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito vide nota 24.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

h) Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)

Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, e portanto sua contabilização embasada no ICPC 01, a bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro, uma vez que atende o conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

i) Ativo indenizável (concessão)

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia e suas controladas possuem o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

O Grupo classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio do Grupo para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (“VNR”), acrescido de correção monetária pelo IPCA, de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

j) Intangível

O Grupo reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia – contratos de concessão.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

As parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados até o final da concessão são classificadas como um ativo indenizável com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, onde a Administração

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

GSF (Generation Scaling Factor)

Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC-04 tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado a direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores. Adicionalmente considerando-se também por analogia o parágrafo 44 do referido CPC-04, o ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

da Controlada EGP Cachoeira Dourada, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga.

k) Ágio atribuído à concessão

O ágio registrado no balanço patrimonial da Companhia tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão da controladas Enel Distribuição Ceará e Enel Distribuição São Paulo e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público.

l) Ativos contratuais

O ativo de contrato (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo de contrato (infraestrutura em construção), pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo de contrato) para intangível da concessão. O ativo de contrato (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

m) Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado do Grupo Enel são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, o Grupo Enel reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

2.6. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

O Grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nos orçamentos financeiros, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Em 31 de dezembro de 2020, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes do Grupo estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

2.7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direito legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto diferido

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação aos créditos e perdas tributários e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Incentivo fiscal das controladas

A controlada Enel CE conta com benefícios fiscal SUDENE. Em 14 de dezembro de 2016, a Companhia renovou o benefício fiscal da Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o benefício apurado foi de R\$ 46.080 (31 de dezembro de 2019 R\$ 74.272).

2.8. Benefício a empregados – Planos de benefício definido

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. O Grupo determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem na demonstração do resultado, do exercício, como parcela do custo do serviço, ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes também são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação, ou liquidação parcial, do respectivo plano.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

2.9. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas, regulatórios e ambientais

As provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas, regulatórios e ambientais são reconhecidas quando a Companhia (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

2.10. Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2020

A Companhia e suas subsidiárias avaliaram os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020 estão evidenciadas a seguir:

- a) Alterações ao CPC 00 (R2) | *Conceptual Framework* – Estrutura conceitual para relatório financeiro

O CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro, equivalente ao pronunciamento do IASB conhecido como *Conceptual Framework*, foi alterado com o objetivo de refletir os conceitos ajustados pelo IASB, como a seguir:

- (i) Melhoria quanto às definições acerca do objetivo do relatório financeiro, ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas em diversos aspectos;
- (ii) Define critérios para inclusão de ativos e passivos nas demonstrações contábeis (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento);

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (iii) Bases de mensuração e orientação sobre quando e como utilizá-las; e,
- (iv) Determina conceitos e estabelece orientações quanto a apresentação e divulgação das demonstrações contábeis e notas explicativas, bem como a definição de materialidade.

As alterações estabelecidas pela norma mencionada foram, quando aplicável, devidamente adotadas pela Companhia e suas subsidiárias.

b) Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos | IFRS 16 – *Leases*

O CPC 06 (R2) equivalente à norma internacional de contabilidade, IFRS 16, foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

- (i) A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:
- (ii) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- (iii) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- (iv) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia e suas subsidiárias.

c) Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, evidenciação e instrumentos financeiros | IFRS 07 – *Financial instruments: Disclosures* e 09 – *Financial Instruments*

Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais taxas são referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Dessa forma, o IASB emitiu a reforma da taxa de juros de referência que resultou na alteração das IFRS 07 e IFRS 09. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de *hedge*

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

para permitir a manutenção da contabilização destes instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência.

O Companhia e suas controladas possuem transações sujeitas a taxa variável, vinculada à LIBOR, no montante de 501.282 e 5.946 (vide nota explicativa nota explicativa 22) com vencimentos em 2021 e 2024, respectivamente. A companhia designou operação de hedge de fluxo de caixa de juros e variação cambial substituindo o risco atrelado à LIBOR por indexador de juros nacional e de acordo com as políticas de riscos do Grupo no Brasil (vide nota explicativa 24). Tal designação permite a manutenção da contabilização de hedge mesmo que haja incerteza sobre a reforma da taxa de juros referencial, essa assertiva é ainda corroborada pelo vencimento e materialidade das operações acima mencionadas.

2.11. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo no Brasil, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. Se aplicável aos negócios da Companhia e suas subsidiárias, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração evidenciação e instrumentos financeiros	Reforma da taxa de referência de juros segunda fase	1º de janeiro de 2021
CPC 27 – Imobilizado	Prover guidance para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS – Ciclo 2018 - 2020	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.12. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. No processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo, a adoção inicial do CPC 06 (R2) produziu efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo.

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Grupo revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos, bem como, a expectativa de perda futura utilizando como base probabilidade de perda determinada individualmente e coletivamente, os modelos utilizados atendem à abordagem geral e simplificada estabelecida pelo CPC 48, como a seguir:

- Individualmente, a Companhia e suas controladas determinam a perda esperada para crédito de liquidação duvidosa para cada consumidor, este modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias, determinação e mudança de risco de crédito individual,
- Coletivamente, o Grupo utiliza uma matriz de provisões para determinação da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, essa matriz é utilizada principalmente para o modelo coletivo onde há uma quantidade relevante de consumidores. Este modelo contempla cada classe de consumo (Residencial, Rural, Comercial, Industrial, Poder Público, Iluminação Pública e Serviços Públicos). Adicionalmente, a perda esperada é calculada separadamente para cada classe de consumo do setor de distribuição de energia.

Em ambos os modelos a Administração determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”), os

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

percentuais de perda esperada de crédito ora aplicados aumentam a medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito do Grupo e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

Tributos

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte do Grupo.

Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas, regulatórios e ambientais

O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas, regulatórios e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Benefícios pós-emprego

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide nota 33.

Arrendamentos

Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos. O Grupo não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). O Grupo estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos do Grupo (como o rating de crédito da subsidiária).

Receita não faturada

O cálculo da receita não faturada é baseado no número de dias não faturados no mês, na estimativa de energia distribuída nesses dias e no preço médio estimado por classe de clientes no mês.

3. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios

a) Revisão e reajuste tarifário

Enel Distribuição Rio

A ANEEL, em reunião pública de sua Diretoria realizada em 10 de março de 2020, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2020 para a controlada Enel Distribuição Rio, aplicado nas tarifas a partir de 15 de março de 2020. A ANEEL aprovou um reajuste de +2,71% composto por (i) reajuste econômico de +0,54%, sendo -0,44% de Parcela A e +0,98% de Parcela B e (ii) componente financeiro de +6,25%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário de -4,07%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +2,71%.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição Ceará

O Reajuste Tarifário Anual atribuído à controlada Enel Distribuição Ceará que deveria ter entrado em vigor a partir de 22 de abril de 2020 após a aprovação da ANEEL, através da Resolução Homologatória 2.676/2020, em 14 de abril de 2020, foi postergado e entrou em vigor em 01 de julho de 2020, por motivo de calamidade pública. Neste período, a controlada reduziu a obrigação de recolhimento das cotas mensais de CDE (competências maio, junho e julho) até o limite da perda de arrecadação da receita. Os valores reduzidos foram restituídos à CDE nas competências de agosto a dezembro de 2020.

O montante de R\$ 31.013 referente diferença de receita devido à postergação do reajuste tarifário de 22 de abril a 1 de julho de 2020 será considerada no Reajuste Tarifário Anual de 2021 e está sendo atualizado pela taxa Selic.

Este reajuste tarifário gera um efeito médio nas tarifas dos consumidores de 3,94%, sendo de 3,78%, em média para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 4,00%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

Enel Distribuição Goiás

A ANEEL, em reunião pública de sua Diretoria realizada em 20 de outubro de 2020, deliberou sobre o reajuste tarifário de 2020 da controlada Enel Distribuição Goiás, aplicada nas tarifas a partir de 22 de outubro de 2020. Foi aprovado um reajuste percebido pelo consumidor de 4,28% composto por (i) reajuste econômico de 12,62%, sendo 11,17% de Parcela A e +1,45% de Parcela B e (ii) componentes financeiros de -2,21%. Descontados os componentes financeiros considerados no último processo tarifário de -6,14%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +4,28%.

Enel Distribuição São Paulo

Em 30 de junho de 2020, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2020 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2020.

Foi aprovado Reajuste Tarifário Anual da controlada Enel Distribuição São Paulo positivo de +15,60% composto por: (i) reajuste econômico de +15,27%, sendo +13,18% de Parcela A e +2,09% de Parcela B; e (ii) componente financeiro de +0,33%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +4,23%.

b) Bandeiras tarifárias

As bandeiras tarifárias que vigoraram no ano de 2019 e no 1º semestre de 2020, foram reflexo das condições hidrológicas da época. Em função da pandemia causada pelo Coronavírus, a

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ANEEL decidiu, por meio do Despacho nº 1.511/20, de 26 de maio de 2020, suspender, em caráter excepcional e temporário, a aplicação das Bandeiras Tarifárias e acionar a bandeira verde até 31 de dezembro de 2020.

Contudo, diante de condições hidro energéticas adversas, em 30 de novembro de 2020, por meio do Despacho nº 3.364/20, a ANEEL decidiu revogar o Despacho nº 1.511/20 e reativou o sistema das bandeiras tarifárias, que retornou sua vigência a partir de 1º de dezembro de 2020 com o acionamento da bandeira vermelha - patamar 2.

c) Contrato fornecimento de gás pela Petrobras para controlada CGTF

A Petrobras, fornecedor de gás natural para a controlada CGTF, requereu em 8 de setembro de 2017 a rescisão do contrato de suprimento de gás natural alegando eventual desequilíbrio econômico-financeiro relacionado com o preço e condições de suprimento do gás, depois de quase 15 anos do seu início de operação. Este contrato entrou em vigor a partir de 27 de dezembro de 2003 e foi firmado no âmbito do Programa Prioritário de Termoeletricidade instituído pelo Governo Federal para solucionar o problema do racionamento de energia elétrica, que consistia em aumentar a geração termelétrica no Brasil, e tendo o Estado Brasileiro como garantidor do suprimento de gás natural, a preços regulados e estabelecidos em Portaria Interministerial dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia, e executado através da Petrobras, que detém o monopólio de gás no País.

A controlada CGTF, com o objetivo de seguir operando para a segurança elétrica do País, mantinha o contrato vigente através de uma liminar obtida em novembro de 2017 em uma ação judicial promovida contra a Petrobras, Cegas, União Federal e Estado do Ceará. Entretanto, no dia 26 de fevereiro de 2018, a Controlada CGTF tomou conhecimento da revogação da liminar diante da extinção da ação judicial. No dia 27 de fevereiro, a Controlada CGTF foi notificada pela Petrobras informando a interrupção do suprimento de gás. A Controlada CGTF recorreu desta decisão com o firme propósito de restabelecer o suprimento de gás natural, confiando que o Poder Judiciário e o Estado Brasileiro reconheceriam a obrigação de ser honrado o compromisso estabelecido no Programa Prioritário de Termoeletricidade e em virtude do contrato firmado no ano de 2002.

Diante do recurso apresentado foi deferida, novamente, liminar no dia 29 de maio de 2018, sendo reformada tal decisão desobrigando a Petrobras a fornecer o gás no dia 27 de junho de 2018. Por fim, em 25 de outubro de 2018, a CGTF obteve liminar a qual lhe assegura que a União, o Estado do Ceará, a Petrobras e a CEGÁS se abstenham de cortar o fornecimento do Gás Natural nas condições estabelecidas nos 2 (dois) contratos de fornecimento de gás, firmados em setembro de 2002, no âmbito do PPT- Programa Prioritário de Termoeletricidade.

Em agosto de 2020, a disputa acima descrita foi encerrada entre as partes garantindo, umas às outras, total isenção por qualquer pleito passado relacionado ao contrato de suprimento de gás (pleitos que tenham sido, ou não, apresentado até a referida data).

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e contas correntes bancárias	5.484	1.865	243.814	131.401
Aplicações financeiras				
CDB - Certificado de Depósito Bancário	43.563	159.868	2.913.688	2.065.002
Operações compromissadas	-	4.992	636.679	337.535
Fundo Curto Prazo (não exclusivo)	-	-	2.390	-
Total aplicações financeiras	49.047	166.725	3.796.571	2.533.938
Fundos exclusivos				
Fundos de investimentos aberto	477	474	7.818	39.089
Operações compromissadas	16	9.632	1.999	242.170
Total de fundos exclusivos	493	10.106	9.817	281.259
Total de caixa e equivalentes de caixa	49.540	176.831	3.806.388	2.815.197

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

O excedente de caixa da Companhia e de suas controladas é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia e de suas controladas. As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e curva da taxa CDI mensal.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não existe registro de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa visto que os ativos financeiros são aplicados em instituições de primeira linha, sendo os mesmos monitorados de forma contínua pela Companhia.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mobiliários são compostas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fundos de investimentos não exclusivos	-	-	249.983	192.681
Total de fundos de investimentos	-	-	249.983	192.681
Fundos exclusivos				
Títulos públicos	5.190	8.261	97.168	96.368
Letras financeiras	879	5.574	12.916	50.470
Outros	-	-	1.416	-
Total de fundos exclusivos	6.069	13.835	111.500	146.838
Total de títulos e valores mobiliários	6.069	13.835	361.483	339.519

Através de fundos exclusivos, a Companhia e suas controladas aplicam seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os fundos de investimentos exclusivos Córdoba e Pienza são administrados, respectivamente, pelo Banco Santander S.A. e pelo Banco Itaú S.A.

A Companhia e suas controladas detêm participação de 100% sobre o capital destes fundos, apesar da participação integral sobre o capital, a Companhia e suas controladas não exercem controle sobre as atividades e operação destes fundos, bem como, não influencia seus administradores, logo, de acordo com o CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, a consolidação destes fundos não é requerida.

6. Ativos financeiros - Contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)

Como informado na nota 1.b, a controlada EGP Volta Grande efetuou um pagamento de R\$1.419.784 a título de bonificação pela outorga a ser ressarcido ao longo do contrato de concessão. Em virtude de ser um crédito a receber relacionado ao contrato de concessão composto pelo Retorno da Bonificação pela Outorga, garantido pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, a controlada EGP Volta Grande classificou o montante a receber da Bonificação pela Outorga como ativo financeiro em função do direito incondicional da controlada EGP Volta Grande de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão. A amortização corresponde aos valores recebidos mensalmente.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>1.422.407</u>
Atualização financeira do bônus de concessão	57.106
Amortização do bônus de concessão	<u>(50.295)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>1.429.218</u>
Atualização financeira do bônus de concessão	64.770
Amortização do bônus de concessão	<u>(51.895)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>1.442.093</u>
Circulante	53.411
Não circulante	1.388.682

7. Consumidores, concessionários e permissionários, líquidos

	Consolidado				
	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				31/12/2020	31/12/2019
Classes de consumidores:					
Residencial	1.235.233	1.134.739	2.430.105	4.800.077	3.904.579
Industrial	215.053	74.853	234.228	524.134	524.506
Comercial	524.808	208.543	423.507	1.156.858	1.099.641
Rural	120.080	88.922	128.070	337.072	306.320
Poder público	131.940	65.381	155.851	353.172	413.028
Iluminação pública	88.535	59.794	194.460	342.789	275.204
Serviço público	106.745	14.257	24.965	145.967	122.859
Fornecimento de energia faturado	2.422.394	1.646.489	3.591.186	7.660.069	6.646.137
Fornecimento de energia não faturado (a)	1.782.376	-	-	1.782.376	1.597.675
Parcelamento de débitos de consumidores	1.498.658	55.913	168.499	1.723.070	1.163.981
Compartilhamento - uso mútuo	19.165	25.003	67.204	111.372	90.483
Agente de cobrança da iluminação pública	6.531	806	33.606	40.943	50.886
Venda de energia excedente	-	-	-	-	25.328
Baixa renda - subsídio CDE	-	-	-	-	-
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	1.890.229	3.528	151.594	2.045.351	278.349
Concessionárias e permissionárias	273.330	518	9.072	282.920	256.202
Consumidores livres	3.679	-	144	3.823	9.515
Outros	286.751	1.647	3.728	292.126	66.393
Subtotal	8.183.113	1.733.904	4.025.033	13.942.050	10.184.949
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(87.446)	(113.944)	(2.858.912)	(3.060.302)	(2.764.120)
Total	8.095.667	1.619.960	1.166.121	10.881.748	7.420.829
Circulante				10.569.909	7.171.190
Não circulante				311.839	249.639

- (a) Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Residencial	(1.732.505)	(1.551.163)
Industrial	(199.907)	(197.682)
Comercial	(325.251)	(256.497)
Rural	(128.108)	(98.962)
Poder público	(41.493)	(28.678)
Iluminação pública	(64.281)	(49.566)
Serviço público	(19.566)	(10.911)
Parcelamento de débitos de consumidores	(435.660)	(423.714)
Outros	(113.531)	(146.947)
	(3.060.302)	(2.764.120)

A movimentação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no exercício é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldos iniciais	(2.764.120)	(2.609.112)
Adições	(720.237)	(461.104)
Baixado para perdas (incobráveis)	416.185	296.372
Baixas (reversões)	7.870	9.724
Saldos finais	(3.060.302)	(2.764.120)

A perda esperada com crédito de liquidação duvidosa é constituída com base nos valores a receber dos consumidores, segregando em grandes clientes (alta tensão), clientes corporativos (baixa tensão) e administração pública. Considera também, uma análise coletiva e/ou individual, quando aplicável, dos títulos a receber ou do saldo da dívida parcelada, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais (quando aplicável), considerando um novo modelo de avaliação a fim de apurar as perdas esperadas. No que tange à abordagem coletiva, a Companhia utilizou uma matriz de provisão, conforme previsto na norma, que reflete a experiência de perda de crédito histórica para classe que foi agrupada. A matriz de provisão estabelece percentuais dependendo do *aging* das contas a receber. A Companhia considerou o comportamento específico de determinados clientes em função do histórico de inadimplência e as informações disponíveis sobre as contrapartes. Os impactos estão relacionados ao cenário causado pela pandemia (COVID-19) – vide nota explicativa nº 1.2

Saldos apresentados em 31 de dezembro de 2019 foram reclassificados entre linhas para melhor apresentação.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Subvenção CDE - Desconto Tarifário

Valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras. A diferença entre a previsão e o subsídio efetivamente apurado é verificada a cada processo tarifário, sendo que a Companhia recebe ou paga a diferença durante os 12 meses do referido processo tarifário.

O quadro abaixo demonstra a composição da CDE reconhecida pela Companhia e suas controladas.

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
CDE compensação - liminar (a)	-	619.511
Subvenção baixa renda	55.646	18.146
Previsão ajuste CDE ciclo corrente	49.291	22.602
Subsídio CDE mensal - ciclo corrente	22.715	-
CDE a receber - diferença ciclo anterior	15.598	15.581
	143.250	675.840

Saldos apresentados em 31 de dezembro de 2019 foram reclassificados entre linhas para melhor apresentação.

- a) Os valores em aberto de novembro de 2014 até a 2017 (Resoluções homologatórias 1.711/14, 1.882/15 e 2.065/16) foram objeto de compensação integral com os valores devidos à Eletrobras/CCEE relativos a Encargos CDE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 8 de julho de 2015. Em 2020, após decisão transitada em julgado, a qual permitiu compensação dos referidos montantes (ativo e passivo), a Companhia efetuou compensação dos saldos do ativo e passivo circulantes no montante de R\$ 607.114. O montante de R\$ 12.397, que corresponde à reversão da atualização não reconhecida do ativo na referida decisão, foi registrado no resultado financeiro.

9. Créditos especiais

	Consolidado				31/12/2020	
	31/12/2019	Adições (Reversões)	Transferência (depósitos judiciais)	PECLD (Adições) Reversões		Provisão para perda de valor recuperável (FUNAC)
Fundo de aporte à Enel Distribuição Goiás – FUNAC	957.369	97.317	(3.547)	(2.892)	(74.737)	973.510
Total	957.369	97.317	(3.547)	(2.892)	(74.737)	973.510
Circulante	12.246					34.992
Não circulante	945.123					938.518

Por meio da Lei nº 17.555 de 20 de janeiro de 2012, o Estado de Goiás criou o Fundo de Aporte à Enel Distribuição Goiás – FUNAC, regulamentado pelo decreto nº 7.732, de 28 de setembro de

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2012, com o objetivo de reunir e destinar recursos financeiros para ressarcimento à Enel Distribuição Goiás de pagamentos de contingências de qualquer natureza cujo fato gerador tenha ocorrido até a venda do controle acionário para a Eletrobras, conforme Termos de Acordo de Acionistas e de Gestão, bem como no Termo de Cooperação do FUNAC. Os recursos do referido fundo dependem de aportes a serem realizados pelo Governo do Estado de Goiás e créditos recebidos de ações ganhas pela controlada Enel Distribuição Goiás que são repassados ao Fundo.

Conforme disposto do contrato de compra e venda da Companhia assinado entre CELG, Eletrobras e CELGPARG de 14 de fevereiro de 2017, o Estado de Goiás se comprometeu a indenizar os compradores da CELG D por quaisquer danos e prejuízos que possam ocorrer em decorrência de, entre outros motivos, "alteração, revogação ou edição de lei estadual ou decisão administrativa ou judicial referente a qualquer condição ou validade do FUNAC". Desde então a Companhia mantém controlado separadamente os ativos creditórios vinculados as contingências de natureza provável com fatos geradores anteriores a data de mudança do controle conforme disposto no contrato de compra e venda da Companhia.

Em 06 de fevereiro de 2019 foi publicada a Lei 20.416, que alterou a Lei 17.555/12 (que instituiu o Fundo de Aporte à CELG Distribuição-FUNAC) e a Lei 19.473/16 (que instituiu a política estadual energética para manutenção, melhoria e ampliação da rede de distribuição de energia em Goiás) onde o Governo do Estado de Goiás suspendeu parte do ressarcimento à Companhia, ao retroagir o período de cobertura do FUNAC de 27 de janeiro de 2015 para 24 de abril de 2012.

Em 25 de abril de 2019, foi publicada a Lei 20.468 que revogou a Lei Estadual nº 19.473 de 03 de novembro de 2016 que concedia o direito da Companhia em apropriar crédito outorgado de ICMS para compensação das contingências administrativas e judiciais cujos fatos geradores tenham ocorrido até 27 de janeiro de 2015.

Como as alterações induzidas pelas referidas leis acima violam o edital de privatização e o contrato de compra e venda da CELG D, a Companhia ingressou imediatamente com medidas judiciais para invalidar os efeitos das leis anteriores em razão da inconstitucionalidade dos referidos dispositivos, que eliminam direitos adquiridos por meio de outras leis e de um contrato de compra e venda que o próprio Estado de Goiás assinou garantindo, em qualquer caso, o direito ao reembolso das obrigações que tivessem que ser pagas pelos novos controladores e cujos fatos geradores sejam anteriores a 27 de janeiro de 2015.

Em 12 de junho de 2019, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás concedeu a liminar em favor da Companhia desconsiderando as alterações promovidas pela Lei Estadual 20.416/19, determinando, assim, o respeito ao contrato de compra e venda de ações e outras avenças da CELG Distribuição S/A – CELG D e garantindo o direito de serem ressarcidas dos passivos resultantes de decisões de autoridades administrativas para as quais não haja mais recurso, decisões judiciais transitadas em julgado e/ou acordos judiciais ou extrajudiciais homologados judicialmente de fatos gerados conforme regulamentado anteriormente.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No dia 16 de setembro de 2019, foi indeferido o pedido liminar da Companhia, mantendo a revogação da Lei do Crédito de ICMS por entender que a questão é complexa e requer uma análise processual mais ampla, incompatível com uma análise preliminar no início do processo judicial. A Companhia apresentou recurso perante o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

No dia 01 de outubro de 2019, durante julgamento do recurso interposto pelo Estado de Goiás, o Tribunal de Justiça revogou a liminar que havia desconsiderado as alterações promovidas pela Lei Estadual 20.416/19, a qual voltou a vigorar.

Contra a decisão que revogou a liminar, a Companhia interpôs recurso, o qual aguarda julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça, em Brasília.

Em 12 de novembro de 2019 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal requerendo a declaração de inconstitucionalidade da Lei 20.416/19, que alterou a Lei 17.555/12 (FUNAC), e também da Lei 20.468/19 que revogou a Lei Estadual nº 19.473/16 (créditos outorgados de ICMS).

Em 03 de junho de 2020, o Supremo Tribunal Federal não admitiu a ação de inconstitucionalidade apresentada pela ABRADEE, por entender que não caberia ação de inconstitucionalidade para discutir leis que alcançariam apenas uma empresa, uma vez que esse tipo de ação é destinada a um controle abstrato da constitucionalidade das leis e não para situações concretas e específicas. Todavia, não houve nenhuma manifestação sobre o mérito das leis, apenas aspectos processuais. No dia 24 de junho de 2020, a ABRADEE apresentou recurso, o qual ainda está aguardando julgamento pelo colegiado do Supremo Tribunal Federal. No dia 24 de junho de 2020, a ABRADEE apresentou recurso, o qual foi julgado em 22 de setembro de 2020 pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, que manteve a decisão anterior proferida.

A Administração da Companhia conclui, com base nos princípios constitucionais do direito adquirido, inserto no artigo 5º, XXXVI da Constituição Federal, bem como no fato de que os atos garantidores desses direitos são considerados atos jurídicos perfeitos, protegidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, e em razão das medidas judiciais em trâmite perante o Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, que os valores continuam recuperáveis e se tornarão líquidos a medida em que as obrigações associadas aos créditos sejam reembolsadas.

O direito da Companhia, ademais, sustenta-se pelos contratos celebrados com a Administração Pública, tendo sido assumida, direta e inequivocamente, pelo Estado de Goiás a responsabilidade pelos termos e condições contratuais em relação ao FUNAC.

Especificamente sobre o Crédito Outorgado de ICMS, importante salientar que o Código Tributário Nacional, bem como a Constituição Federal, preveem a impossibilidade de revogação do benefício fiscal, considerando a forma e razão de sua outorga, sendo tal entendimento reforçado por Súmula 544 do Supremo Tribunal Federal, que se enquadra claramente a tese sustentada pela Companhia

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

no processo judicial em andamento no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, e pela ABRADÉE na ADI proposta no Supremo Tribunal Federal, que, em resumo, impede a revogação do incentivo fiscal concedido mediante condições e a prazo certo.

Adicionalmente, a Administração da Companhia está adotando todas medidas cabíveis para manter os direitos adquiridos na época da compra da Companhia garantidos pelo próprio Estado de Goiás conforme contrato de compra e venda firmado em 14 de fevereiro de 2017.

Os montantes relacionados a processos que ainda estão ativos no judiciário são mantidos no longo prazo através da rubrica de Créditos Especiais, uma vez que os pagamentos oriundos de tais processos ainda não foram realizados. Dessa forma, assim que ocorrer o encerramento judicial dos processos e em caso de decisão desfavorável à controlada Enel Distribuição Goiás, serão adotados todos os procedimentos legais para que os valores pagos sejam ressarcidos à Companhia, seja através de ressarcimento via FUNAC ou apropriação de crédito outorgado de ICMS. A segregação entre curto e longo prazo dos referidos valores é feita baseada em expectativa de realização do crédito pela Companhia.

Com base nas alterações realizadas às leis vigentes à época da aquisição, bem como as incertezas acerca das decisões que serão proferidas pelos juízes das comarcas e instâncias cujos recursos da Companhia foram realizados, a Administração mantém provisão para perda ao valor recuperável do FUNAC no montante total de R\$ 511.435 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 436.698 em 31 de dezembro de 2019) relacionada ao período compreendido entre abril de 2012 e janeiro de 2015, período para o qual a Companhia teve o direito de ressarcimento revogado pela alteração das Leis nº17.555/12 e 19.473/16. O impacto da referida provisão no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 74.737 (nota explicativa 26).

A provisão para perdas mencionada anteriormente gerou uma diferença tributária dedutível, logo, a Companhia mantém registrado o montante de R\$ 173.888 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 148.477 em 31 de dezembro de 2019) de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre o total da perda contabilizada.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Tributos a compensar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	192.237	144.275	656.958	403.386
Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS (b)	-	8	741.889	671.308
Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS – Parcelamento	-	-	78.801	11.056
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	-	-	129.695	94.866
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") - ICMS (c)	-	-	8.279.880	6.580.808
INSS Patronal	-	-	4.355	2.329
Tributos sobre importação de serviços	5.251	-	5.251	-
Outros tributos	729	-	34.490	33.649
Total de tributos a compensar	198.217	144.283	9.931.319	7.797.402
Circulante	198.217	144.283	2.352.920	1.512.319
Não circulante	-	-	7.578.399	6.285.083

- (a) O saldo de imposto de renda a compensar refere-se a valores de imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre aplicações financeiras, retenções de órgãos públicos (Lei nº 9.430/96) e saldo do imposto de renda pagos antecipadamente. O saldo de contribuição social a compensar refere-se ao valor do saldo da contribuição social sobre o lucro líquido pagos antecipadamente, além de valores retidos por órgãos públicos, conforme Lei nº 9.430/96.
- (b) Refere-se, basicamente, aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo fixo (conforme conceito estabelecido na legislação fiscal), os quais estão sendo compensados mensalmente, contra o ICMS recolhidos de clientes à razão de 1/48 avos e a outros sobre o faturamento protocolados nas secretarias dos Estados aguardando autorização de compensação.
- (c) O Grupo constituiu ativo de PIS e COFINS a compensar com base em decisões favoráveis de ações judiciais transitadas em julgado entre dezembro de 2018 e março de 2019, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de maio de 2001 (vide nota 21).

11. Cauções e depósitos

Instituição	Tipo de aplicação	Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019
		Não circulante	Não circulante
Bradesco	CDB	13	18
BNB	CDB	14.940	14.544
Banco do Brasil	Título do Tesouro EUA	13.630	9.401
Total		28.583	23.963

Em 31 de Dezembro de 2020, os saldos de cauções e depósitos registrados pela controlada Enel Distribuição Ceará correspondem, basicamente, a aplicações de valores vinculados aos contratos

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de aquisição de energia elétrica e às retenções contratuais de fornecedores de serviços, além da garantia de contratos de financiamentos.

Os valores em garantias são aplicados em fundos de investimento de renda fixa, CDBs e outros instrumentos financeiros de baixo risco.

12. Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros

No exercício de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das Companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica – OCPC08 (“OCPC08”) que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão, representou um elemento novo que eliminou, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos e passivos relacionados a Parcela A e outros itens financeiros são reconhecidos pela Companhia e suas controladas e são apresentadas como a seguir:

Ativo (passivo) regulatório Líquido	Consolidado								Valores em Amortização	Valores em Constituição
	31/12/2019	Adição	Amortização	Conta - COVID	Recebimento Bandeiras Tarifárias	Remuneração	Reclassificação	31/12/2020		
Aquisição de Energia - (CVAenergia)	2.201.119	1.562.973	(1.579.367)	(2.714.907)	(540.276)	42.359	799.821	(228.278)	5.765	(234.043)
Custo da Energia de Itaipu	455.850	1.221.668	-	-	-	13.666	(799.821)	891.363	891.363	-
Proinfra	21.696	(58.107)	(11.775)	52.731	-	(526)	-	4.019	(8.452)	12.471
Transporte Rede Básica	172.422	291.035	(85.792)	(332.857)	-	3.188	-	47.996	(14.808)	62.804
Transporte de Energia - Itaipu	42.386	46.338	(19.968)	(54.837)	-	774	41	14.734	16.146	(1.412)
ESS	(779.761)	(206.171)	537.279	745.833	(14.419)	(15.925)	(41)	266.795	100.668	166.127
CDE	69.601	302.548	(173.080)	(155.087)	-	1.074	-	45.056	15.276	29.780
CVA	2.183.313	3.160.284	(1.332.703)	(2.459.124)	(554.695)	44.610	-	1.041.685	1.005.958	35.727
PIS/COFINS alíquota efetiva	22.179	-	-	-	-	-	(22.179)	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	(44.157)	270.499	2.951	(202.619)	-	3.838	(1)	30.511	(36.323)	66.834
Sobrecontratação de Energia	(303.668)	309.482	368.947	(323.310)	(28.528)	(1.130)	(9.879)	11.914	121.592	(109.678)
Devoluções Tarifárias	(561.427)	(239.716)	160.776	-	-	(5.129)	149.738	(495.758)	(190.299)	(305.459)
Antecipação da parcela B	-	-	-	(127.680)	-	(114)	-	(127.794)	-	(127.794)
Risco hidrológico	(948.259)	(1.284.801)	941.128	-	-	(18.833)	-	(1.310.765)	(650.748)	(660.017)
Demais ativos e passivos setoriais	399.426	248.718	(370.388)	(59.289)	-	32.921	(122.585)	128.803	103.171	25.632
Demais passivos regulatórios (Líquidos)	(1.435.906)	(695.818)	1.103.414	(712.898)	(28.528)	11.553	(4.906)	(1.763.089)	(652.607)	(1.110.482)
Total ativo (passivo) regulatório líquido	747.407	2.464.466	(229.289)	(3.172.022)	(583.223)	56.163	(4.906)	(721.404)	353.351	(1.074.755)

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo (passivo) regulatório Líquido	Consolidado							31/12/2019	Valores em Amortização	Valores em Constituição
	31/12/2019	31/12/2018	Adição	Amortização	Recebimento Bandeiras Tarifárias	Remuneração	Reclassificação			
Aquisição de Energia - (CVAenergia)	2.201.119	2.955.910	2.129.056	(2.895.089)	(807.208)	169.086	649.364	2.201.119	724.782	1.476.337
Custo da Energia de Itaipu	455.850	745.243	573.924	(242.328)	-	25.397	(646.386)	455.850	455.850	-
Proinfa	21.696	7.692	22.968	(10.151)	-	1.187	-	21.696	12.592	9.104
Transporte Rede Básica	172.422	151.623	129.940	(114.747)	-	5.606	-	172.422	63.788	108.634
Transporte de Energia - Itaipu	42.386	43.956	20.358	(31.758)	-	9.830	-	42.386	21.093	21.293
ESS	(779.761)	(1.184.383)	(593.258)	1.057.061	-	(59.728)	547	(779.761)	(257.599)	(522.162)
CDE	69.601	289.209	(89.372)	(151.340)	-	21.104	-	69.601	53.286	16.315
CVA	2.183.313	3.009.250	2.193.616	(2.388.352)	(807.208)	172.482	3.525	2.183.313	1.073.792	1.109.521
PIS/COFINS alíquota efetiva	58.415	52.526	(15.209)	(15.138)	-	-	-	22.179	-	22.179
Neutralidade da Parcela A	(44.157)	306.360	(284.052)	(68.541)	-	2.076	-	(44.157)	4.818	(48.975)
Sobrecontratação de Energia	(303.668)	(972.729)	187.762	506.565	(99.613)	74.347	-	(303.668)	(221.525)	(82.143)
Diferimento/devoluções Tarifárias	(561.427)	(578.684)	(159.207)	170.496	-	5.968	-	(561.427)	(164.778)	(396.649)
Risco hidrológico	-	(867.564)	(932.653)	878.938	-	(26.979)	-	(948.258)	(471.653)	(476.605)
Outros	(548.834)	264.335	471.593	(273.383)	-	(54.235)	(8.885)	399.425	120.803	278.622
Demais passivos regulatórios (Líquidos)	(1.399.671)	(1.795.756)	(731.766)	1.198.937	(99.613)	1.177	(8.885)	(1.435.906)	(732.335)	(703.571)
Total ativo (passivo) regulatório líquido	783.642	1.213.494	1.461.850	(1.189.415)	(906.821)	173.659	(5.360)	747.407	341.457	405.950

Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, as controladas receberam nos meses de julho e dezembro de 2020 o montante de R\$ 3.172.022 referente a conta – COVID, correspondendo a antecipação dos componentes financeiros relativos a sobrecontatação, CVA em constituição e neutralidade de encargos setoriais. O referido montante foi contabilizado nos respectivos componentes tarifários, conforme detalhado na movimentação apresentada nesta respectiva nota. Os montantes recebidos da conta – COVID estão sendo atualizados pela taxa Selic.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo a composição dos itens de ativos e passivos regulatórios:

	Consolidado					
	31/12/2020					
	Circulante			Não Circulante		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Ativo (passivo) regulatórios						
Aquisição de Energia - (CVAenergia)	397.098	(769.906)	(372.808)	295.305	(150.775)	144.530
Custo da Energia de Itaipu	470.057	(24.376)	445.681	470.057	(24.376)	445.681
Proinfa	11.146	(13.075)	(1.929)	6.252	(304)	5.948
Transporte Rede Básica	46.030	(20.496)	25.534	30.833	(8.371)	22.462
Transporte de Energia - Itaipu	11.097	(6.270)	4.827	10.179	(272)	9.907
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	209.954	(67.432)	142.522	124.273	-	124.273
Conta de desenvolvimento energético - CDE	79.981	(27.677)	52.304	7.289	(14.537)	(7.248)
CVA	1.225.363	(929.232)	296.131	944.188	(198.635)	745.553
Neutralidade da Parcela A	109.585	(44.279)	65.306	13.014	(47.809)	(34.795)
Sobrecontratação de Energia	108.967	(159.091)	(50.124)	106.570	(44.532)	62.038
Diferimento/devoluções Tarifárias	-	(153.677)	(153.677)	-	(342.081)	(342.081)
Antecipação da parcela B	-	(101.885)	(101.885)	-	(25.909)	(25.909)
Risco hidrológico	-	(991.991)	(991.991)	-	(318.774)	(318.774)
Outros	210.289	(72.429)	137.860	16.993	(26.049)	(9.056)
Demais passivos regulatórios	428.841	(1.523.352)	(1.094.511)	136.577	(805.154)	(668.577)
Total ativo (passivo) regulatório	1.654.204	(2.452.584)	(798.380)	1.080.765	(1.003.789)	76.976

	Consolidado					
	31/12/2019					
	Circulante			Não Circulante		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Ativo (passivo) regulatórios						
Aquisição de Energia - (CVAenergia)	1.869.053	(11.642)	1.857.411	343.708	-	343.708
Custo da Energia de Itaipu	227.924	-	227.924	227.926	-	227.926
Proinfa	24.341	(796)	23.545	207	(2.056)	(1.849)
Transporte Rede Básica	113.937	-	113.937	58.485	-	58.485
Transporte de Energia - Itaipu	31.163	-	31.163	11.223	-	11.223
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	-	(636.358)	(636.358)	-	(143.403)	(143.403)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	182.559	(57.252)	125.307	17.436	(73.142)	(55.706)
CVA	2.448.977	(706.048)	1.742.929	658.985	(218.601)	440.384
PIS/COFINS alíquota efetiva	22.179	-	22.179	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	23.232	(50.426)	(27.194)	19.130	(36.093)	(16.963)
Sobrecontratação de Energia	25.085	(249.623)	(224.538)	20.258	(99.388)	(79.130)
Diferimento/devoluções Tarifárias	-	(256.746)	(256.746)	-	(304.681)	(304.681)
Risco hidrológico	-	(690.053)	(690.053)	-	(258.205)	(258.205)
Outros	312.740	-	312.740	86.685	-	86.685
Demais passivos regulatórios	383.236	(1.246.848)	(863.612)	126.073	(698.367)	(572.294)
Total ativo (passivo) regulatório	2.832.213	(1.952.896)	879.317	785.058	(916.968)	(131.910)

Saldos apresentados em 31 de dezembro de 2019 foram reclassificados entre linhas para melhor apresentação.

13. Benefício fiscal das incorporações

Ágio de incorporação da controladora

Controlada Enel Distribuição Ceará

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua antiga controladora Distriluz Energia Elétrica S.A. está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada.

Conforme instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999 (alterada pela Instrução nº 349/01), o registro contábil consistiu na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia. O valor representativo do benefício fiscal ficou então registrado em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) para recompor o resultado de cada período, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Controlada Enel Distribuição São Paulo

O benefício fiscal incorporado é oriundo das seguintes incorporações, registradas de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01.

AES Elpa S.A. (“AES Elpa”) e Brasileira Participações S.A. (“Brasileira Participações”) - Incorporação dos ágios das antigas controladoras AES Elpa e Brasileira Participações, oriundo da reorganização societária concluída em 30 de dezembro de 2016 realizada por meio das cisões parciais da Brasileira Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos acervos cindidos pela Companhia.

Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A (“Enel Sudeste”) - Incorporação do benefício fiscal da amortização da mais valia (34% sobre a parcela dedutível) do intangível da concessão no montante de R\$ 1.881.558, oriundo da reorganização societária concluída em 06 de novembro de 2019.

O total do benefício fiscal da amortização da mais valia do intangível da concessão incorporado pela controlada Enel Distribuição São Paulo como resultado do processo de Reorganização, concluído em 06 de novembro de 2019, foi de R\$ 1.881.558 registrado em contrapartida à conta “Reserva de capital”, no patrimônio líquido.

A amortização do benefício fiscal da mais valia do intangível da concessão será realizada ao longo do período de concessão da controlada Enel Distribuição São Paulo, da seguinte forma:

- (i) R\$ 413.943 – até julho de 2028, representando a mais valia proporcional ao intangível da concessão.
- (ii) R\$ 1.467.615 – De agosto de 2028 a julho de 2058, representando a mais valia proporcional ao valor da renovação da concessão. Nesse caso, considerando uma expectativa de renovação da concessão da controlada Enel Distribuição São Paulo junto ao órgão regulador de mais 30 anos.

Vale ressaltar que a amortização do benefício fiscal não impacta o resultado da controlada Enel Distribuição São Paulo, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

A composição do saldo do benefício fiscal gerado por incorporações é como segue:

	Consolidado			31/12/2019 Valor líquido
	31/12/2020			
	Ágio	Provisão	Valor líquido	
<u>Distriluz</u>				
Saldos oriundos da incorporação	775.960	(429.365)	346.595	346.595
Amortização acumulada	(700.167)	379.092	(321.075)	(315.910)
Subtotal	75.793	(50.273)	25.520	30.685
<u>AES Elpa</u>				
Saldos oriundos da incorporação	515.570	(340.275)	175.295	175.295
Amortização acumulada	(179.329)	118.357	(60.972)	(45.728)
Subtotal	336.241	(221.918)	114.323	129.567
<u>Brasiliiana Participações</u>				
Saldos oriundos da incorporação	308.058	(203.319)	104.739	104.739
Amortização acumulada	(107.150)	70.719	(36.431)	(27.324)
Subtotal	200.908	(132.600)	68.308	77.415
<u>Enel Sudeste</u>				
Saldos oriundos da incorporação	6.150.317	(4.268.759)	1.881.558	1.881.558
Amortização acumulada	(160.181)	104.989	(55.192)	(7.884)
Subtotal	5.990.136	(4.163.770)	1.826.366	1.873.674
Total do benefício fiscal gerado por incorporações	6.603.078	(4.568.561)	2.034.517	2.111.341

O saldo acumulado será amortizado conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2020	Percentual
Em 2021	76.386	3,75%
Em 2022	75.985	3,73%
Em 2023	75.618	3,72%
Em 2024	75.283	3,70%
2025 em diante	1.731.245	85,09%
	2.034.517	100,00%

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Convênios de arrecadação	-	-	191.425	380.889
Consumidores - serviços prestados	-	-	9.002	28.456
Gastos a reembolsar - iluminação pública	-	-	87.120	94.427
Serviços a terceiros	811	115	101.507	41.411
Adiantamentos	425	485	128.023	25.578
Consórcio Tapajós	16.921	16.921	16.921	16.921
Provisão para perda na realização de outros créditos	(16.921)	(16.921)	(60.908)	(44.768)
Estoque	-	-	66.659	37.734
Despesas pagas antecipadamente	22	28	112.583	69.608
Partes Relacionadas	928.191	85.536	36.582	19.492
Projeto Ecoelce/Ecoampla	-	-	3.354	3.207
Desativações em curso	-	-	3.104	5.715
Bens destinados à alienação	-	-	59.901	25.113
Alienação de Bens e Direitos	-	-	72.898	28.420
Outros	1.249	1.745	134.494	177.575
Total	930.698	87.909	962.665	909.778
Circulante	930.143	87.256	828.399	822.252
Não circulante	555	653	134.266	87.526

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(83.067)
(Adições)	(4.877)
Baixas (Reversões)	40.859
Baixa incobráveis	2.317
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(44.768)
(Adições)	(22.854)
Baixas (Reversões)	6.714
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(60.908)

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Investimentos

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia:

Controladas	% Participação direta	Controladora				Receita líquida	Lucro (prejuízo) do exercício	Dividendos a receber
		Capital social	Patrimônio líquido	Ativo	31/12/2020			
Enel Distribuição Ceará	74,05%	892.246	3.230.550	9.710.922	5.867.330	265.180	115.620	
Enel Distribuição Goiás	99,96%	5.075.679	5.408.312	13.625.340	7.116.997	134.604	-	
Enel Distribuição Rio	99,73%	2.498.230	3.591.235	11.964.413	6.224.317	48.924	57.878	
Enel Distribuição São Paulo	100,00%	3.079.525	2.699.038	31.694.956	15.267.422	980.817	60.834	
CGTF	100,00%	151.936	714.866	1.154.935	964.862	160.154	3.203	
EGP Cachoeira Dourada	99,61%	64.340	694.061	3.754.145	1.748.801	398.273	-	
EGP Volta Grande	100,00%	565.756	674.412	1.608.117	322.089	124.985	59.684	
Enel CIEN	100,00%	285.045	481.242	622.091	272.050	189.050	76.659	
Enel X	100,00%	187.726	136.753	227.223	114.099	(13.893)	-	
Enel Uruguay	100,00%	4	(4.542)	2.429	1.196	(727)	-	
Enel Tecnologia	100,00%	10	(22)	318	-	(23)	-	
Enel Trading	100,00%	1.000	2.023	8.249	2.793	1.353	321	
CTM	74,15%	173.730	11.284	65.783	183.382	136.391	-	
TESA	60,15%	228.651	25.053	72.060	147.893	121.099	-	
Total		13.203.878	17.664.265	74.510.981	38.233.231	2.546.187	374.199	

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladas	Controladora						
	31/12/2019						
	% Participação	Capital social	Patrimônio	Ativo	Receita líquida	Lucro	Dividendos a
	direta		líquido			(prejuízo) do	receber
						exercício	
Enel Distribuição Ceará	74,05%	808.246	3.114.051	8.664.707	5.377.081	404.904	61.219
Enel Distribuição Goiás	99,93%	5.075.679	5.312.505	11.838.813	6.023.343	(99.669)	-
Enel Distribuição Rio	99,73%	2.498.230	3.660.976	10.567.762	5.904.286	279.258	87.918
Enel Distribuição São Paulo	100,00%	3.079.525	3.969.215	26.469.545	14.550.356	2.508.593	213.923
CGTF	100,00%	151.936	819.079	1.285.953	1.281.021	304.335	-
EGP Cachoeira Dourada	99,61%	64.340	502.437	1.318.119	1.948.231	185.135	-
EGP Volta Grande	100,00%	565.756	665.766	1.565.058	416.418	121.622	28.885
Enel CIEN	100,00%	285.045	346.992	588.465	285.517	144.835	-
Enel X	100,00%	115.314	76.244	132.675	76.260	(17.698)	-
Nuxer	100,00%	3	(2.972)	782	-	(2.167)	-
Enel Tecnologia	100,00%	1	1	1	-	-	-
Enel Trading	100,00%	991	991	991	-	-	-
Total		12.645.066	18.465.285	62.432.871	35.862.513	3.829.148	391.945

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, são apresentadas as movimentações dos investimentos:

Controladora										
31/12/2020										
Controladas	Investimentos 31/12/2019	Investimentos 31/12/2019	Adição	Equivalência patrimonial	Dividendos	Ajuste			Resultado abrangente em controladas	Investimentos 31/12/2020
						acumulado de conversão	Hiperinflação em controladas	Outros		
		Reapresentado								
Enel Distribuição Ceará	2.305.987	2.305.987	-	196.370	(101.606)	-	-	(2)	(8.496)	2.392.253
Enel Distribuição Goiás	5.308.597	5.308.597	1.423	134.549	-	-	-	363	(38.787)	5.406.145
Enel Distribuição Rio	3.651.243	3.651.243	-	48.794	(11.427)	-	-	-	(106.922)	3.581.688
Enel Distribuição são Paulo	9.884.145	9.884.145	-	924.856	(762.705)	-	-	2	(1.488.289)	8.558.009
CGTF	819.078	819.078	-	160.155	(257.538)	-	-	-	(6.828)	714.867
EGP Cachoeira Dourada	500.454	500.454	-	397.296	(198.928)	-	-	(472)	(6.742)	691.608
EGP Volta Grande	665.765	665.765	-	124.986	(116.340)	-	-	1	-	674.412
Enel CIEN	346.959	346.959	-	189.050	(119.252)	(169.883)	-	(1)	234.121	480.994
Enel X	76.246	76.246	72.413	(13.889)	-	-	-	(1)	-	134.769
Nuxer	(2.972)	(2.972)	-	(729)	-	(743)	-	2	-	(4.442)
Enel Tecnologia	1	1	-	(23)	-	-	-	-	-	(22)
Enel Trading	991	991	-	1.353	(321)	-	-	-	-	2.023
CTM	-	-	103.484	(13.656)	-	21.204	(6.863)	-	(95.824)	8.345
TESA	-	-	107.130	(8.964)	-	16.709	(4.433)	-	(95.413)	15.029
Total	23.556.494	23.556.494	284.450	2.140.148	(1.568.117)	(132.713)	(11.296)	(108)	(1.613.180)	22.655.678

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Ativo indenizável (concessão)

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão das controladas Enel Distribuição Rio, Enel Distribuição Ceará, Enel Distribuição Goiás e Enel Distribuição São Paulo. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim demonstrada:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>9.192.081</u>
Transferências do ativo intangível	1.048.761
Marcação a mercado - ativo financeiro	427.774
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>10.668.616</u>
Transferências do ativo contratual	1.640.357
Marcação a mercado - ativo financeiro	524.768
Baixas	(13.484)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>12.820.257</u>
Não circulante	12.820.257

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imobilizado

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado no exercício:

		Controladora								31/12/2019
		31/12/2020								
Vida útil / Tempo remanescente de contrato (anos)		Custo	Reclassificação	Adição	Depreciação	Remensuração	Baixa	Transferência	Valor líquido	Valor líquido
		Em serviço								
		350	(349)	-	-	-	(1)	546	546	350
	30	1.746	(1.746)	-	-	-	-	4.840	4.840	1.746
	6	2.007	(1.734)	-	-	-	-	6.652	6.925	2.007
	7	1.344	(1.258)	-	-	-	-	2.958	3.044	1.344
	16	4.042	(700)	-	-	-	-	703	4.045	4.042
		9.489	(5.787)	-	-	-	(1)	15.699	19.400	9.489
Depreciação acumulada em serviço										
		(1.015)	(5.240)	-	(208)	-	-	-	(6.463)	(1.015)
		(1.915)	30	-	(377)	-	-	-	(2.262)	(1.915)
		(1.210)	1.210	-	(332)	-	-	-	(332)	(1.210)
		(3.983)	3.983	-	(51)	-	-	-	(51)	(3.983)
		(8.123)	(17)	-	(968)	-	-	-	(9.108)	(8.123)
Em curso										
		546	-	-	-	-	-	(546)	-	-
		7.060	-	-	-	-	-	(4.840)	2.220	-
		4.095	5.819	208	-	-	-	(6.652)	3.470	15.396
		2.979	-	-	-	-	-	(2.958)	21	-
		716	-	4	-	-	-	(703)	17	-
		15.396	5.819	212	-	-	-	(15.699)	5.728	15.396
Arrendamento mercantil - IFRS 16										
	2	985	(24)	-	(410)	(302)	-	-	249	985
	1	2	-	-	-	-	-	-	2	2
		987	(24)	-	(410)	(302)	-	-	251	987
Total do imobilizado		17.749	(9)	212	(1.378)	(302)	(1)	-	16.271	17.749

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Consolidado								
		31/12/2020							31/12/2019	
	Vida útil / Tempo remanescente de contrato (anos)	Custo	Reclassificação	Adição	Depreciação	Remensuração	Baixa	Transferência	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		12.147	(349)	-	-	-	(69)	546	12.275	12.147
Reservatórios	50	243.095	-	-	-	-	-	-	243.095	243.095
Edificações	31	252.517	(1.746)	-	-	2.121	-	5.316	258.208	252.517
Máquinas e Equipamentos	13	4.899.625	(2.380)	855	-	(7.304)	(19.551)	43.401	4.914.646	4.899.625
Veículos	6	9.170	(1.801)	-	-	-	-	3.501	10.870	9.170
Móveis e Utensílios	15	185.212	(697)	-	-	-	(1.089)	17.126	200.552	185.212
		5.601.766	(6.973)	855	-	(5.183)	(20.709)	69.890	5.639.646	5.601.766
Depreciação acumulada em serviço										
Reservatórios		(182.833)	-	-	(4.422)	-	-	-	(187.255)	(182.833)
Edificações		(186.114)	(5.240)	-	(5.803)	-	-	-	(197.157)	(186.114)
Máquinas e Equipamentos		(3.668.230)	30	-	(161.440)	-	1.145	-	(3.828.495)	(3.668.230)
Veículos		(7.185)	1.210	-	(841)	-	-	-	(6.816)	(7.185)
Móveis e Utensílios		(130.771)	3.983	-	(10.791)	-	1.063	-	(136.516)	(130.771)
		(4.175.133)	(17)	-	(183.297)	-	2.208	-	(4.356.239)	(4.175.133)
Em curso										
Reservatórios		4.453	-	1.529	-	-	-	-	5.982	-
Terrenos		546	-	-	-	-	-	(546)	-	-
Edificações		15.706	45	7.499	-	-	-	(5.100)	18.150	1.647
Máquinas e equipamentos		239.160	(14.073)	110.106	-	-	-	(43.617)	291.576	264.890
Veículos		5.605	964	674	-	-	(108)	(3.501)	3.634	-
Móveis e utensílios		19.547	447	11.038	-	-	-	(17.126)	13.906	18.480
		285.017	(12.617)	130.846	-	-	(108)	(69.890)	333.248	285.017
Arrendamento - IFRS 16										
Terrenos	4,34	7.620	-	1.860	(2.336)	24	-	476	7.644	7.620
Edificações	1,83	138.963	(24)	597	(35.017)	6.861	-	(476)	110.904	138.963
Ativos de tecnologia	15,49	32.518	-	-	(35.372)	15.484	-	-	12.630	32.518
Veículos	1,91	124.284	-	72	(31.667)	-	-	-	92.689	124.284
		303.385	(24)	2.529	(104.392)	22.369	-	-	223.867	303.385
Total do imobilizado		2.015.035	(19.631)	134.230	(287.689)	17.186	(18.609)	-	1.840.522	2.015.035

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O ativo imobilizado do Grupo Enel é composto, substancialmente, pelos saldos das controladas Enel Distribuição Rio, Enel Distribuição Goiás, Enel Distribuição Ceará, Enel Distribuição São Paulo, EGF, EGP Cachoeira Dourada e Enel CIEN, conforme características abaixo de cada uma das controladas.

Controlada CGTF

O prazo de autorização da controlada CGTF para explorar as atividades que estão descritas em seu estatuto é de trinta anos, conforme citado no artigo 5º da resolução ANEEL 433 de 19 de outubro de 2001. Conforme estabelecido na resolução citada, o prazo de autorização poderá ser prorrogado a critério da ANEEL e a pedido da autorizada. Os bens que compõem o ativo imobilizado da controlada EGF não estão caracterizados como bens reversíveis, motivo pelo qual não reverterem à União no final do período de autorização.

Controlada EGP Cachoeira Dourada

A Administração da Companhia entende que a controlada EGP Cachoeira Dourada sendo uma concessionária de serviço público de geração, ao término da concessão, os ativos não depreciados serão indenizados pelo montante mínimo ao valor residual contábil, por parte do órgão concedente, no caso desta não vir a ser renovada. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser desmembrados, vendidos ou cedidos sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

Conforme a segunda e terceira subcláusulas da cláusula décima primeira do Contrato de Concessão nº 11/1997, assinado pela controlada EGP Cachoeira Dourada e ANEEL em 12 de setembro de 1997, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato de Concessão, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidroelétricos, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados pela ANEEL.

Repactuação do GSF - *Generation Scaling Factor*

O mercado brasileiro de curto prazo está sem liquidez desde 2015, ano em que diversas liminares na justiça foram concedidas aos geradores hidráulicos por assumirem riscos não hidrológicos. Isso porque o despacho térmico realizado fora da ordem do mérito de custo, a importação de energia sem garantia física e o impacto das usinas estruturantes (usinas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio) deslocaram sua geração e as expuseram ao mercado no curto prazo devido a fatores não gerenciáveis não relacionados ao risco hidrológico. Dessa forma, as liminares isentam os geradores hidráulicos de pagar suas dívidas no mercado de curto prazo, valor que hoje chega a R\$ 8 bilhões e representa cerca de 70% do valor contabilizado total do mercado.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em setembro/2020 foi publicada a Lei 14.052/2020, que alterou a Lei 13203/2015, para permitir a renegociação e repactuação do risco hidrológico, firmado judicialmente desde 2015, para as usinas que comercializam energia no ACL. Por meio de consulta pública realizada pela ANEEL, em 1º de dezembro, foi aprovada a Resolução Normativa nº 895, que prevê a compensação dos efeitos decorrentes de (i) restrições ao fluxo de energia devido ao atraso na implantação das instalações de transmissão de energia elétrica destinado ao fluxo de energia das plantas estruturantes; (ii) diferença entre a garantia física concedida na fase de comissionamento e os valores efetivos de agregação de cada unidade geradora das grandes concessões hidrelétricas; (iii) geração térmica fora da ordem de mérito; e (iv) importação de energia elétrica. A regulamentação incorporou pleitos dos agentes de geração, como a aplicação da taxa de desconto no cálculo das extensões da outorga da concessão; o reconhecimento do direito das usinas em regime de cotas, enquadradas na Lei nº 12.783, de 2013; e a consideração dos impactos decorrentes da caducidade das concessões da Abengoa e da Isolux no escoamento da geração da UHE Belo Monte.

O valor apurado, decorrente da aplicação retroativa dos parâmetros definidos na referida lei, será ressarcido aos agentes de geração mediante extensão do prazo das outorgas vigentes, limitada a 7 (sete) anos, dispondo o gerador livremente da energia. Para tanto, é necessário que o agente titular da outorga vigente de geração que tenha interesse na repactuação desista de ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, renuncie a qualquer alegação de direito sobre o qual se funda a ação ou, para agentes que não possuem litígio judicial, declarem renúncia a qualquer pretensão judicial de limitação percentual de riscos hidrológicos relacionados ao MRE e quite o saldo devedor de GSF, cujo montante em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 607.644. Em contrapartida, espera-se que haja destravamento das liquidações no Mercado de Curto Prazo - MCP, resolvendo a questão da alta inadimplência. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui saldo de inadimplência de R\$ 115.203 a receber no MCP (Nota 5).

Interessada na repactuação, a Administração da Companhia, em Reunião do Conselho de Administração realizado em 7 de dezembro de 2020, aprovou a adesão da EGP Cachoeira Dourada aos termos da Lei 14.052/2020, que estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico, dentre elas a desistência das ações judiciais em curso.

Dessa forma, a EGP Cachoeira Dourada apurou o montante R\$ 312.474 a ser compensado por meio de prazo de concessão, cujos impactos contábeis, em 31 de dezembro de 2020, são a recuperação de custos com energia elétrica (Nota 18) e o reconhecimento de ativo intangível no mesmo montante (Nota 9). O ativo intangível constituído será amortizado a partir de 2021 pelo prazo da concessão estendido.

Como próximos passos, a CCEE deverá publicar o cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos, de acordo com as regras aprovadas pela ANEEL, no máximo em 90 dias após a publicação da Resolução Normativa nº 895, e os agentes terão até 60 dias para firmar os contratos.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada Enel CIEN

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser desmembrados, vendidos ou cedidos sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

Distribuidoras

As distribuidoras Enel Distribuição Rio, Enel Distribuição Goiás, Enel Distribuição Ceará e Enel Distribuição São Paulo possuem em 31 de dezembro de 2020 os seguintes saldos: R\$ 101.701, R\$ 68.695, R\$ 43.564 e R\$ 178.965, respectivamente, que se referem a máquinas e equipamentos e veículos, substancialmente.

Os imobilizados das controladas estão registrados ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada pelo método linear, em linha com as taxas definidas pela ANEEL.

18. Intangível

A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

	Controladora				
	Em serviço			Em curso	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	437.859	(318.592)	119.267	1.956	121.223
Adições	80	-	80	-	80
Amortização do ágio	-	(17.138)	(17.138)	-	(17.138)
Reclassificação	-	-	-	52.542	52.542
Saldo em 31 de dezembro de 2019	437.939	(335.730)	102.209	54.498	156.707
Adições	-	-	-	4.700	4.700
Amortização do ágio	-	(19.196)	(19.196)	-	(19.196)
Transferência	24.797	-	24.797	(24.788)	9
Saldo em 31 de dezembro de 2020	462.736	(354.926)	107.810	34.410	142.220

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado						
	Em serviço				Em curso		
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Valor líquido	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	39.081.685	(12.627.525)	(2.698.703)	23.755.457	26.144	26.144	23.781.601
Adições	5.653	-	(10.812)	(5.159)	25.502	25.502	20.343
Baixas	(250.289)	196.706	4	(53.579)	(1.956)	(1.956)	(55.535)
Transferência para benefício fiscal após incorporação	(1.881.558)	-	-	(1.881.558)	-	-	(1.881.558)
Amortização	-	(1.875.312)	119.853	(1.755.459)	-	-	(1.755.459)
Transferências	2.517.270	(326)	(69.289)	2.447.655	(17.176)	(17.176)	2.430.479
Transferências ativo indenizável	(1.044.887)	-	(3.874)	(1.048.761)	-	-	(1.048.761)
Reclassificação do imobilizado	2.456	-	-	2.456	-	-	2.456
Reclassificação	-	-	-	-	53.158	53.158	53.158
Saldo em 31 de dezembro de 2019	38.430.330	(14.306.457)	(2.662.821)	21.461.052	85.672	85.672	21.546.724
Adições	3.630	-	-	3.630	332.372	332.372	336.002
Baixas	(283.825)	198.195	-	(85.630)	-	-	(85.630)
Amortização	-	(1.950.912)	119.904	(1.831.008)	-	-	(1.831.008)
Transferências	31.771	-	-	31.771	(31.762)	(31.762)	9
Transferência de ativos contratuais (regulatório)	2.207.101	-	(61.897)	2.145.204	-	-	2.145.204
Reclassificação do imobilizado	1.186	-	-	1.186	-	-	1.186
Saldo em 31 de dezembro de 2020	40.390.193	(16.059.174)	(2.604.814)	21.726.205	386.282	386.282	22.112.487

(*) O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como ativo indenizável (concessão) nos moldes da Lei nº 12.783. Vide nota 16.

	Consolidado				
	31/12/2020				31/12/2019
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço					
Direito de uso da concessão	28.132.713	(14.427.416)	(2.604.814)	11.100.483	10.712.329
Software	1.404.553	(864.354)	-	540.199	447.474
Bens de Renda	20.054	(18.148)	-	1.906	2.192
Ágio aquisição Enel Distribuição Goiás	3.949.030	(446.616)	-	3.502.414	3.643.449
Intangível reflexo (a)	4.745.231	(302.640)	-	4.442.591	4.516.996
Goodwill Enel Distribuição São Paulo	2.138.612	-	-	2.138.612	2.138.612
	40.390.193	(16.059.174)	(2.604.814)	21.726.205	21.461.052
Em curso					
Direito de uso da concessão	4.166	-	-	4.166	3.842
Software	69.642	-	-	69.642	81.830
Extensão de Concessão GSF (a)	312.474	-	-	312.474	-
	386.282	-	-	386.282	85.672
	40.776.475	(16.059.174)	(2.604.814)	22.112.487	21.546.724

- (a) Em 31 de dezembro de 2019 o saldo do intangível reflexo oriundo da incorporação realizada pela controlada Enel Distribuição São Paulo é de R\$ 4.516.996, este intangível foi incorporado de forma reflexa pela Controladora à época da incorporação, sendo o montante total reconhecido de R\$ 4.268.759, que após incorporação, tal montante foi acrescido de R\$ 264.218 relacionado à compra dos acionistas minoritários e deduzido por R\$ 15.981 referente à amortização dos meses posteriores a incorporação.
- (b) Refere-se a gastos incorridos com GSF que serão recuperados por meio da extensão do prazo de concessão de acordo com a adesão pela Companhia aos termos da Lei Federal nº 14.052/2020, a EGP Cachoeira Dourada apurou o montante R\$ 312.474 a ser compensado por meio de prazo de concessão, cujos impactos contábeis, em 31 de dezembro de 2020, são a recuperação de custos com energia elétrica e o reconhecimento de ativo intangível no mesmo montante. O ativo intangível constituído será amortizado a partir de 2021 pelo prazo da concessão estendido.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Obrigações especiais representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e participação financeira dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Em conformidade com o ofício nº 1.314/2007-SFF/ANEEL, de 27 de junho de 2007, a companhia registra mensalmente a amortização dos saldos de obrigações especiais, tal registro ocorre nas controladas Enel Distribuição Rio, Enel Distribuição Ceará, Enel Distribuição Goiás e Enel Distribuição São Paulo.

As obrigações vinculadas à concessão estão sendo amortizadas, a partir do 2º ciclo de revisão tarifária, às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura de cada empresa distribuidora, usando-se a taxa de 4,10%, 3,84%, 3,78% e 3,82% a.a. nas controladas Enel Distribuição Rio, Enel Distribuição Ceará, Enel Distribuição Goiás e Enel Distribuição São Paulo, respectivamente.

Ao final da concessão, o valor residual das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica será deduzido do ativo financeiro (indenização).

Ágio por expectativa de rentabilidade futura

O ágio apurado na aquisição da Enel Distribuição São Paulo em 2018 é alocado ao investimento da Enel Brasil na própria Enel Distribuição São Paulo (unidade geradora de caixa) para fins de teste de *impairment*.

O valor recuperável da unidade geradora de caixa (“UGC”) foi determinado com base no valor em uso. A metodologia aplicada para determinar o valor em uso da UGC é o Fluxo de Caixa Descontado. O conceito base dessa metodologia é estimar o valor do negócio com base no seu fluxo de caixa futuro descontado por uma taxa que reflita o risco do fluxo.

O valor em uso no modelo foi determinado por:

- (i) Fluxos de caixa projetados até 2023 com base no orçamento e descontados a valor presente pelo Custo Médio Ponderado de Capitais da Companhia (“WACC”); e
- (ii) Valor residual apurado com base na perpetuação do fluxo no último ano de projeção, descontado a valor presente pelo WACC diminuído da expectativa de crescimento na perpetuidade.

19. Ativos contratuais

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo de contrato (infraestrutura em construção), ativo financeiro (indenizável) e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público (vide nota 2.5-k).

	Consolidado		
	Em curso		
	Obrigações especiais		Total
	Custo		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.421.888	(550.689)	2.871.199
Adições	4.259.390	(93.945)	4.165.445
Baixas	(1.192)	-	(1.192)
Juros capitalizados(a)	2.988	-	2.988
Transferências entre ativo intangível da concessão	(2.207.101)	61.897	(2.145.204)
Transferências entre ativo financeiro	(1.678.568)	38.211	(1.640.357)
Reclassificação do imobilizado	19.892	-	19.892
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.817.297	(544.526)	3.272.771

(a) Os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura são registrados mensalmente no ativo de contrato, considerando os seguintes critérios para capitalização: (i) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (ii) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (iii) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (iv) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de: (a) Enel Distribuição Rio de 4,27% a.a.; (b) Enel Distribuição Ceará de 4,46% a.a.; (c) Enel Distribuição Goiás de 8,71% a.a.; (d) e Enel Distribuição São Paulo de 4,52% a.a., no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

20. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Compra de energia (a)	-	-	5.527.712	3.406.713
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	481.984	225.573
Encargo de Uso da Rede (b)	-	-	837.969	324.224
Energia livre	-	-	62.380	60.661
Partes relacionadas (c)	647.235	407.204	1.155.463	533.536
Materiais e serviços (d)	124.042	30.153	1.325.357	1.602.484
Outros	-	-	958	139
Total	771.277	437.357	9.391.823	6.153.330
Circulante	771.277	437.357	8.869.713	5.483.220
Não circulante	-	-	522.110	670.110

(a) O aumento do saldo a pagar no âmbito da compra de energia está principalmente relacionado à piora do cenário hidrológico, impactando em maior custo das usinas termoeletricas. (ii) Em 31 de dezembro de 2020, o valor registrado no passivo não circulante é substancialmente representado pelo Termo de Confissão e Repactuação da Dívida do Repasse de Energia de ITAIPU – ECF 3286/2016, celebrado entre a controlada Enel Distribuição Goiás e a Eletrobras, com um montante total de R\$ 522.110. O acordo foi assinado em 17 de junho de 2016 e é referente ao saldo remanescente de Itaipu de US\$ 334.936 na data base 30 de outubro de 2015, ao dólar RS2,6929 do Contrato ECF 3002/2012. A dívida vem sendo corrigida pela taxa Selic calculada pro rata die sobre o saldo devedor desde 30 de outubro de 2015. O mesmo será pago em 120 meses, sendo os primeiros 24 meses apenas os juros remuneratórios e os 96 meses seguintes será pago o principal e juros remuneratórios calculados pela taxa Selic sobre o saldo devedor.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) O aumento do saldo a pagar de encargos de uso da rede elétrica, está principalmente relacionado à piora do cenário hidrológico, impactando em maior despacho de geração de energia elétrica, fora da ordem de mérito.
- (c) Os termos e condições envolvendo partes relacionadas, encontram-se descritos na nota 29.
- (d) Compra de materiais e serviços no curso do serviço de distribuição de energia elétrica.

21. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O STF decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que estão pendentes de julgamento, buscando a modulação dos efeitos e alguns esclarecimentos.

A Companhia possui, através de suas controladas, quatro processos judiciais relacionados ao ICMS compor ou não a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS, sendo dois processos na controlada Enel Distribuição São Paulo, um na controlada Enel Distribuição Ceará e um na controlada CGTF.

Controlada Enel Distribuição São Paulo

Em dezembro de 2018, a controlada Enel Distribuição São Paulo obteve o trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS incidente em suas operações próprias das bases de cálculo do PIS e da COFINS no período compreendido entre dezembro de 2003 e dezembro de 2014.

No segundo processo, referente ao período de janeiro de 2015 em diante, a Companhia em 18 de março de 2020 foi cientificada do trânsito em julgado da decisão favorável proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Desse modo, em conformidade com a decisão definitiva, a Companhia complementou o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo e a partir do recolhimento de março de 2020 passou a calcular os valores a recolher de PIS e de COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Controlada Enel Distribuição Ceará

Em abril de 2019, a controlada Enel Distribuição Ceará obteve o trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de maio de 2001.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada CGTF

Em março de 2019, a controlada CGTF obteve o trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de dezembro de 2003. Dessa forma, a controlada CGTF passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Em conformidade com as decisões transitadas em julgado, as controladas mencionadas anteriormente passaram a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Amparadas nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, relativamente ao período abrangido pelas ações mencionadas acima, a Companhia e suas controladas constituíram ativos e passivos de PIS e de COFINS, no total de R\$ 8.279.880 e R\$ 8.756.835, respectivamente (saldos em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 6.580.808 e R\$ 6.394.943 respectivamente). A administração do Grupo entende que os montantes recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em uma expectativa de 46 meses e 39 meses para Enel Distribuição São Paulo e Enel Distribuição Ceará, respectivamente.

Em 17 de março de 2020 a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado pelas distribuidoras com relação aos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema. Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 31 de dezembro de 2020 o montante compensado de R\$ 664.650, e aguarda a definição da ANEEL acerca do mecanismo de repasse aos consumidores.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	Enel Distribuição São Paulo		Enel Distribuição Ceará		CGTF		Total	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar								
Ativo circulante	781.381	578.763	317.774	102.703	80.832	41.674	1.179.987	723.140
Ativo não circulante	6.107.701	4.426.554	992.192	1.347.161	-	83.953	7.099.893	5.857.668
Total Ativo	6.889.082	5.005.317	1.309.966	1.449.864	80.832	125.627	8.279.880	6.580.808
PIS/COFINS - consumidores a restituir								
Passivo circulante	781.381	578.763	317.774	102.703	-	-	1.099.155	681.466
Passivo não circulante	6.529.143	4.395.313	1.128.537	1.318.164	-	-	7.657.680	5.713.477
Total Passivo	7.310.524	4.974.076	1.446.311	1.420.867	-	-	8.756.835	6.394.943

O valor do passivo a restituir aos consumidores está líquido dos custos incorridos e a incorrer relativos à referida ação, e será objeto de compensação com os valores a restituir aos consumidores.

Os impactos no resultado são demonstrados como a seguir:

	Enel Distribuição São Paulo		Enel Distribuição Ceará		CGTF		Total	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado								
Receita operacional bruta								
PIS/COFINS - consumidores a restituir	(1.866.587)	(2.532.352)	-	(894.659)	-	-	(1.866.587)	(3.427.011)
PIS/COFINS - tributo a compensar	1.866.587	2.532.352	-	894.659	-	69.136	1.866.587	3.496.147
Impacto líquido	-	-	-	-	-	69.136	-	69.136
Receita financeira								
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	469.322	2.472.965	25.964	555.205	1.849	56.491	497.135	3.084.661
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir	(469.860)	(2.472.965)	(25.964)	(555.205)	-	-	(495.824)	(3.028.170)
Impacto líquido	(538)	-	-	-	1.849	56.491	1.311	56.491

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do ativo e passivo são demonstrados a seguir:

	Enel Distribuição São Paulo		Enel Distribuição Ceará		CGTF		Total	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.005.317	4.974.076	1.449.864	1.420.867	125.627	-	6.580.808	6.394.943
Adições	1.866.587	1.866.587	-	-	-	-	1.866.587	1.866.587
Atualizações	469.322	469.860	25.964	25.964	1.849	-	497.135	495.824
Compensações	(452.144)	-	(165.862)	-	(46.644)	-	(664.650)	-
Outros	-	-	-	(519)	-	-	-	(519)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.889.082	7.310.523	1.309.966	1.446.312	80.832	-	8.279.880	8.756.835

22. Debêntures, empréstimos e financiamentos

Segue abaixo descritivo a respeito das operações com debêntures, empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e nacional:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante		
Empréstimos bancários com garantias	1.291.944	1.488.422
Empréstimos bancários sem garantias	1.474.010	982.330
Debêntures	1.008.050	760.473
Total passivo circulante	3.774.004	3.231.225
Passivo não circulante		
Empréstimos bancários com garantias	1.017.493	2.208.979
Empréstimos bancários sem garantias	400.000	400.000
Debêntures	5.997.636	6.761.344
Total passivo não circulante	7.415.129	9.370.323
Total empréstimos e financiamentos	11.189.133	12.601.548

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais características dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão descritas a seguir:

							Consolidado	
Empresa	Empréstimos e financiamentos	Moeda	Taxa de juros nominal	Ano de vencimento	Garantias	31/12/2020	31/12/2019	
Moeda estrangeira								
Enel Distribuição Rio	Citibank 4131	USD	LIBOR + 0,55%	2021	Avalista	501.282	390.539	
Enel Distribuição Rio	Scotibank 4131	USD	2,1%	2020	Sem garantias	-	217.446	
Enel Distribuição Rio	Itaú BBA International PLC	USD	4,21%	2021	Avalista	401.155	311.182	
Enel Distribuição Rio	BNP Paribas 4131	USD	1,63%	2022	Avalista	203.866	-	
Enel Distribuição Ceará	União Federal - Bônus de Desconto	USD	LIBOR + 1,0125%	2024	Recebíveis e conta reserva	5.946	4.635	
Enel Distribuição Ceará	União Federal - Bônus ao Par	USD	6,2%	2024	Recebíveis e conta reserva	8.608	6.686	
Enel Distribuição Ceará	BNP Paribas 4131	USD	2,74%	2020	Sem garantias	-	287.277	
Enel Distribuição Ceará	MUFG 4131 I	USD	1,22%	2021	Sem garantias	165.015	-	
Enel Distribuição Ceará	MUFG 4131 II	USD	1,31%	2021	Sem garantias	55.252	-	
Enel Distribuição Ceará	Scotibank 4131 I	USD	2,14%	2021	Sem garantias	193.489	-	
Enel Distribuição Ceará	Scotibank 4131 II	USD	1,67%	2021	Sem garantias	156.559	-	
Enel Fortaleza	Citibank 4131	USD	LIBOR + 1,47%	2020	Sem garantias	-	245.500	
Enel Distribuição Goiás	Citibank 4131	USD	LIBOR + 0,96%	2021	Avalista	-	588.196	
Enel Distribuição Goiás	Scotibank 4131	USD	2,30%	2022	Avalista	253.963	196.981	
Enel Distribuição Goiás	Scotibank 4131 II	USD	2,15%	2020	Avalista	-	193.699	
Enel Distribuição Goiás	BNP Paribas 4131	USD	2,64%	2020	Avalista	-	203.942	
Enel Distribuição Goiás	BNP Paribas 4131 II	USD	1,84%	2021	Avalista	172.053	-	
Enel Distribuição São Paulo	MUFG 4131	USD	1,48%	2021	Sem garantias	169.682	-	
Enel Distribuição São Paulo	Scotibank 4131	USD	1,65%	2021	Sem garantias	267.094	-	
Enel Distribuição São Paulo	BNP Paribas 4131	USD	2,96%	2021	Sem garantias	453.199	-	
Total moeda estrangeira						3.007.163	2.646.083	

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

						Consolidado	
Empresa	Empréstimos e financiamentos	Moeda	Taxa de juros nominal	Ano de vencimento	Garantias	31/12/2020	31/12/2019
Moeda nacional							
Enel Distribuição Rio	BNDES (Capex 2012-2013) - FINAME	R\$	3%	2023	Recebíveis	19.981	28.246
Enel Distribuição Rio	BNDES (Capex 2012-2013) - FINEM	R\$	TJPL + 2,80%	2020	Recebíveis	-	12.223
Enel Distribuição Rio	BNDES (Capex 2012-2013) - FINEM	R\$	TJPL + 3,80%	2020	Recebíveis	-	12.228
Enel Distribuição Rio	BNDES (Capex 2012-2013) - FINEM	R\$	TJLP	2020	Recebíveis	-	527
Enel Distribuição Rio	BNP Paribas	R\$	8,40%	2022	Sem garantias	413.720	413.720
Enel Distribuição Ceará	BNDES (Capex 2012-2013) - FINAME	R\$	3%	2023	Recebíveis	10.317	14.441
Enel Distribuição Ceará	BNDES (Capex 2012-2013) - FINEM	R\$	TJPL + 2,80%	2020	Recebíveis	-	6.758
Enel Distribuição Ceará	BNDES (Capex 2012-2013) - FINEM	R\$	TJPL + 3,80%	2020	Recebíveis	-	6.760
Enel Distribuição Ceará	BNDES (Capex 2012-2013) - FINEM	R\$	TJLP + 1,0125%	2020	Recebíveis	-	251
Enel Distribuição Ceará	Eletrobrás (Luz para todos IV e V)	R\$	6,00%	2021	Recebíveis e nota promissória	1.394	4.415
Enel Distribuição Ceará	Eletrobrás (Luz para todos VI e VII)	R\$	6,00%	2023	Recebíveis e nota promissória	6.839	9.883
Enel Distribuição Ceará	BNB II	R\$	IPCA + 2,18%	2028	Fiança banária e conta reserva	352.482	342.742
Enel Distribuição Ceará	FINEP	R\$	TJLP + 1%	2030	Fiança banária e conta reserva	665	-
Enel Distribuição Goiás	FIDC Série A	R\$	CDI + 3%	2023	Recebíveis	64.305	117.636
Enel Distribuição Goiás	FIDC Série B	R\$	IPCA + 9,7%	2023	Recebíveis	87.167	115.579
Enel Distribuição Goiás	Eletrobrás_ECF - 232/2008	R\$	6%	2024	Recebíveis e nota promissória	6.473	11.587
Enel Distribuição Goiás	BNDES CG 2018	R\$	IPCA + 5,34%	2023	Avalista	94.422	100.984
Enel Distribuição Goiás	Celg de Participações – CELGPAR	R\$	IPCA + 5,34%	2027	Avalista	74.906	86.084
Enel Distribuição Goiás	Nota Promissória 3ª Emissão	R\$	CDI + 0,7%	2020	Avalista	-	875.161
Enel Distribuição São Paulo	FINEP I	R\$	4%	2020	Carta fiança	-	1.018
Enel Distribuição São Paulo	FINEP II	R\$	TJLP + 1%	2024	Carta fiança	43.613	55.019
Enel Distribuição São Paulo	Nota Promissória 6ª Emissão	R\$	104% CDI	2020	Sem garantias	-	218.386
Total moeda nacional						1.176.284	2.433.648

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

						Consolidado	
Empresa	Debêntures	Moeda	Taxa de juros nominal	Ano de vencimento	Garantias	31/12/2020	31/12/2019
Enel Distribuição Rio	09ª emissão - 1ª série	R\$	114% CDI	2020	Sem garantias	-	601.170
Enel Distribuição Rio	10ª emissão - 1ª série	R\$	108% CDI	2024	Sem garantias	1.005.987	1.015.782
Enel Distribuição Ceará	05ª emissão - 1ª série	R\$	CDI + 0,80%	2022	Sem garantias	350.410	350.712
Enel Distribuição Ceará	06ª emissão - 1ª série	R\$	CDI + 0,95%	2023	Sem garantias	40.049	40.084
Enel Distribuição Ceará	07ª emissão - 1ª série	R\$	CDI + 0,50%	2023	Sem garantias	352.456	355.632
Enel Distribuição Ceará	05ª emissão - 2ª série	R\$	IPCA + 6,0013%	2024	Sem garantias	169.107	161.981
Enel Distribuição Ceará	06ª emissão - 2ª série	R\$	IPCA + 6,20%	2025	Sem garantias	299.529	286.907
Enel Distribuição Ceará	07ª emissão - 2ª série	R\$	IPCA + 4,50%	2024	Sem garantias	333.221	319.328
Enel Distribuição São Paulo	23ª emissão - 1ª série	R\$	108,25% CDI	2021	Sem garantias	708.334	715.365
Enel Distribuição São Paulo	23ª emissão - 2ª série	R\$	111% CDI	2023	Sem garantias	1.404.654	1.418.954
Enel Distribuição São Paulo	24ª emissão - 1ª série	R\$	CDI + 0,80%	2025	Sem garantias	702.385	704.506
Enel Distribuição São Paulo	24ª emissão - 2ª série	R\$	IPCA + 4,0134%	2026	Sem garantias	932.579	812.880
EGP Volta Grande	01ª emissão - 1ª série	R\$	IPCA + 3,70%	2029	Sem garantias	495.947	525.005
EGP Volta Grande	01ª emissão - 2ª série	R\$	IPCA + 3,70%	2029	Sem garantias	268.519	284.251
(-) custos da transação						(57.491)	(70.740)
Total debêntures						7.005.686	7.521.817
Total Empréstimos e Financiamentos e Debêntures						11.189.133	12.601.548
Total passivo circulante						3.774.004	3.231.225
Total passivo não circulante						7.415.129	9.370.323

As controladas Enel Distribuição Rio, Enel Distribuição Ceará, Enel Distribuição São Paulo e EGP Volta Grande estão sujeitas à manutenção dos seguintes índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2020:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contratos	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido	Periodicidade de Apuração dos Índices
Empréstimos e financiamentos:			
BNDES	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Anual
BNDES	Dívida financeira líquida (i) / (PL + Dívida financeira líquida) (máximo)	0,60	Anual
Eletrobrás	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,00	Anual
BNP 4131	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Trimestral
Scotiabank 4131	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Semestral
Scotiabank 4131 II	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Semestral
MUFG 4131 I	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Trimestral
MUFG 4131 II	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Trimestral
BNDES 2012 e 2013	Endividamento bancário líquido (iii) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Anual
BNDES 2012 e 2013	Endividamento bancário líquido (iii) / (PL + Endividamento bancário líquido) (máximo)	0,60	Anual
Citibank N.A	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Trimestral
Itaú BBA International PLC	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Semestral
Itaú BBA International PLC	Dívida financeira líquida (i) / (PL + Dívida financeira líquida) (máximo)	0,60	Semestral
Debêntures:			
1ª série - 05º emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Trimestral
2ª série - 05º emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Trimestral
1ª série - 06º emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Trimestral
2ª série - 06º emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Trimestral
1ª série - 07º emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Trimestral
2ª série - 07º emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Trimestral
1ª série - 10ª emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Trimestral
1ª série - 23º emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (ajustado) (iv)	3,50	Trimestral
2ª série - 23º emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (ajustado) (iv)	3,50	Trimestral
1ª série - 24º emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (ajustado) (iv)	3,50	Trimestral
2ª série - 24º emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (ajustado) (iv)	3,50	Trimestral
1ª série - 1º emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	4,00	Trimestral
2ª série - 1º emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	4,00	Trimestral

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Dívida financeira líquida considera o endividamento total reduzindo o valor de caixa e equivalentes de caixa.
- (ii) LAJIDA (máximo) para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos e baixas de títulos incobráveis (últimos 12 meses).
- (iii) Endividamento bancário líquido é o Endividamento bancário total, reduzido pelo valor de caixa e equivalentes de caixa.
- (iv) LAJIDA (ajustado) significa a soma dos últimos 12 (doze) meses: (i) Lucro antes do resultado financeiro; (ii) depreciação e amortização; (iii) despesas com uma entidade de previdência privada classificada na conta "Custo Operacional"; ajustes de ativos e despesas regulatórios (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídas no resultado operacional acima; (v) provisão para contingências; (vi) provisão para devedores duvidosos; (vii) baixas de valores mobiliários incobráveis; e (viii) *impairment* de ativos e direitos.

Movimentações dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

	<u>Empréstimos e financiamentos</u>		<u>Debêntures</u>	
	<u>Consolidado</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Empréstimos e financiamentos				
Saldos iniciais	5.079.730	5.631.121	7.521.817	4.987.679
Empréstimos e financiamentos obtidos	2.036.905	4.456.955	-	3.950.000
Custo de transação	-	(13.997)	-	(41.662)
Variação monetária	20.029	28.934	106.089	35.343
Variação cambial	909.361	117.607	-	-
Encargos financeiros provisionados	207.890	341.693	266.716	401.022
Ajuste a valor de mercado	-	-	82.608	-
Amortização do custo de transação	7.082	6.711	13.248	16.292
Encargos financeiros pagos	(213.886)	(382.636)	(302.338)	(386.857)
Amortização de principal	(3.863.664)	(5.106.657)	(682.454)	(1.440.000)
Saldos finais	4.183.447	5.079.731	7.005.686	7.521.817

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Obrigações por arrendamentos

Conforme detalhado na nota explicativa nº 2.10-b, a Companhia adotou o CPC 06 (R2) - Arrendamentos em uma abordagem de transição simplificada que consiste em não apresentar os saldos comparativos para o ano anterior. Para todos os contratos de arrendamento, a Companhia e suas controladas reconheceram ativos representando o direito de uso e passivos de arrendamento. Os contratos com prazo inferiores a doze meses ou com valor do ativo subjacente não significativo não foram analisados dentro do escopo CPC 06 (R2) conforme expediente prático determinado pela norma em questão.

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, contendo informações acerca dos seguintes assuntos: (i) Aspectos Conceituais do CPC 06 (R2); (ii) Taxa Incremental de Empréstimos – IBR; (iii) PIS e COFINS a recuperar – Tratamento Contábil; (iv) PIS e COFINS embutidos no Passivo de Arrendamento – Tratamento Contábil; e (v) Evidenciação – Nota Explicativa.

A Companhia avaliou os assuntos abordados no ofício em questão, e concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2), a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Em atendimento ao ofício, o quadro abaixo proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

Os saldos em 31 de dezembro de 2020 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

IFRS 16	Controladora					
	31/12/2020	Valor Nominal	Vencimento	Média ponderada de meses	Tipo de amortização	Encargos financeiros
Obrigações por arrendamento:						
Imóveis	300	326	01/07/2022	1,50	Mensal	de 6,04% a.a até 10,93% a.a
Circulante	185	207				
Não circulante	115	119				

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					
	31/12/2020	Valor Nominal	Vencimento	Média de anos remanescentes	Tipo de amortização	Encargos financeiros
Obrigações por arrendamento:						
Terrenos	9.108	11.936	02/11/2031	24,08	Mensal	de 4,01% a.a até 14,78% a.a
Imóveis	139.071	171.047	31/08/2048	4,00	Mensal	de 4,01% a.a até 13,39% a.a
Veículos (outros transportes)	110.803	137.618	31/03/2027	0,33	Mensal	de 4,65% a.a até 9,45% a.a
Equipamentos de TI	8.954	9.913	31/05/2022	9,50	Mensal	de 0,10% a.a até 8,97% a.a
Outros	102	104	30/07/2022	1,42	Mensal	de 5,81% a.a até 11,14% a.a
Total	268.038	330.618				
Circulante	81.560	100.851				
Não circulante	186.478	229.767				

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

	Controladora					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Não circulante			Não circulante		
	Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total
2021	119	(4)	115	333	(22)	311
2022	-	-	-	195	(4)	191
	119	(4)	115	528	(26)	502

	Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Não circulante			Não circulante		
	Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total
2021	62.772	(15.570)	47.202	75.973	(19.158)	56.815
2022	48.141	(11.456)	36.685	60.747	(14.821)	45.926
2023	39.438	(8.429)	31.009	46.003	(11.161)	34.842
2024	38.601	(5.461)	33.140	38.256	(8.196)	30.060
2025 em diante	40.816	(2.374)	38.442	74.989	(6.098)	68.891
	229.768	(43.290)	186.478	295.968	(59.434)	236.534

A seguir é demonstrada a movimentação das obrigações por arrendamentos:

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.070	502	106.288	236.534
Adições	-	-	-	671
Remensuração	-	(302)	-	24.229
Amortizações	(1.014)	-	(125.421)	-
Transferências	85	(85)	74.956	(74.956)
Encargos provisionados	44	-	25.737	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	185	115	81.560	186.478

O montante que está apresentado na linha de remensuração foram provenientes de: (i) atualização dos valores de pagamentos futuros estabelecidos em cláusulas contratuais; (ii) alterações nos

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

fluxos de pagamentos futuros decorrentes de correção monetária, utilizando-se índices pré-determinados em contrato; e (iii) atualização das taxas de desconto utilizando-se das premissas já estabelecidas para os contratos de arrendamento financeiro regidos pelo CPC 06 (R2).

24. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da Holding (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas, etc., que serão aplicadas no diferentes níveis da Empresa, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um Comitê de Controles e Riscos, que apoia a avaliação e decisões do Conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos afirmações.

Para isso, existe uma política específica de Controle e Gestão de Riscos dentro de cada Empresa, que é revisada e aprovada no início de cada ano pelo Conselho de Administração, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

Cabe destacar que, a Política de Controle e Gestão de Riscos complementada outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: Política de Gestão de Garantias, Política Controle de Risco de Commodities, Política de Controle de Risco de Crédito e Contraparte, Política de Controle de Risco Financeiro e Política de Cobertura (Taxa de Câmbio e Taxa de Juros).

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: Financeiros; Estratégicos; Governança e Cultura; tecnologia Digital, Compliance, Operacional, e 37 sub-categorias de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar seus riscos.

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de risco do Grupo Enel conta com um Comitê Global de Gestão e Controle de Riscos e um Comitê Regional de Gestão e Controle de Riscos para a América Latina, que tem as seguintes funções: aprovar as políticas de risco propostas pela área

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de Controle de Risco Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de risco do Grupo Enel considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as Unidades de Negócios e Controles Internos são a primeira linha de defesa, a área de Gestão de Riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os Diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a Alta Administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de gestão de riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, bem como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e Risk Owners como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina também é responsável pelo tratamento e adoção de medidas de controle e mitigação de riscos.

Fatores de risco

a) *Risco de taxa de câmbio*

Esse risco decorre da possibilidade do Grupo Enel vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e de importação de energia.

Os passivos em moeda estrangeira são monitorados e seguem as políticas e procedimentos internos do grupo Enel e estão substancialmente protegidos por instrumentos de hedge cambial.

b) *Risco de encargos de dívida*

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo Enel vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Para minimizar esse risco o Grupo prioriza a contratação de empréstimos e debêntures remunerados pela variação de TJLP ou CDI, taxas variáveis, porém com menor volatilidade quando comparadas ao IPCA. Além disso, para a dívida mais relevante indexada ao IPCA (R\$ 800.000), o Grupo possui uma operação de SWAP que troca IPCA + Spread para CDI + Spread de forma a minimizar a sua exposição à volatilidade da inflação.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado do Grupo caso as variações nas taxas de juros de 2020 fossem iguais as esperadas para 2021, segundo projeções baseadas na curva futura da B3, considerando a taxa de juros contratual (índice + spread):

Indexador do contrato	31/12/2020	Consolidado			
		Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido	Cenário	Efeito líquido
CDI	11.832.179	12.209.038	376.859	12.266.706	434.527
FIXO	971.427	1.358.606	387.179	1.627.213	655.786
IPCA	3.026.974	3.254.133	227.159	3.291.103	264.129
LIBOR	9.722	11.460	1.738	12.756	3.034
TJLP	44.280	46.564	2.284	47.101	2.821
DOLAR	1.097	1.184	87	1.229	132
Total	15.885.679	16.880.985	995.306	17.246.108	1.360.429

c) *Risco de crédito*

O risco surge da possibilidade de suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado pelas controladas como baixo, considerando a pulverização do número de clientes, além da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração do Grupo, para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber.

d) *Risco de vencimento antecipado*

Algumas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida. Essas restrições são monitoradas adequadamente, e não limitam a capacidade de condução normal das operações.

d) *Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento*

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

amplamente discutidas e contarão com contribuições das companhias do Grupo, concessionárias e demais agentes do setor.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia poderá justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

f) *Gestão do risco de capital*

O Grupo Enel administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos detalhados nas notas 22 e 24, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários detalhados nas notas 4 e 5) e pelo patrimônio líquido do Grupo.

	Consolidado
	31/12/2020
Dívida financeira	14.246.624
Caixa e equivalente de caixa + títulos e valores mobiliários	(4.167.871)
Dívida líquida (a)	10.078.753
Patrimônio líquido (b)	26.018.669
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	28%

(a) A dívida líquida é representada pelo saldo total dos empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos relacionados à empréstimos e financiamentos e debêntures, incluindo as parcelas do passivo circulante e não circulante, deduzidos os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Vide maiores detalhes nas notas 4, 5, 22 e 24.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas constituídas pela Companhia.

g) *Risco hidrológico*

De acordo com os dados do ONS, a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (“SIN”) é gerado por Usinas Hidrelétricas (“UHE”). A controlada EGP Cachoeira Dourada está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da Energia Assegurada, a controlada EGP Cachoeira Dourada ficaria exposta ao mercado de energia de curto prazo, o que poderia afetar os resultados financeiros futuros da controlada EGP Cachoeira Dourada.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2020, a controlada EGP Cachoeira Dourada mantém registrado no passivo circulante, o montante de R\$ 607.644 (R\$ 499.838 em 2019) recebidos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, correspondente ao período de junho de 2015 até dezembro de 2020, dos quais R\$ 179.433 referem-se as despesas financeiras com juros de mora e atualização monetária (IGP-M). Em setembro/2020 foi publicada a Lei 14.052/2020, que alterou a Lei 13203/2015, para permitir a renegociação e repactuação do risco hidrológico, firmado judicialmente desde 2015, para as usinas que comercializam energia no ACL.

h) Risco de liquidez

A liquidez do Grupo Enel é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

i) Risco de mercado

O risco de mercado está associado substancialmente ao preço de liquidação das diferenças ("PLD") no mercado de curto prazo, no qual a Companhia liquida as obrigações necessárias para recomposição de lastro de energia oriundo da insuficiência de produção energia, a fim de honrar os contratos de venda assinados no mercado regulado. O comportamento do PLD é flutuante, acompanhando as variações de oferta e demanda de energia, e pode apresentar valores muito acima daqueles praticados em seus contratos de venda de longo prazo. Para tanto, sempre que necessário, a Companhia procura cobrir eventuais déficits previstos com contratos bilaterais de compra de energia.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures que estão sendo considerados os fluxos de caixa contratuais não descontados do Grupo Enel (inclui juros e principal):

	Consolidado					Total
	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	
31 de dezembro de 2019						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	22.617	46.269	1.169.498	1.164.960	41.058	2.444.402
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	33.886	270.959	1.355.410	1.555.650	86.798	3.302.703
Debêntures	(132)	101.889	930.498	5.844.492	1.137.196	8.013.943
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	-	29.166	58.206	1.627.335	-	1.714.707
	56.371	448.283	3.513.612	10.192.437	1.265.052	15.475.755
31 de dezembro de 2020						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	206.508	898.813	1.929.203	2.213.797	25.420	5.273.741
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	275.165	558.544	198.026	707.840	334.962	2.074.537
Debêntures	-	49.634	1.118.971	5.257.930	1.235.988	7.662.523
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	227	-	2.231.930	2.304.632	-	4.536.789
	481.900	1.506.991	5.478.130	10.484.199	1.596.370	19.547.590

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em seguida, as tabelas apresentam os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos de *hedge* que também estão contemplados nos fluxos de caixa das controladoras Enel Distribuição Rio, Enel Distribuição Ceará, Enel Distribuição São Paulo, Enel Distribuição Goiás, Central Geradora Termelétrica Fortaleza e Enel Green Power Cachoeira Dourada:

	Consolidado					Total
	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	
31 de dezembro de 2019						
NDF BRL x USD	-	(5.059)	-	-	-	(5.059)
Swaps de taxa de juros	4.078	2.265	(98.543)	(115.868)	-	(208.068)
	<u>4.078</u>	<u>(2.794)</u>	<u>(98.543)</u>	<u>(115.868)</u>	<u>-</u>	<u>(213.127)</u>
31 de dezembro de 2020						
NDF BRL x USD	(19.781)	10.205	2.068	-	-	(7.508)
Swaps de taxa de juros	(47.564)	(245.197)	(157.928)	(96.090)	(54.276)	(601.054)
	<u>(67.345)</u>	<u>(234.992)</u>	<u>(155.860)</u>	<u>(96.090)</u>	<u>(54.276)</u>	<u>(608.562)</u>

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, o Grupo utiliza como opção de curto prazo as contas garantidas que tem contratada. Abaixo segue tabela referente à posição final dos exercícios de 2020 e 2019 quanto à utilização das contas:

Conta garantida	31/12/2020	31/12/2019
Contratada	1.340.000	540.000

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os saldos contábeis e valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia (individual e consolidado) em 31 de dezembro de 2020 são demonstrados abaixo:

Controladora			31/12/2020	
	Categoria	Nível	Contábil	Valor Justo
Ativo				
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	49.540	49.540
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado	2	6.069	6.069
Empréstimos com partes relacionadas	Custo amortizado	2	3.593.950	3.593.950
Passivo				
Fornecedores	Custo amortizado	2	771.277	771.277
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	300	300
Consolidado			31/12/2020	
	Categoria	Nível	Contábil	Valor Justo
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	3.806.388	3.806.388
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	361.483	361.483
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	28.583	28.583
Consumidores, concessionários e permissionários, líquido	Custo amortizado	2	10.881.748	10.881.748
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	Custo amortizado	2	76.976	76.976
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	325.836	325.836
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio de resultado	2	276.922	276.922
Ativo indenizável (concessão)	Valor justo por meio de resultado	3	12.820.257	12.820.257
Ativos financeiro - contas a receber vinculados à concessão	Custo amortizado	3	1.442.093	1.442.093
Passivo				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	2	13.419.016	13.260.102
Debêntures marcadas a mercado	Valor justo por meio de resultado	2	1.416.608	1.433.861
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	27.839	27.839
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio de resultado	2	71	71
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	268.038	268.038
Fornecedores	Custo amortizado	2	9.391.823	9.391.823
Outras obrigações	Custo amortizado	2	1.072.126	1.072.126
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2	363.638	363.638
Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	Custo amortizado	2	798.380	798.380

Instrumento financeiro derivativo

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações de proteção de exposição ao risco de variação de taxa flutuante de debênture, proteção à variação cambial dos empréstimos com terceiros atrelados ao dólar, receitas que possuem na fórmula de reajuste do preço anual o dólar americano como componente e importação de energia.

Os valores da curva e de mercado dos instrumentos derivativos (swap) relacionados aos empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2020 são como segue:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada	Contraparte	Data do contrato	Data do vencimento	Posição	Valor da curva	Valor justo (contábil)	Diferença
Enel Distribuição Rio	ITAÚ S.A.	05/07/2017	05/07/2021	USD + 4,210%aa 115,65% CDI	148.398	151.098	(2.700)
Enel Distribuição Rio	CITIBANK S.A	28/03/2018	29/03/2021	Libor + 0,55%aa CDI + 0,93%aa	183.332	179.121	4.211
Enel Distribuição Rio	BNP PARIBAS S.A	23/12/2020	23/12/2022	USD + 1,63%aa CDI + 0,79% aa	3.760	3.199	561
Enel Distribuição Ceará	Scotiabank	07/01/2020	07/01/2021	CDI + 0,19% aa	41.931	41.865	66
Enel Distribuição Ceará	TOKIO	18/03/2020	18/03/2021	CDI + 0,07% aa	14.188	13.623	565
Enel Distribuição Ceará	TOKIO II	18/03/2020	18/03/2021	CDI + 0,12% aa	4.970	4.786	184
Enel Distribuição Ceará	Scotiabank II	01/04/2020	01/04/2021	CDI + 2,60% aa	4.908	3.599	1.309
Enel Distribuição Ceará	Scotiabank III	06/01/2021	06/01/2023	CDI + 1,23% aa	-	483	(483)
Enel Distribuição Goiás	OTIABANK 4131 CE	27/08/2019	29/08/2022	USD 2,30% aa 100% CDI + 0,79%	52.133	54.462	(2.329)
Enel Distribuição Goiás	BNP 4131 CELG II	06/03/2020	08/03/2021	USD + 1,84% a.a. 100% CDI +	20.944	20.390	554
Enel Distribuição São Paulo	Bradesco	26/06/2019	15/05/2026	IPCA + 4,0134% a.a. 100% CDI +	47.363	97.248	(49.885)
Enel Distribuição São Paulo	Tokio	10/03/2020	08/03/2021	USD + 1,36% a.a. CDI + 0,06%	18.768	18.214	554
Enel Distribuição São Paulo	Scotiabank	31/03/2020	31/03/2021	USD + 1,65% a.a. CDI + 2,50%	4.251	2.063	2.188
Enel Distribuição São Paulo	BNP	17/04/2020	19/04/2021	USD + 2,96% a.a. CDI + 1,60%	27	(1.151)	1.178
Total					544.973	589.000	(44.027)

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores da curva e de mercado dos instrumentos derivativos (swap) relacionados à compra de energia e proteção de receita futura em 31 de dezembro de 2020 são como segue:

Controlada	Contraparte	Data do contrato	Data do vencimento	Posição	Valor da curva	Valor justo (contábil)	Diferença
Central Geradora Termelétrica Fort	NDF Itaú	03/12/2020	31/03/2021	BRL x 5,143 USD	754	(1.255)	2.009
Central Geradora Termelétrica Fort	NDF Santander	03/12/2020	22/04/2021	BRL x 5,151 USD	1.037	(2.067)	3.104
Enel Green Power Cachoeira Dour	NDF Itaú	23/11/2020	11/01/2021	5,4225 USD x BRL	(8.347)	(9.160)	813
Enel Green Power Cachoeira Dour	NDF Santander	23/11/2020	14/01/2021	5,4170 USD x BRL	(1.212)	(1.359)	147
Enel Green Power Cachoeira Dour	NDF Itaú	25/11/2020	11/01/2021	5,3420 USD x BRL	(4.272)	(4.003)	(269)
Enel Green Power Cachoeira Dour	NDF Santander	26/11/2020	11/01/2021	5,3199 USD x BRL	(785)	(767)	(18)
Enel Green Power Cachoeira Dour	NDF Santander	30/11/2020	11/01/2021	5,3735 USD x BRL	(1.217)	(1.294)	77
Enel Green Power Cachoeira Dour	NDF Itaú	30/11/2020	14/01/2021	5,3735 USD x BRL	(790)	(855)	65
Enel Green Power Cachoeira Dour	NDF Itaú	01/12/2020	11/01/2021	5,2623 USD x BRL	(1.693)	(1.810)	117
Enel Green Power Cachoeira Dour	NDF Santander	02/12/2020	11/01/2021	5,2623 USD x BRL	(433)	(434)	1
Enel Green Power Cachoeira Dour	NDF Itaú	07/12/2020	10/02/2021	5,086 USD x BRL	381	624	(243)
Enel Green Power Cachoeira Dour	NDF Santander	03/12/2020	10/02/2021	5,1755 USD x BRL	(69)	35	(104)
Enel Green Power Cachoeira Dour	NDF Itaú	04/12/2020	10/02/2021	5,1545 USD x BRL	317	192	125
Enel Green Power Cachoeira Dour	NDF Itaú	10/12/2020	10/02/2021	5,0655 USD x BRL	6.478	5.642	836
Enel Green Power Cachoeira Dour	NDF Bradesco	16/12/2020	10/02/2021	5,1413 USD x BRL	3.151	2.205	946
Enel Green Power Cachoeira Dour	NDF Bradesco	22/12/2020	10/02/2021	5,1595 USD x BRL	603	334	269
Enel Green Power Cachoeira Dour	NDF Bradesco	23/12/2020	10/02/2021	5,1718 USD x BRL	628	210	418
Enel Green Power Cachoeira Dour	NDF Itaú	23/12/2020	10/02/2021	5,209 USD x BRL	255	(187)	442
Enel Green Power Cachoeira Dour	NDF Itaú	02/12/2020	14/01/2021	5,2375 USD x BRL	(93)	(108)	15
Enel Green Power Cachoeira Dour	NDF Bradesco	16/12/2020	14/01/2021	5,1333 USD x BRL	11	9	2
Enel Green Power Cachoeira Dour	NDF Santander	23/12/2020	12/02/2021	5,2109 USD x BRL	116	(89)	205
Enel Green Power Cachoeira Dour	NDF Itaú	16/12/2020	12/02/2021	5,1298 USD x BRL	67	50	17
Enel Green Power Cachoeira Dour	NDF Itaú	29/12/2020	10/02/2021	5,1903 USD x BRL	(172)	(43)	(129)
Enel Green Power Cachoeira Dour	NDF Santander	29/12/2020	12/02/2021	5,19 03 USD x BRL	(92)	(22)	(70)
Total					(5.377)	(14.152)	8.775
Total Geral					539.596	574.848	(35.252)

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Controlada	Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
			Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
Enel Distribuição Rio	ITAU 4131	16.395	69.409	53.014	113.462	97.067
Enel Distribuição Rio	ITAU 4131 SWAP PA	(16.381)	(69.349)	(52.968)	(113.364)	(96.983)
Enel Distribuição Rio	ITAU 4131 SWAP PP	3.364	4.194	830	5.019	1.655
Enel Distribuição Rio	CITIBANK 4131 II	14.983	43.561	28.578	67.324	52.341
Enel Distribuição Rio	CITIBANK 4131 II - SWAP PA	(14.870)	(43.233)	(28.363)	(66.817)	(51.947)
Enel Distribuição Rio	CITIBANK 4131 II - SWAP PP	2.264	2.642	378	3.018	754
Enel Distribuição Rio	BNP PARIBAS 4131 II	3.127	49.102	45.975	87.307	84.180
Enel Distribuição Rio	BNP PARIBAS 4131 II - SWAP PA	(3.165)	(49.700)	(46.535)	(88.369)	(85.204)
Enel Distribuição Rio	BNP PARIBAS 4131 II - SWAP PP	6.138	7.258	1.120	8.372	2.234
Enel Distribuição Ceará	Scotiabank 4131	3.488	7.185	3.697	10.258	6.770
Enel Distribuição Ceará	SWAP Scotiabank 4131 PA	(3.486)	(7.181)	(3.695)	(10.251)	(6.765)
Enel Distribuição Ceará	SWAP Scotiabank 4131 PP	265	324	59	383	118
Enel Distribuição Ceará	TOKIO 4131	5.164	14.552	9.388	22.354	17.190
Enel Distribuição Ceará	TOKIO 4131 SWAP PA	(5.143)	(14.494)	(9.351)	(22.264)	(17.121)
Enel Distribuição Ceará	TOKIO 4131 SWAP PP	749	928	179	1.105	356
Enel Distribuição Ceará	TOKIO 4131 II	1.742	4.885	3.143	7.498	5.756
Enel Distribuição Ceará	TOKIO 4131 II SWAP PA	(1.735)	(4.867)	(3.132)	(7.469)	(5.734)
Enel Distribuição Ceará	TOKIO 4131 II SWAP PP	256	316	60	375	119
Enel Distribuição Ceará	Scotiabank II 4131	4.670	16.512	11.842	26.352	21.682
Enel Distribuição Ceará	SWAP Scotiabank II 4131 PA	(4.658)	(16.468)	(11.810)	(26.281)	(21.623)
Enel Distribuição Ceará	SWAP Scotiabank II 4131 PP	2.290	2.533	243	2.775	485
Enel Distribuição Ceará	Scotiabank III 4131	4.995	4.995	-	4.995	-
Enel Distribuição Ceará	SWAP Scotiabank III 4131 PA	(4.995)	(4.995)	-	(4.995)	-
Enel Distribuição Ceará	SWAP Scotiabank III 4131 PP	12.780	15.104	2.324	17.417	4.637
Enel Distribuição Goiás	SCOTIABANK 4131 CELG	5.557	62.862	57.305	110.481	104.924
Enel Distribuição Goiás	SCOTIABANK CELG SWAP PA	(5.636)	(63.758)	(58.122)	(112.055)	(106.419)
Enel Distribuição Goiás	SCOTIABANK CELG SWAP PP	6.137	7.257	1.120	8.371	2.234
Enel Distribuição Goiás	BNP 4131 II	5.599	15.392	9.793	23.530	17.931
Enel Distribuição Goiás	BNP 4131 II - SWAP PA	(5.582)	(15.346)	(9.764)	(23.460)	(17.878)
Enel Distribuição Goiás	BNP 4131 II - SWAP PP	902	1.081	179	1.260	358
Enel Distribuição São Paulo	Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	(71.925)	(80.520)	(8.595)	(89.039)	(17.114)
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo (swap) - PA	68.195	76.344	8.149	84.421	16.226
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo (swap) - PP	(23.230)	(27.568)	(4.338)	(31.885)	(8.655)
Enel Distribuição São Paulo	TOKIO 4131	(5.369)	(15.024)	(9.655)	(23.047)	(17.678)
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo (swap) - PA	5.348	14.967	9.619	22.959	17.611
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo (swap) - PP	(746)	(924)	(178)	(1.102)	(356)
Enel Distribuição São Paulo	SCOTIABANK 4131	(8.566)	(23.766)	(15.200)	(36.397)	(27.831)
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo (swap) - PA	8.536	23.683	15.147	36.271	27.735
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo (swap) - PP	(2.901)	(3.214)	(313)	(3.527)	(626)
Enel Distribuição São Paulo	BNP 4131	(15.439)	(49.754)	(34.315)	(78.269)	(62.830)
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo (swap) - PA	15.456	49.807	34.351	78.351	62.895
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo (swap) - PP	(5.337)	(6.063)	(726)	(6.784)	(1.447)
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.	NDF	(3.409)	(105.879)	(102.470)	(208.350)	(204.941)
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF	11.794	(391.367)	(403.161)	(794.528)	(806.322)

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) (a)	9	17	845.659	753.634
Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ/CSLL) (b)	27.427	-	232.603	88.340
Refis IV(c)	-	-	4.720	7.311
Imposto sobre Serviços (ISS)	181	14.734	19.562	32.495
Programa de Integração Social (PIS) (d)	3.304	5.638	39.429	47.378
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)(d)	15.347	26.043	181.886	218.315
PIS/COFINS/IRRF/CSRF (Retido)	479	-	42.743	-
Contribuições e Encargos Trabalhistas	994	1.449	39.163	18.113
Tributos sobre Importação de Serviços (e)	145.832	29.287	158.892	29.287
Outros tributos e Contribuições	-	15.106	101.596	84.814
Total	193.573	92.274	1.666.253	1.279.687
Circulante	193.573	92.274	1.666.765	1.271.749
Não Circulante	-	-	3.488	7.938

- (a) O ICMS da Companhia e suas controladas é apurado conforme legislação de cada Estado onde pratica transações de mercadorias. Na apuração são considerados todos os créditos devidos e o valor líquido é recolhido nos seus respectivos vencimentos.
- (b) O saldo em 31 de dezembro de 2020 é composto por provisões para imposto de renda e contribuição social a pagar, líquidas das antecipações efetuadas no montante total de R\$ 262.861.
- (c) A Companhia aderiu em 30 de setembro de 2009 o REFIS IV (Lei nº 11.941/2009) nos montantes de R\$ 25.075 e R\$ 20.692 sem redução e com redução respectivamente referentes a débitos federais previdenciários e tem como saldo a pagar no curto prazo no semestre findo em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 1.232 (saldo de R\$1.513 em 31 de dezembro de 2019) e no longo prazo o montante de R\$ 3.488 (Saldo de R\$ 5.798 em 31 de dezembro de 2019), tendo sua última parcela a ser paga em dezembro de 2022 atualizada pela SELIC.
- (d) O saldo em 31 de dezembro é composto por provisões do Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre a venda de energia elétrica e prestação de serviços, com alíquotas de 1,65% e 7,60% respectivamente.
- (e) O saldo em 31 de dezembro é composto por tributos incidentes sobre serviços técnicos e gerais prestados por fornecedores domiciliados no Exterior. Tais tributos correspondem ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), à Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), ao Imposto sobre Serviços (ISS), ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Taxas regulamentares

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Reserva global de reversão - ("RGR")	953	11.032
Conta de desenvolvimento energético - CDE (a)	-	607.114
Encargos emergenciais	2.647	2.467
Programa de Eficiência Energética- ("PEE")	637.729	602.377
Pesquisa e desenvolvimento-("P&D")	377.955	324.278
Conta centralizadora de recursos de banceira tarifária - ("CCRBT") (b)	-	72.245
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica ("TFSEE")	2.687	3.510
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos ("CFURH")	4.621	4.290
Outros	9.591	42.336
Total	1.036.183	1.669.649
Circulante	823.609	1.256.270
Não Circulante	212.574	413.379

- (a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE): Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Conforme previsto na Resolução Homologatória nº 2.521, de 20 de março de 2019, o período de vigência da cobrança do encargo CDE-ACR se encerrou no mês de agosto de 2019. Em 2020, após decisão transitada em julgado, a Companhia compensou os referidos montantes no valor de R\$ 607.114, conforme comentado na nota 8.
- (b) Com as medidas provisórias adotadas pela ANEEL para preservar a prestação de serviço de distribuição de energia elétrica (vide nota explicativa 1.1) em 2020 tivemos uma mudança no cenário relacionado à bandeira tarifária, que em 31 de dezembro de 2019 foi apresentado como um passivo, e ao longo de 2020 gerou um contas a receber para a Companhia.

27. Contas a pagar – acordo Eletrobras

Em 9 de março de 2018, a controlada Enel Distribuição São Paulo celebrou acordo com a Eletrobras e seus advogados visando encerrar disputa judicial que envolvia a Eletrobras, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP") e a controlada Enel Distribuição São Paulo, relativa ao saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobras à empresa estatal (ECF-1.046/1986), que posteriormente foi cindida, dando origem à quatro companhias, entre as quais a Companhia e a CTEEP atuais. Em 25 de abril e 10 de junho de 2019 foi certificado o trânsito em julgado dos acordos com a Eletrobras e com os advogados, restando atendidas todas as condições para início dos pagamentos. As parcelas são atualizadas por CDI+1% a.a..

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com o cronograma, a controlada Enel Distribuição São Paulo efetuou o pagamento da 2ª parcela em junho de 2020, no montante de R\$ 351.683, referente ao acordo firmado com a Eletrobras e com os advogados.

O cronograma de realização das parcelas relativas ao acordo, têm os seguintes vencimentos:

Cronograma de pagamento	Parcela	Principal	Principal Atualizado
Junho de 2021	3ª - Eletrobras	300.000	355.807
Junho de 2022	4ª - Eletrobras	300.000	355.807
Junho de 2023	5ª - Eletrobras	250.000	296.507
Junho de 2023	2ª - Advogados	50.000	48.519
			1.056.640
Circulante			355.807
Não Circulante			700.833

Os valores estão registrados a custo amortizado e não existem compromissos financeiros contratuais (*covenants*) relacionados ao acordo firmado.

28. Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contribuições de iluminação Pública Arrecadada	-	-	370.542	310.826
Devoluções à consumidores (obras vinculadas a concessão)	-	-	133.876	117.242
Devoluções à consumidores	-	-	70.872	73.791
Salários e benefícios	-	-	109	15.665
Repasse a terceiros	-	-	17.164	10.176
Cauções em Garantia	-	-	60.038	38.769
Receita Antecipada	-	-	25.678	28.427
Subvenções governamentais	-	-	5.215	8.488
Reserva global de reversão	-	-	44.056	51.398
Partes relacionadas (a)	24.937	23.468	-	-
Adiantamento de clientes	-	-	233.628	133.491
Penalidades contratuais e regulatórias	-	-	1.142	16.807
Outras Obrigações	3.943	258	109.806	96.451
Total	28.880	23.726	1.072.126	901.531
Circulante	28.880	23.726	820.836	701.445
Não Circulante	-	-	251.290	200.086

(a) Os termos e condições envolvendo partes relacionadas, encontram-se descritos na nota 29.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas mantêm operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes dos saldos, natureza e totais das transações e efeitos nas demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref.	Natureza da operação	Controladora									
			31/12/2020					31/12/2019				
			Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)
Enel Tecnologia de Redes S.A.		Capital a integralizar	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-
Enel Trading Brasil S.A.		Capital a integralizar	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-
Enel Distribuição Rio		Dividendos	57.878	-	-	-	-	21.756	-	-	-	-
Enel Distribuição São Paulo		Dividendos	60.834	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Distribuição Ceará		Dividendos	115.620	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Geração Fortaleza - CGTF		Dividendos	3.203	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel CIEN S.A.		Dividendos	76.659	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ENEL Green Power Projetos I S.A.		Dividendos	60.005	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Endesa Américas S.A.		Dividendos	-	-	348.506	-	-	-	-	-	-	-
Enel Distribuição Ceará		Garantias	487	-	-	-	1.073	491	-	-	-	491
Enel Distribuição Goiás		Garantias	-	-	-	-	5.979	-	-	-	-	2.773
Enel Distribuição Rio		Garantias	2.193	-	-	-	6.757	1.888	-	-	-	1.576
Enel Distribuição São Paulo		Garantias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.993
Enel Geração Fortaleza - CGTF		Garantias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	398
Enel Distribuição Goiás		Gastos de Integralização	715	-	-	-	-	715	-	-	-	-
Enel Global Thermal Generation		Management Fee	-	-	7.384	-	(3.497)	-	-	3.037	-	(694)
Enel Green Power SPA		Management Fee	-	-	14.766	-	(9.297)	-	-	5.464	-	(3.121)
Enel Prodzione SPA		Management Fee	-	-	5.300	-	(130)	-	-	5.729	-	(5.253)
ENEL Finance International N.V.		Commitment Fee	-	-	3.872	-	(3.872)	-	-	-	-	-
CTM	(b)	Mútuo	-	-	-	-	23.760	12.128	43.738	-	-	4.891
TESA	(b)	Mútuo	-	-	-	-	24.473	18.143	39.398	-	-	5.261
Endesa Américas S.A.	(e)	Mútuo	-	-	808.357	1.169.257	(548.696)	-	-	22.439	1.511.512	(143.783)
Enel Distribuição Rio	(f)	Mútuo	-	1.316.368	-	-	51.550	989.956	-	-	-	77.866
Enel Finance International N.V.	(h)	Mútuo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(448.177)
Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A.	(j)	Mútuo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	282.546
Enel Uruguay	(i)	Mútuo	6.136	-	-	-	1.107	2.947	-	-	-	250
Enel Geração Fortaleza - CGTF		Mútuo	-	102.076	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Distribuição Goiás		Mútuo	2.169.370	-	-	-	22.370	-	-	-	-	-
Enel X S.r.l.		Compartilhamento	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-
Sub-total Partes Relacionadas			2.553.100	1.418.444	1.188.191	1.169.257	(428.423)	1.048.024	83.136	36.687	1.511.512	(222.983)

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas	Ref.	Natureza da operação	Controladora											
			31/12/2020					31/12/2019						
			Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)		
Enel North America, Inc.		Prestação de serviço	485	-	-	-	-	485	-	-	-	-	-	-
Endesa Américas S/A		Prestação de serviço	2.955	-	762	-	1.060	-	-	-	-	-	-	-
Chilectra Chile (Enel Distribuição Chile)		Prestação de serviço	-	-	3.978	-	(498)	-	-	3.480	-	-	(2.671)	-
Codensa S.A. ESP		Prestação de serviço	-	-	-	-	5	-	-	5	-	-	(5)	-
Edistribución Redes Digitales, S.L.		Prestação de serviço	-	-	93	-	-	-	-	93	-	-	(93)	-
E-Distribucione SPA		Prestação de serviço	-	-	174	-	(389)	-	-	852	-	-	(477)	-
EGP Cachoeira Dourada		Prestação de serviço	1.599	-	19	-	-	972	-	12	-	-	-	-
Endesa Américas S.A.		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	-	535	-	-	23	-
Enel CIEN S.A.		Prestação de serviço	4.692	-	-	-	-	-	2.228	-	-	-	-	-
Enel Distribuição Ceará		Prestação de serviço	77.651	-	1.007	-	-	19.926	-	50	-	-	-	-
Enel Distribuição Goiás		Prestação de serviço	79.371	-	870	-	-	22.111	-	530	-	-	-	-
Enel Distribuição Rio		Prestação de serviço	80.602	-	540	-	-	18.959	-	-	-	-	-	-
Enel Distribuição São Paulo		Prestação de serviço	69.492	-	196	-	-	8.779	-	584	-	-	-	-
Enel Generación Chile		Prestação de serviço	-	-	416	-	181	-	-	597	-	-	(379)	-
Enel Geração Fortaleza - CGTF		Prestação de serviço	1.601	-	6	-	-	1.291	-	-	-	-	-	-
Enel Global Infrastructure and Network	(k)	Prestação de serviço	608	-	207.464	-	(209.710)	123	-	119.254	-	-	(57.796)	-
Enel Green Power		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	2.763	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Volta Grande S.A.		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	929	-	-	-	-	721	-
Enel Iberoamérica		Prestação de serviço	-	-	2.261	-	-	-	-	943	-	-	-	-
Enel Produzione SPA		Prestação de serviço	-	-	5.683	-	(171)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Global Services		Prestação de serviço	-	-	195.931	-	(40.050)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Itália Servizi		Prestação de serviço	-	-	3.439	-	(3.671)	-	-	100.572	-	-	(45.733)	-
Enel Produzione SPA		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	-	4.627	-	-	(21)	-
Enel SPA	(d)	Prestação de serviço	1.296	-	257.666	-	(118.899)	963	-	149.839	-	-	(44.764)	-
Enel Green Power Participações		Prestação de serviço	7.043	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ENEL Green Power Projetos I S.A.		Prestação de serviço	2.986	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel X Brasil Gerenciamento De Energia Ltda		Prestação de serviço	249	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servizio Elettrico Nazionale SpA		Prestação de serviço	-	-	761	-	(840)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Trading Brasil S.A.		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	-	9.413	-	-	330	-
Enel Trading		Prestação de serviço	-	-	14.012	-	(11.040)	-	-	-	-	-	-	-
Enerisis Chile		Prestação de serviço	1.730	-	1.911	-	(323)	3.398	-	1.588	-	-	2.012	-
Enel Distribuição Rio		Reembolso de gastos	-	-	24.937	-	-	-	-	23.654	-	-	-	-
Sub-total Partes Relacionadas			332.360	-	722.131	-	(383.860)	82.442	-	416.628	-	-	(148.853)	-
Total			2.885.460	1.418.444	1.910.322	1.169.257	(812.283)	1.130.466	83.136	453.315	1.511.512	-	(371.836)	-

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Consolidado												
		31/12/2020					31/12/2019							
Empresas	Ref.	Natureza da operação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Intangível	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Intangível
Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	(a.1)	Fundo de pensão	-	-	1.530	320.466	(18.774)	1.480	-	-	2.284	94.773	(4.735)	1.647
Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS	(a.2)	Fundo de pensão	-	-	-	568.521	(31.046)	-	-	-	-	463.222	(29.817)	-
FUNCESP	(a.4)	Fundo de pensão	-	-	6.586.820	-	27.144	-	-	-	-	-	-	-
FUNCESP	(a.5)	Mútuo	-	-	336.109	582.014	-	-	-	-	-	-	-	-
CEMSA - Comercializadora del Mercosul S.A.	(c)	Transmissão de energia	-	-	-	-	-	-	-	29.334	-	10.860	13.759	-
Endesa Costanera S.A.		Transmissão de energia	-	-	-	-	-	-	-	10.862	-	30.784	5.123	-
Eletra	(a.3)	Fundo de pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	21.440	195.539	(12.018)	-
Endesa Américas S.A.	(e)	Mútuo	-	-	808.357	1.169.257	(548.696)	-	-	-	22.439	1.511.512	(143.783)	-
Endesa Américas S.A.	(e)	Prestação de serviço	2.775	-	-	-	1.117	-	-	-	535	-	23	-
Endesa Américas S.A.		Dividendos	-	-	348.506	-	-	-	-	-	24.479	-	-	-
Endesa Américas S.A.		Garantias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(503)	-
Enel North America, Inc.		Prestação de serviço	485	-	-	-	485	-	-	-	-	-	-	-
Endesa Américas S/A		Prestação de serviço	2.955	-	762	-	1.060	-	-	-	-	-	-	-
Enerjis Chile		Prestação de serviço	1.730	-	1.911	-	(323)	-	3.582	-	1.588	-	2.196	-
Chilectra Chile (Enel Distribuição Chile)		Prestação de serviço	-	-	3.978	-	(498)	-	-	-	3.480	-	(2.671)	-
Endesa Generacion SA		Prestação de serviço	-	-	43	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Generación Chile		Prestação de serviço	-	-	416	-	181	-	-	-	640	-	(379)	-
Enel SPA	(d)	Prestação de serviço	2.233	-	259.066	-	(119.688)	-	1.694	-	3.007	-	389	-
Enel Distribuzione SPA		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	852	-	(477)	-
Enel Iberoamérica		Prestação de serviço	-	-	3.465	-	-	-	-	-	3.636	-	-	-
Enel Green Power SPA		Management Fee	-	-	14.766	-	(9.297)	-	-	-	-	-	-	-
ENEL Finance International N.V.		Commitment Fee	-	-	3.872	-	(3.872)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Joana Eólica	(g)	Compra/Venda de energia	4.463	-	484	-	(9.458)	-	318	314	1.393	-	(14.409)	-
Enel Green Power Modelo I Eólica	(g)	Compra/Venda de energia	6.656	-	1.347	-	(16.730)	-	563	665	1.564	-	(18.981)	-
Enel Green Power Modelo II Eólica	(g)	Compra/Venda de energia	4.897	-	902	-	(13.372)	-	641	445	1.495	-	(14.793)	-
Enel Green Power Emiliana Eólica	(g)	Compra/Venda de energia	5.075	-	1.828	-	(12.453)	-	471	433	2.198	-	(14.690)	-
Enel Green Power Pau Ferro Eólica	(g)	Compra/Venda de energia	6.798	-	1.062	-	(14.541)	-	568	552	1.138	-	(16.742)	-
Enel Green Power Pedra de Gerônimo Eólica	(g)	Compra/Venda de energia	5.443	-	931	-	(18.226)	-	557	521	2.603	-	(22.416)	-
Enel Green Power Tacaicó Eólica	(g)	Compra/Venda de energia	3.979	-	534	-	(8.218)	-	213	207	825	-	(9.899)	-
ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.	(g)	Compra/Venda de energia	795	-	1.087	-	(6.698)	-	-	-	1.108	-	(10.965)	-
Enel Green Power Cristalândia I	(g)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.647)	-
Enel Green Power Cristalândia II	(g)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.682)	-
Enel Green Power Delfina B	(g)	Compra/Venda de energia	4.401	-	1.299	-	(21.589)	-	4	-	1.452	-	(22.067)	-
Enel Green Power Delfina C	(g)	Compra/Venda de energia	1.121	-	322	-	(5.149)	-	-	-	554	-	(5.178)	-
Enel Green Power Delfina D	(g)	Compra/Venda de energia	2.256	-	2.615	-	(24.906)	-	-	-	1.964	-	(25.042)	-
Enel Green Power Delfina E	(g)	Compra/Venda de energia	4.397	-	1.299	-	(22.192)	-	-	-	1.778	-	(23.101)	-
Enel Green Power Desenvolvimento	(g)	Prestação de serviço	-	-	1.597	-	-	-	-	-	1.597	-	-	-
Enel X Brasil Gerenciamento De Energia Ltda		Prestação de serviço	249	-	61	-	(194)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Dois Riachos	(g)	Compra/Venda de energia	6.772	-	171	-	(1.334)	-	-	-	776	-	(5.591)	-
ENEL Green Power Fazenda S.A.	(g)	Compra/Venda de energia	588	-	898	-	(6.151)	-	-	-	903	-	(9.170)	-
Enel Green Power Mourão	(g)	Compra/Venda de energia	-	-	680	-	(2.357)	-	-	-	150	-	(1.744)	-
Enel Green Power Paranapanema	(g)	Compra/Venda de energia	-	-	736	-	(7.350)	-	-	-	706	-	(6.159)	-
ENEL Green Power Salto Apiacas S.A.	(g)	Compra/Venda de energia	981	-	713	-	(260)	-	-	-	840	-	(5.952)	-
Avorada Energia S.A		Compra/Venda de energia	-	-	84	-	(699)	-	-	-	-	-	-	-
Quatiara Energia		Compra/Venda de energia	-	-	271	-	(3.205)	-	-	-	260	-	(2.759)	-
ENEL Green Power Projetos I S.A.		Compra/Venda de energia	-	-	3.642	-	(42.300)	-	-	-	-	-	-	-
Socibe Energia		Compra/Venda de energia	-	-	-	-	(4.233)	-	-	-	3.020	-	(17.260)	-
Sub-total Partes Relacionadas			69.049	-	8.392.164	2.640.258	(943.822)	1.480	8.611	43.333	110.704	2.306.690	(435.140)	1.647

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			Consolidado											
			31/12/2020					31/12/2019						
Empresas	Ref.	Natureza da operação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Intangível	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Intangível
CEMSA - Comercializadora del Mercosul S.A	(c)	Transporte de energia	-	-	-	-	(237.734)	-	-	-	-	-	-	-
Endesa Constanera S.A.	(g)	Transporte de energia	-	-	-	-	(194.230)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power	(g)	Transporte de energia	99	-	-	-	1.113	-	62	-	-	-	643	-
Enel Green Power Participações	(g)	Prestação de serviço	7.043	-	5	-	-	-	6.527	-	578	-	2.363	-
Enel Green Power Participações	(g)	Management Fee	-	-	-	-	-	-	-	-	5.464	-	(3.121)	-
Enel Soluções S.A.	-	Outras contas a pagar	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Participações	(g)	Outros Serviços	-	-	-	-	-	-	2.816	-	171	-	-	-
Enel Green Power Participações	(g)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	1.177	-	-	-	4.458	-
Enel Itália Servi	-	Prestação de serviço	-	-	3.439	-	(3.671)	-	-	-	107.107	-	(45.718)	-
Enel Prodizione SPA	-	Prestação de serviço	-	-	5.683	-	(171)	-	-	-	4.627	-	(21)	-
Enel Green Power Brasil Participações Ltda.	(g)	Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	1.445	-	5	-	-	-
Enel Green Power Boa Vista Eólica S.A.	(g)	Compra/Venda de energia	4.334	-	995	-	(24.553)	-	-	-	2.385	-	(26.147)	-
Enel Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.	(g)	Compra/Venda de energia	2.479	-	1.282	-	(22.870)	-	-	-	2.276	-	(18.335)	-
Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.	(g)	Compra/Venda de energia	2.833	-	1.431	-	(23.786)	-	-	-	2.249	-	(17.655)	-
Enel Green Power São Abraão Eólica S.A.	(g)	Compra/Venda de energia	4.468	-	1.304	-	(23.627)	-	-	-	2.232	-	(26.203)	-
Enel Green Power São Gonçalo 1 S.A	-	Compra/Venda de energia	-	-	1.960	-	(19.386)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 2 S.A	-	Compra/Venda de energia	-	-	2.164	-	(21.928)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 3 S.A	-	Compra/Venda de energia	-	-	1.960	-	(16.677)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 4 S.A	-	Compra/Venda de energia	-	-	2.164	-	(18.145)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 5 S.A	-	Compra/Venda de energia	-	-	2.164	-	(12.872)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 6 S.A	-	Compra/Venda de energia	-	-	16.677	-	(10.604)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 7 S.A	-	Compra/Venda de energia	-	-	10.054	-	(7.845)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 8 S.A	-	Compra/Venda de energia	-	-	10.054	-	(7.738)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 10 S.A	-	Compra/Venda de energia	-	-	2.164	-	(18.342)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 11 S.A	-	Compra/Venda de energia	1.541	-	10.054	-	(1.377)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 12 S.A	-	Compra/Venda de energia	1.541	-	10.054	-	(735)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 21 S.A	-	Compra/Venda de energia	-	-	2.164	-	(19.807)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 22 S.A	-	Compra/Venda de energia	-	-	2.164	-	(19.658)	-	-	-	-	-	-	-
Emgesa SA ESP	-	Prestação de serviço	-	-	604	-	(112)	-	1.117	-	-	-	227	-
Enel X S.r.l	-	Prestação de serviço	-	-	16.037	-	(19.890)	-	582	-	9.746	-	(7.929)	-
Enel Global Services	-	Prestação de serviço	-	-	196.284	-	(40.126)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Global Infrastructure and Network	(k)	Prestação de serviço	608	-	207.464	-	(209.710)	-	123	-	123.749	-	(62.290)	-
Enel SPA	-	Management fee	-	-	3.619	-	(1.054)	-	963	-	149.839	-	(44.764)	-
Enel SPA	-	Expatriados	1.292	-	1.942	-	(1.935)	-	155	-	-	-	155	-
Enel Itália Servi	-	Expatriados	-	-	270	-	(615)	-	-	-	5.075	-	(517)	-
Enel Itália Servi	-	Serviços tecnologia ICT	-	-	-	-	-	-	-	-	640	-	-	-
Enel Prodizione SPA	-	Management fee	-	-	5.300	-	(130)	-	-	-	5.729	-	(5.253)	-
Enel X S.r.l.	-	Compartilhamento	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ENEL Green Power Projetos I S.A.	-	Compartilhamento	2.248	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ENEL Green Power Brasil Participações LTDA	-	Compartilhamento	9.620	-	2.863	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ENDESA S.A.	-	Reembolso de despesas de viagens (proj)	-	-	162	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Trading	-	Prestação de serviço	-	-	14.012	-	(11.040)	-	-	-	-	-	-	-
Servizio Elettrico Nazionale SpA	-	Prestação de serviço	-	-	761	-	(840)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Global Infrastructure and Network	-	Expatriados	704	-	6.114	-	(11.368)	-	59	-	2.824	-	(2.419)	-
E-DISTRIBUTIE MUNTENIA SA	-	Expatriados	302	-	-	-	302	-	-	-	-	-	-	-
Enel Chile	-	Expatriados	1.154	-	-	-	969	-	-	-	-	-	-	-
Enel Finance International N.V.	(h)	Mútuo	-	-	754	750.000	(754)	-	-	-	-	-	(504.512)	-
Enel Global Thermal Generation	-	Management fee	-	-	7.384	-	(3.497)	-	-	-	3.037	-	(694)	-
Enel Global Thermal Generation S.r.l.	-	Prestação de serviço	545	-	-	-	276	-	-	-	-	-	-	-
Sub-total Partes Relacionadas			40.811	-	551.512	750.000	(1.004.165)	-	15.026	-	427.733	-	(757.732)	-

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Consolidado												
		31/12/2020					31/12/2019							
Empresas	Ref.	Natureza da operação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Intangível	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Intangível
Endesa Américas S.A.		Expatriados	-	-	444	-	(390)	-	-	-	53	-	(53)	-
Codensa S.A. ESP		Prestação de serviço	-	-	-	-	5	-	-	-	5	-	(5)	-
Codensa S.A. ESP		Expatriados	-	-	216	-	(145)	-	-	-	71	-	(71)	-
Enel MAP		Expatriados	-	-	-	-	-	-	-	-	319	-	(7)	-
Isamu Ikeda Energia S.A		Compra/Venda de energia	-	-	-	-	(1.939)	-	-	-	-	-	13	-
Enel Green Power Zeus II - Delfina 8 S.A.		Compra/Venda de energia	5.512	-	1.842	-	(24.726)	-	-	-	16.723	-	(16.723)	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 1 S.A.		Compra/Venda de energia	937	-	4.071	-	(3.134)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 2 S.A.		Compra/Venda de energia	1.315	-	3.844	-	(2.529)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 3 S.A.		Compra/Venda de energia	1.247	-	3.966	-	(2.719)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 4 S.A.		Compra/Venda de energia	1.692	-	4.021	-	(2.329)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 5 S.A.		Compra/Venda de energia	2.290	-	3.812	-	(1.522)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 6 S.A.		Compra/Venda de energia	2.311	-	3.815	-	(1.504)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 7 S.A.		Compra/Venda de energia	517	-	3.032	-	(2.515)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 8 S.A.		Compra/Venda de energia	3.506	-	3.514	-	(7)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 9 S.A.		Compra/Venda de energia	9.135	-	5.704	-	3.431	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 10 S.A.		Compra/Venda de energia	7.233	-	4.486	-	2.747	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 11 S.A.		Compra/Venda de energia	7.954	-	4.934	-	3.020	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 14 S.A.		Compra/Venda de energia	7.417	-	4.599	-	2.818	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 15 S.A.		Compra/Venda de energia	8.471	-	5.259	-	3.212	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 17 S.A.		Compra/Venda de energia	8.581	-	5.340	-	3.242	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 19 S.A.		Compra/Venda de energia	5.614	-	3.460	-	2.154	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 20 S.A.		Compra/Venda de energia	6.032	-	3.700	-	2.332	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 21 S.A.		Compra/Venda de energia	5.405	-	3.310	-	2.095	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela ACL 12		Compra/Venda de energia	1.963	-	1.141	-	822	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela Acl 13 S.A		Compra/Venda de energia	1.936	-	1.125	-	811	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela Acl 16 S.A		Compra/Venda de energia	2.145	-	1.247	-	898	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela Acl 18 S.A.		Compra/Venda de energia	2.010	-	1.169	-	842	-	-	-	-	-	-	-
Electric Motors		Compra/Venda de energia	-	-	2.647	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Electric Motors		Prestação de serviço	731	-	-	-	731	-	-	-	-	-	-	-
E-Distribucione SPA		Prestação de serviço	-	-	174	-	(389)	-	-	-	-	-	-	-
Edistribución Redes Digitales, S.L.		Prestação de serviço	-	-	93	-	-	-	-	-	93	-	(93)	-
Enel Iberia SRL		Prestação de serviço	-	-	298	-	-	-	-	-	43	-	-	-
Enel Iberia SRL		Prestação de Serviço tecnologia ICT	-	-	1.387	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Endesa S.A.		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	655	-	(372)	-
Endesa S.A.		Expatriados	-	-	1.772	-	(1.177)	-	-	-	596	-	(596)	-
Enel Global Thermal Generation		Expatriados	-	-	-	-	-	-	269	-	-	-	269	-
Sub-total partes relacionadas			93.954	-	84.422	-	(15.865)	-	269	-	18.558	-	(17.638)	-
Total plano de pensão		Plano de pensão	-	-	(1.530)	(888.987)	49.820	(1.480)	-	-	(2.284)	(557.995)	34.552	(1.647)
Total			203.814	-	9.026.568	2.501.271	(1.914.032)	-	23.906	43.333	554.711	1.748.695	(1.175.958)	-

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Obrigações com plano de pensão

a.1) Plano de Pensão - FAELCE

A controlada Enel Distribuição Ceará, como mantenedora da FAELCE, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira da FAELCE e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como “Benefício Definido” e “Contribuição Definida”. Para maiores detalhes, vide nota 35.

a.2) Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS

A controlada Enel Distribuição Rio, como mantenedora da Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira dessa entidade e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da controlada Enel Distribuição Rio, classificados como PCA (Plano de Complementação de Aposentadoria) e PACV (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável). Para maiores detalhes, vide nota 35.

a.3) ELETRA

Plano de previdência Eletra refere-se ao saldo de instrumentos particulares de consolidação e parcelamento de débito referente à dotação especial para o plano misto de aposentadorias e pensão da ELETRA e refinanciamento de saldo devedor de outros débitos. Ocorreu um aditivo ao termo de parcelamento, o qual será amortizado em 181 parcelas mensais a partir de 25 de agosto de 2005 e as atualizações com base nas variações acumuladas do INPC e juros de 6% a.a.

a.4) Funcesp

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a FUNCESP a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e de ajustes de reserva matemática. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis.

a.5) Funcesp mútuo

Corresponde a parcela do saldo devedor que foi transferida para o plano CD II, na mesma proporção das reservas matemáticas dos participantes que optaram pela migração. Essa transferência foi instrumentalizada por meio de um novo contrato de dívida de natureza exclusivamente financeira. O valor de R\$ 918.123 foi reclassificado para a rubrica de empréstimos e financiamentos. Maiores detalhes sobre o contrato de dívida, estão informados na nota explicativa nº 14.1.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) CTM e TESA

Os mútuos com a CTM e TESA são em dólares norte-americanos e possuem encargos financeiros indexados à taxa Libor, com spread médio de 4,00% a.a..

c) CEMSA - Comercializadora del Mercosur S.A. e Enel Costanera S.A.

O saldo a pagar à CEMSA e Costanera no montante R\$41.644 em 31 de dezembro de 2019 originou-se em virtude da compra de energia para revenda no mercado brasileiro em anos anteriores. Os saldos são atualizados, em uma base mensal, incluindo as variações cambiais, uma vez que o contrato foi firmado em dólares norte-americanos.

d) Enel S.p.A.

A Companhia mantém contrato com a Enel S.p.A. referente a prestações de serviços relativos à tecnologia, serviços estruturais e de disponibilização de recursos humanos.

e) Enel Américas

Mútuos captados com a investidora Enel Américas objetivando a captação de recursos para alavancagem financeira das investidas no Brasil, bem como para aquisição da controlada Enel Distribuição Goiás.

f) Enel Distribuição Rio:

A Companhia possui empréstimos com a sua controlada Enel Distribuição Rio devido à necessidade de capital de giro da controlada Enel Distribuição Rio. Esses empréstimos foram renovados em 31 de março de 2020 como nova data de vencimento para 11 de dezembro de 2022 e são indexados pela variação do CDI, acrescidos de juros de 0,57% a.a. e 0,7% a.a..

g) Grupo Enel Green Power (“EGPs”):

Os saldos incorridos estão substancialmente relacionados com as receitas/despesas de Energia Incentivada entre as empresas do Grupo Enel Green Power e as controladas CGTF e EGP Cachoeira Dourada.

h) Enel Finance International N.V.:

Mútuo captado com a Enel Finance International N.V. devido à necessidade de capital de giro.

i) Enel Uruguay:

Mútuo captado pela Enel Uruguay devido à necessidade de capital de giro da controlada.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

j) Enel Global Infrastructure and Network:

A Companhia mantém contrato com a Enel Global Infrastructure and Network referente a prestações de serviços relativos à tecnologia.

k) Remuneração da Administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 18.729 (R\$ 15.256 em 2019). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho. A remuneração do Conselho de Administração e dos administradores somada às remunerações pelas controladas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 43.563 (R\$ 50.678 em 2019).

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

30. Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, tributárias, regulatórias e ambientais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, regulatórias, ambientais e outros assuntos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Uso de estimativas: A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas pelo menos trimestralmente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

Quando existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

30.1 Contingências com risco provável

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como provável, sendo dessa forma constituída provisão. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

A controladora apresenta a seguinte composição e movimentação dos processos judiciais nas esferas trabalhistas, cíveis e fiscais:

	Controladora				
	Saldo em	Adições	Atualização	Pagamentos	Saldo em
	31/12/2019	(reversões)	monetária		31/12/2020
Trabalhistas	1.075	(99)	126	(76)	1.026
Cíveis	8	-	1	-	9
Total	1.083	(99)	127	(76)	1.035
Não circulante	1.083				1.035

Enquanto o Grupo, apresenta a seguinte composição e movimentação dos processos judiciais nas esferas trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórias, ambientais e outras:

	Consolidado				
	Saldo em	Adições	Atualização	Pagamentos	Saldo em
	31/12/2019	(reversões)	monetária		31/12/2020
Trabalhistas	929.327	63.553	72.661	(111.614)	953.927
Cíveis	1.028.467	46.812	110.719	(237.297)	948.701
Fiscais	626.115	37.523	157.414	(517)	820.535
Regulatório	465.256	34.760	10.747	(13.617)	497.146
Ambientais	9.560	3.488	802	(3.557)	10.293
FUNAC	924.045	(47.455)	144.772	(146.589)	874.773
Outros	10.817	(1.654)	28	(284)	8.907
Total	3.993.587	137.027	497.143	(513.475)	4.114.282
Circulante	348.502				348.579
Não circulante	3.645.085				3.765.703

Abaixo, é detalhado os processos que compõem cada esfera judicial na qual a Companhia e suas controladas têm processos judiciais cuja probabilidade de perda é provável.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30.1.1 Provisões para contingências trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros: danos morais, reintegração ao trabalho, equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros.

Destacamos a seguir os principais riscos das controladas:

30.1.2 Provisões para contingências cíveis

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos cíveis relacionados a (i) autos de Infração lavrados pelo Procon/SP em virtude de supostas violações ao Código de Defesa do Consumidor; (ii) processos relacionados a multas de trânsito; (iii) multas posturais por supostas irregularidades relacionadas à sua operação, ajuizadas pelas municipalidades de sua área de concessão; e (iv) outros processos cíveis de natureza geral e especial, envolvendo ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral, questões imobiliárias, ações com agentes governamentais, questionamentos envolvendo plano cruzado, relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos bem como ações envolvendo agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público, dentre outros.

30.1.3 Provisões para contingências fiscais

A seguir apresentamos os principais riscos fiscais relacionados as controladas:

Controlada Enel Distribuição Rio

Os principais riscos fiscais os quais a controlada Enel Distribuição Rio está exposta são:

- 1) O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 14.301 (R\$14.150 em 31 de dezembro de 2019).
- 2) Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da controlada Enel Distribuição Rio. A controlada provisionou o equivalente a 40% e 20% das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 6.313, valor total do auto de R\$ 15.783, (R\$ 6.255 e R\$ 15.636 em 31 de dezembro

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de 2019) e de R\$ 554, valor total do auto R\$ 2.768 (R\$548 e R\$2.738 em 31 de dezembro de 2019, respectivamente)

- 3) Execução fiscal originada de auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 2003 para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro de 2001 a março de 2002. O STF inadmitiu o recurso da controlada Enel Distribuição Rio, a qual apresentou embargos de declaração e posteriormente agravo interno. Em setembro de 2020 o Tribunal negou provimento ao agravo da controlada Enel Distribuição Rio e entendeu que o recurso apresentado teria sido protelatório, aplicando multa de 5% sobre o valor atualizado da execução fiscal. A controlada Enel distribuição Rio apresentou embargos de declaração em face da aplicação da multa, o qual aguarda julgamento. A provisão total atualizada deste caso, incluindo a multa aplicada, em dezembro de 2020, é de R\$ 179.662.

Controlada Enel Distribuição Goiás

As ações classificadas como risco provável e passíveis de mensuração são reconhecidas nas demonstrações financeiras na rubrica “Provisões para demandas Judiciais” em contrapartida no resultado. Em ato contínuo, considerando a criação do FUNAC, caso a contingência seja decorrente de fato gerador anterior à data de aquisição do controle acionário da Companhia pela Eletrobras, considerando que o desembolso será ressarcido pelo Fundo, é reconhecido o mesmo valor como créditos especiais. (Vide nota 09)

Controlada Enel Distribuição São Paulo

- 1) PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A controlada Enel Distribuição São Paulo discute judicialmente a inconstitucionalidade do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras. Foram proferidas decisões desfavoráveis em 1ª e 2ª instâncias e a controlada interpôs recursos especial e extraordinário, que permanecem sobrestados até o julgamento de recurso representativo da controvérsia pelo Supremo Tribunal Federal – Federal (“STF”). Em 10 de dezembro de 2020, o STF julgou o tema, no sentido da constitucionalidade do referido Decreto. A decisão proferida pelo STF, será replicada em todos os processos de mesma matéria, no território nacional. Baseado na opinião de seus assessores jurídicos, estima-se que esse processo será concluído até 2022. Para obter a suspensão da exigibilidade do débito, a Companhia, mensalmente, deposita em juízo o valor em discussão.
- 2) IRPJ e CSLL sobre juros moratórios: A controlada Enel Distribuição São Paulo discute judicialmente a incidência de IRPJ e CSLL sobre receitas auferidas a título de juros moratórios, em razão do atraso no adimplemento de obrigações contratuais por terceiros. Em março de 2012, foi proferida decisão favorável em 1ª instância e aguarda-se julgamento em 2ª instância do recurso apresentado pela Fazenda Nacional. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima-se que esse processo será concluído nos

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

próximos 5 anos. Os débitos em discussão estão suspensos, em razão de liminar concedida pelo Juiz de 1ª instância.

- 3) Outros processos fiscais: Processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destacam os casos de IPTU e taxas, principalmente de fiscalização e funcionamento de estabelecimentos. Nesses casos, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias – fianças e seguros.

30.1.4 Provisões para contingências regulatórias

Controladas Enel Distribuição Rio

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão.

Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

Controlada Enel Distribuição Ceará

- 1) Auto de Infração SFE-0032-18, tema Geração Distribuída, no valor original R\$ 13.035. Após apreciação do recurso apresentado pela controlada Enel Distribuição Ceará, a Diretoria da ANEEL decidiu pela manutenção do valor total da penalidade de multa de R\$ 13.035. Em outubro de 2020, houve um pagamento parcial da multa no montante principal de R\$ 6.435, juros de R\$ 547 e foi provisionado o montante de R\$ 3.300, que está em discussão no âmbito judicial.
- 2) Auto de Infração nº 0002/2019-ARCE-SFE, tema Teleatendimento, a ANEEL decidiu, em processo da CEB na 7ª Reunião Pública Ordinária de 10/03/2020, que para a Não Conformidade NC.1, referente a “Falha no envio de informações solicitadas pela fiscalização” que é similar à Não Conformidade NC.1 do AI da controlada Enel Distribuição Ceará, que tal Não Conformidade deveria ser cancelada visto que “a regulamentação não determina expressamente como deve funcionar o programa que calcula os indicadores de qualidade do serviço de teleatendimento neste nível de detalhamento”. Portanto, em abril de 2020 houve a reversão da Não-Conformidade 1 (NC.1) no montante de R\$ 1.388. O valor restante R\$ 3.793 encontra-se provisionado. Em setembro de 2020, o Conselho Diretor da ARCE decidiu pelo parcial provimento do recurso, reduzindo o valor da multa aplicada pela ARCE para R\$ 3.793. A controlada Enel Distribuição Ceará apelou em segunda instância (ANEEL) e aguarda apreciação do recurso pela agência nacional.
- 3) Auto de Infração nº 0001/2020-ARCE-SFE referente a “Faturamento - pós migração de sistema”, no montante de R\$ 284 foi integralmente provisionado em maio de 2020 e

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

aguarda apreciação, pela ARCE, do recurso apresentado pela controlada Enel Distribuição Ceará.

- 4) Auto de Infração nº 0002/2020-ARCE-SFE, relacionado à fiscalização dos indicadores de continuidade DEC FEC, no valor de R\$ 26.061. A controlada Enel Distribuição Ceará efetuou em junho de 2020 uma provisão parcial do referido auto no montante de R\$ 22.998 e aguarda apreciação, pela ARCE, do recurso apresentado.
- 5) Auto de Infração nº 0025/2013-ARCE-SFE, agravado pela ANEEL em segunda instância, com valor atual da multa R\$ 1.691 e valor provisionado de R\$ 1.297, está em discussão no âmbito judicial.
- 6) Auto de Infração SFF-AI-0097-12-C referente à Base de Remuneração, recebido em agosto de 2012, no valor de R\$ 20.637. Após interposição de recurso pela controlada Enel Distribuição Ceará, a ANEEL reduziu o valor da penalidade para o montante de R\$ 11.187 que se encontra provisionado. O processo está em discussão no âmbito judicial.

Controlada Enel Distribuição São Paulo

A controlada Enel Distribuição São Paulo possui 09 autos de infração (08 em 31 de dezembro de 2019) relacionados a supostas não conformidades, sendo 5 discutidos no âmbito judicial junto à ANEEL em relação a apuração de indicadores de continuidade individuais e coletivos, e os demais 4 discutidos no âmbito administrativo junto à ANEEL.

Fase Judicial:

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 0063/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2012)	Junho 2020 - Desfavorável	20.200	9.410
nº 0064/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2015)	Judicialização do processo prevista para outubro de 2020	15.446	6.887
nº 0015/TN170	Maio de 2000	Inclusão de valores do poder público na provisão de créditos de liquidação duvidosa - PCLD	Julho de 2012 - Desfavorável em 2ª Instância	24.651	-
nº 0014/2015	Setembro de 2015	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2014)	Outubro de 2019 - Desfavorável em 1ª instância	3.651	31.505
nº 0001/2016	Janeiro de 2016	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2013)	Aguardando decisão	17.797	51.092
Total				81.745	98.894

A controlada Enel Distribuidora São Paulo mantém contratada carta fiança para o auto 015/TN170, e seguro garantia para os autos 014/2015 e 001/2016. A Administração da

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os autos serão concluídos até 2025.

Com relação ao AI nº 0063/2017, em despacho emitido em 31 de março de 2020, a Aneel decidiu por não dar provimento ao recurso administrativo interposto pela controlada e manteve a aplicação de multa avaliada em R\$ 20.200. A controlada ajuizou ação, tendo a liminar sido deferida o pedido de antecipação de tutela para suspender a exigibilidade das penalidades aplicadas e determinações decorrentes.

Com relação ao AI nº 0064/2017, com o encerramento do processo no âmbito administrativo, foi efetuado um pagamento parcial R\$ 5.849 no mês de setembro de 2020, e ajuizada ação com o objetivo de ver anulada a multa administrativa aplicada pela ANEEL decorrente de não conformidade, com a consequente suspensão no cumprimento da determinação decorrente de tal penalidade. No dia 29 de setembro de 2020 foi deferida liminar suspendendo a exigibilidade da multa administrativa, bem como o cumprimento da determinação a ela referente e, por consequência, determinado que a ANEEL se abstenha de inscrever a Companhia no sistema de inadimplentes da ANEEL, no CADIN e em dívida ativa.

O montante de R\$ 98.894 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída

Fase Administrativa:

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 1008/2018	Dezembro de 2018	Irregularidade do tratamento as manifestações de consumidores por meio de centrais de teleatendimento e ouvidoria.	Aguardando decisão	21.688	20.349
nº 0006/2019	Agosto de 2019	Verificação de cumprimento de determinação no processo de Nível de Tensão 2009 e 2010	Aguardando decisão	3.060	-
nº 0010/2019	Novembro de 2019	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados aos consumidores, provocado por curto circuito de longa duração.	Aguardando decisão	11.516	2.476
nº 0010/2019	Novembro de 2019	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados aos consumidores, provocado por curto circuito de longa duração.	Aguardando decisão	11.516	2.476
Outros				620	-
Total				47.868	25.630

A controlada Distribuidora Enel São Paulo, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os autos serão concluídos em até 2 anos.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O montante de R\$ 25.630 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída.

30.1.5 Provisões para contingências ambientais

Controlada Enel Distribuição São Paulo

Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da controlada Enel Distribuição São Paulo, por meio de processos administrativos próprios, levando a controlada, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Dentre esses processos, destacam-se as demandas relacionadas a solo e água subterrânea as quais, em sua maioria, encontram-se em fase de investigações, estudos, remediação e monitoramento para encerramento perante os órgãos ambientais, tais como as Estações transformadoras de distribuição e alguns imóveis, bem como o processo judicial Represa de Guarapiranga descrito a seguir:

- 1) Represa Guarapiranga: Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da controlada Enel Distribuição São Paulo e da Associação Desportiva Cultural visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as rés, solidariamente, ao cumprimento das seguintes obrigações de fazer: (i) regularização de construções em áreas denominadas de "segunda categoria" e, (ii) demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com o plantio de árvores em lugares determinados em perícia. A decisão determina ainda o pagamento de indenização ou, alternativamente, a implantação de um projeto ambiental. A decisão de mérito desfavorável à controlada transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à 1ª instância e teve início a execução. A controlada segue em tratativas com o Ministério Público, a Secretaria do Meio Ambiente – SMA e o Departamento de Parques e Áreas Verdes para a implementação de um projeto ambiental (restauração ecológica) nos Parques Municipais Jaceguava e Itaim.

30.1.6 Controlada Enel Distribuição São Paulo PPA (Power Purchase Agreement)

Com a aquisição da controlada Enel Distribuição São Paulo no exercício de 2018 e consequente aplicação do CPC 15 – Combinação de Negócios, foram avaliadas e identificados passivos contingentes que cumpriam com os requisitos da norma para registro no balanço, uma vez que uma contingência adquirida em uma combinação de negócios é reconhecida na contabilidade se for uma obrigação presente e seu valor justo puder ser mensurado de maneira confiável, isto porque cumpre a definição de um passivo. Dessa forma apresentaremos a seguir os casos e andamento dos processos:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Riscos Trabalhistas

- 1) Ação civil pública – Terceirização: Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho - MPT em 25 de novembro de 2016, pleiteando ordem liminar para que a controlada Enel Distribuição São Paulo, no prazo de 180 dias, sob pena de multa diária de R\$ 50 para cada obrigação não cumprida: (i) se abstenha de efetuar terceirização de atividade-fim e/ou de qualquer atividade em que exerça subordinação direta aos seus terceirizados, (ii) internalize os terceirizados que atuem na atividade-fim e/ou em qualquer atividade que a controlada exerça subordinação, (iii) garanta tratamento isonômico aos terceirizados em relação aos colaboradores da controlada (enquadramento sindical, remuneração e benefícios) e, ao final da ação, também seja condenada (iv) a indenizar no valor de R\$ 120.000 (R\$ 20.000 de dumping social e R\$ 100.000 de danos morais coletivos).

Em 05 de abril de 2019 foi publicada sentença de mérito, julgando a ação procedente em parte em 1ª Instância. A decisão validou os procedimentos da terceirização aplicados pela controlada Enel Distribuição São Paulo diante da ausência de subordinação e pessoalidade em face dos terceiros bem como fiscalização relacionada à segurança do trabalho, afastando com isso a existência de fraude à terceirização ou vínculo direto com a controlada. No entanto, reconheceu a equiparação de direitos quanto a remuneração e benefícios entre os empregados das contratadas e os empregados da controlada, no prazo de 120 dias, sob pena de multa mensal de R\$ 1.000, bem como condenou a controlada Enel Distribuição São Paulo ao pagamento de R\$ 5.000 por danos morais coletivos. A Controlada Enel Distribuição São Paulo ingressou com 1º recurso e definiu-se o início da obrigação de fazer, bem como alterou o prazo para a legalização dos benefícios para 180 dias após o trânsito em julgado. Em 15 de outubro de 2019 foi publicada decisão dos embargos mantendo os termos da sentença. A controlada interpôs recurso no Tribunal Regional do Trabalho, no qual aguarda-se julgamento.

Os advogados que patrocinam a controlada na ação mantêm a avaliação de risco do processo como possível para o desembolso do montante de R\$ 5.000 por danos morais coletivos e no tocante aos valores da equiparação de direitos entre os empregados das contratadas e os empregados da Companhia o montante é considerado inestimável em razão da fundamentação fornecida na referida sentença.

- 2) Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) – execuções fiscais: Três execuções fiscais promovidas pelo INSS contra a controlada Enel Distribuição São Paulo que versam sobre incidência de contribuição previdenciária sobre diferentes verbas de cunho não remuneratório. As três ações tiveram decisões desfavoráveis para controlada, estando pendentes de julgamento de recursos no Tribunal, e estão garantidas por depósito judicial.

Riscos Fiscais

- 1) PIS – Estatuto da decadência: Trata-se de Execução Fiscal ajuizada em maio de 2008, a fim de cobrar supostos débitos de PIS, decorrentes da aplicação das normas impostas pela MP

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

nº 1.407/1996. Em junho de 2008, a controlada Enel Distribuição São Paulo opôs Embargos à Execução, no qual se discute: (i) a necessidade de lançamento, que não foi realizado pelo Fisco; (ii) que apenas tributos declarados em DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) como devidos são passíveis de inscrição direta em dívida ativa; e (iii) a decadência do direito da União Federal. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões desfavoráveis à controlada e aguarda-se os julgamentos dos recursos por ela apresentados pelo STJ e STF. Após decisão desfavorável em 2ª instâncias, em junho de 2019, a controlada teve que substituir a fiança bancária por depósito em dinheiro.

- 2) Autos de infração de ICMS – estornos de débitos: A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a Companhia em razão de supostas irregularidades cometidas em estornos de débitos de ICMS, oriundos, por exemplo, de revisões de faturas emitidas aos clientes. Para os diversos processos dessa natureza (nas esferas judicial e administrativa), a Companhia baseia sua defesa nos seguintes argumentos: (i) Decadência parcial; (ii) direito ao crédito de ICMS decorrente do estorno de débito nas notas de energia elétrica emitidas aos consumidores; (iii) cobrança em duplicidade do imposto – mesmo estorno glosado mais de uma vez pelo Fisco; (iv) apropriação do crédito fora do mês de competência não autoriza a glosa dos estornos apropriados; (v) juntada das notas fiscais substitutas que comprovam a correção do procedimento adotado. Em relação aos processos que já estão no judiciário, a controlada obteve a suspensão da exigibilidade do débito por meio de seguros garantia.
- 3) PIS Compensações Decretos (Créditos Remanescentes): Em agosto de 2014, a controlada Enel Distribuição São Paulo foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas realizadas entre créditos remanescentes de PIS recolhidos a maior com base nos Decretos-Leis nº 2.445/1988 e 2.449/1988, e débitos de PIS e COFINS relativos ao período compreendido entre abril e maio de 2013. Em setembro de 2014 foi apresentada defesa administrativa. Em 14 de janeiro de 2019, foi proferida decisão de 1ª instância parcialmente favorável à controlada. De forma favorável, foi reconhecido o direito creditório da controlada, bem como se reconheceu que a controlada era contribuinte do PIS e não do PASEP. No entanto, de forma desfavorável, a decisão divergiu quanto aos valores dos créditos que a controlada teria direito. Em face dos itens desfavoráveis da decisão, em 12 de fevereiro de 2019 a controlada Enel Distribuição São Paulo apresentou recurso, e aguarda julgamento em 2ª instância administrativa.
- 4) Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado: A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a controlada Enel Distribuição São Paulo questionando a apropriação de créditos de ICMS incidente na aquisição de bens destinados ao seu ativo imobilizado. Existem diversos processos dessa natureza nas esferas judicial e administrativa, e a defesa da controlada está baseada em: (i) decadência parcial do crédito tributário e (ii) legitimidade dos créditos de ICMS apropriados em relação aos bens adquiridos pela controlada para a instalação, ampliação e substituição das redes de distribuição de energia elétrica, pois integram o seu ativo imobilizado, são intrinsecamente vinculados à

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

atividade de fornecimento de energia elétrica, sujeita à incidência do ICMS e, submetem-se a rígido controle contábil apto a segregar com segurança as mercadorias destinadas à instalação, ampliação e substituição das linhas de distribuição de energia (alegação de legitimidade é suportada por laudos técnicos elaborados pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas - "IPT"). Em relação ao processo que já está no judiciário, a Companhia obteve a suspensão da exigibilidade do débito por meio de seguros garantia.

Riscos Cíveis

Riscos cíveis diversos: A controlada Enel Distribuição São Paulo está envolvida em processos cíveis relacionados a (i) autos de Infração lavrados pelo Procon/SP em virtude de supostas violações ao Código de Defesa do Consumidor; (ii) processos relacionados a multas de trânsito; (iii) multas posturais por supostas irregularidades relacionadas à sua operação, ajuizadas pelas municipalidades de sua área de concessão; e (iv) outros processos cíveis de natureza geral e especial, envolvendo ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral, questões imobiliárias, ações com agentes governamentais, questionamentos envolvendo plano cruzado, relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos bem como ações envolvendo agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público, dentre outros

Riscos Regulatórios

- 1) Ação Anulatória – AI 122/2012 – Em agosto de 2015 foi ajuizada pela controlada Enel Distribuição São Paulo Ação Anulatória contra a ANEEL, requerendo provimento judicial que declare a ilegalidade do despacho ANEEL que manteve certas não conformidades e, por conseguinte, a anulação da multa imposta. Decisão de primeira instância desfavorável à controlada em julho de 2017. Para esse processo a controlada mantém a contratação de um seguro garantia. Atualmente a controlada aguarda julgamento do recurso de apelação apresentado em junho de 2018.
- 2) Autos de infração – Indicadores de qualidade: A controlada Enel Distribuição São Paulo possui autos de infração emitidos em virtude de supostas não conformidades em relação à apuração de indicadores de continuidade individuais e coletivos, conforme demonstrado a seguir:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão
nº 0063/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2012)	Junho 2020 - Desfavorável
nº 0064/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2015)	Judicialização do processo prevista para outubro de 2020
nº 0015/TN170	Maio de 2000	Inclusão de valores do poder público na provisão de créditos de liquidação duvidosa - PCLD	Julho de 2012 - Desfavorável em 2ª Instância
nº 0014/2015	Setembro de 2015	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2014)	Outubro de 2019 - Desfavorável em 1ª instância
nº 0001/2016	Janeiro de 2016	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2013)	Aguardando decisão

30.2 Contingências com risco possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de aproximadamente R\$36.338.579 em 31 de dezembro de 2020 (R\$13.587.948 em 31 de dezembro de 2019).

30.2.1 Contingências Trabalhistas

As principais causas trabalhistas são relacionadas a pagamento de danos morais, reintegração ao trabalho, equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros.

Destacamos a seguir os principais riscos das controladas:

Controlada Enel Distribuição São Paulo

- 3) Ações de periculosidade Sede Barueri: Foram ajuizadas, no dia 5 de dezembro de 2016, 5 ações coletivas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo visando o pagamento de adicional de periculosidade para colaboradores da controlada Enel Distribuição São Paulo lotados na Sede Administrativa de Barueri no período em que um moto-gerador esteve instalado no topo do edifício (entre fevereiro de 2012 e fevereiro de 2016). Em 13 de agosto de 2020 foi proferida decisão favorável à empresa, pelo Tribunal Regional do Trabalho, reconhecendo que às instalações estão de acordo com a legislação trabalhista em vigor e, portanto, não ensejando o pagamento do adicional de periculosidade. Caberá, ainda, recurso do Sindicato à Corte Superior do Trabalho.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caso sobrevenham eventuais decisões finais desfavoráveis nas ações acima mencionadas, a controlada poderá ter que desembolsar o valor estimado atualizado para 31 de dezembro de 2012 de R\$ 129.653 (R\$ 119.652 em 31 de dezembro de 2019), o qual, dado o atual andamento dos processos, representa o cálculo da estimativa de liquidação dos pedidos formulados nas ações

- 4) Recolhimentos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço: Em novembro de 1998 foram lavradas pela Caixa Econômica Federal três notificações relativas à suposta falta de recolhimento de FGTS durante o período de janeiro de 1993 a setembro de 1998. A exigência fiscal integralmente foi mantida na esfera administrativa, e nesse caso a controlada mantém contratado seguro garantia. Sentença de mérito favorável em parte para controlada Enel Distribuição São Paulo, com apelação da União pendente de julgamento no Tribunal.
- 5) Contribuição previdenciária – SAT: Trata-se de processo administrativo decorrente de despacho decisório lavrado pela Receita Federal do Brasil não homologando compensações declaradas no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011 com créditos de contribuição previdenciária apurados entre setembro de 2006 e agosto de 2011. Tais créditos são oriundos da revisão do enquadramento da controlada Enel Distribuição São Paulo nos graus de risco destinados ao antigo Seguro Acidente do Trabalho (SAT), atual Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa e Riscos de Acidente do Trabalho (GIL-RAT), considerando a atividade preponderante realizada, amparada em Laudos Técnicos de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT).

Durante a fase administrativa houve decisão final desfavorável. Atualmente, a controlada Enel Distribuição São Paulo discute o assunto em ação judicial específica (Ação Anulatória), tendo sido determinada a suspensão da exigibilidade do débito, visto a apresentação de seguro garantia pela Companhia.

30.2.2 Contingências cíveis

Destacamos a seguir os principais riscos das controladas:

Controlada Enel Distribuição São Paulo

- 1) Enquadramento de Consumidores - Ação civil pública: O Ministério Público Federal e a PROTESTE – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor ingressaram em 1º de junho de 2005 com uma Ação Civil Pública contra a controlada Enel Distribuição São Paulo e a ANEEL requerendo o enquadramento na subclasse baixa renda das unidades consumidoras incluídas nos empreendimentos habitacionais de interesse social. Os autores apresentaram recursos ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, os quais foram julgados improcedentes em 25 de fevereiro de 2019, mantendo os termos da decisão favorável a controlada em 1º instância, ocorrida em outubro de 2018. O valor envolvido nesta ação não pode ser estimado, uma vez que se trata de Ação Civil Pública e em sendo alterado o teor da decisão que foi

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

favorável à controladora Enel Distribuição São Paulo, os usuários deverão requerer individualmente o cumprimento e os benefícios decorrentes da decisão

- 2) Ação civil pública – contas vencidas – 90 dias: Em 15 de abril de 2005, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou Ação Civil Pública contra a Companhia visando: (i) definir o prazo de prescrição da cobrança de valores referentes a contas de consumo em atraso para 90 dias; (ii) à restituição em dobro de qualquer quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram Termos de Confissão de Dívida (TCD's) que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros (antigos proprietários, inquilinos ou ocupantes) e; (iii) que a ANEEL fiscalize o cumprimento de tais determinações pela Companhia.

Em setembro de 2015 ocorreu decisão de 2ª instância desfavorável, mantendo a decisão de 1ª instância e determinando a devolução em dobro dos TCDs, tendo a Companhia recorrido contra essa decisão aos Tribunais Superiores em janeiro de 2016. Atualmente a controlada Enel Distribuição São Paulo aguarda o julgamento dos recursos em Brasília.

Execução provisória: Em maio de 2010, o Ministério Público Federal iniciou execução provisória para identificar os clientes abrangidos na discussão. Em outubro de 2018 o Tribunal acolheu recurso do MPF e determinou que a controlada apresente todos os TCDs, sob pena de multa, sem fixar prazo para cumprimento, determinando que a ANEEL fiscalize. A controlada Enel Distribuição São Paulo recorreu da decisão em julho de 2019.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável nos recursos apresentados, a controlada Enel Distribuição São Paulo poderá desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

- 3) Revisão tarifária - inclusão benefício fiscal: O Ministério Público ingressou em 16 de novembro de 2004 com Ação Civil Pública contra a controlada Enel Distribuição São Paulo e a ANEEL visando ao reconhecimento e consequente extinção do benefício indevidamente gerado pela contabilização dos benefícios decorrentes do pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária, bem como pretendendo compelir a controlada a devolver em dobro os valores supostamente cobrados de forma indevida após a revisão tarifária de 2003. Em maio de 2010 a demanda foi julgada favorável em 1ª instância para a controlada. Aguarda-se julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região do recurso de apelação apresentado pelo Ministério Público Federal. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.
- 4) Uso da faixa de domínio de rodovias: A controlada Enel Distribuição São Paulo é parte em ações judiciais que discutem a onerosidade de sua atuação para a instalação e manutenção de infraestrutura de distribuição de energia em faixas intermediárias e laterais das rodovias. Existem decisões favoráveis e desfavoráveis julgadas em diferentes instâncias, com

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

repercussão geral reconhecida no Recurso Extraordinário nº 581.947 (tema 261), o qual aguarda-se julgamento. Caso sobrevenham decisões finais desfavoráveis, a controlada terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento dos processos não são passíveis de quantificação.

- 5) Ação civil pública – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC: Em março de 2017, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) ajuizou ação civil pública contra a controlada Enel Distribuição São Paulo, objetivando a (i) devolução em dobro, juros e correção monetária a todos os consumidores que pagaram por serviços atípicos cobrados na fatura de energia elétrica nos últimos 5 anos, sem que houvesse sua respectiva solicitação expressa; e (ii) danos morais coletivos em valor não inferior a R\$ 1.000.

Em março de 2018, a controlada apresentou recurso ao TJSP contra a decisão desfavorável de primeira instância de janeiro de 2018, tendo sido rejeitado o recurso da controlada em 11 de março de 2020. Em 06 de agosto de 2020 a controlada apresentou recurso ao STJ. Caso sobrevenha decisão final desfavorável não é possível assegurar que a controlada Enel Distribuição São Paulo não tenha que restituir valores adicionais aos já restituídos aos consumidores que, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

- 6) Arbitragem Neoenergia: Trata-se de arbitragem proposta pela Neoenergia em face da controlada Enel Distribuição São Paulo perante a Câmara de Arbitragem do Mercado – CAM com base no Acordo de Investimento celebrado entre a controlada e a Neoenergia em 16 de abril de 2018. Em 21 de fevereiro de 2020, foi proferida decisão final favorável à controlada, negando todos os pedidos formulados pela Neoenergia. Este caso é confidencial, razão pela qual a Companhia limitou-se em divulgar as informações anteriormente descritas.

Controlada Enel CIEN S.A

A empresa Engie ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento, pela controlada Enel CIEN, do Contrato de compra e venda de 300MW de Potência firme e energia associada proveniente da Argentina.

O valor envolvido relaciona-se a multa rescisória de R\$ 117.667, além de penalidades por indisponibilidade de potência cujos valores não podem ser estimados pela Companhia no momento.

Referindo-se a sua última atualização, o processo foi retomado, sendo iniciada a fase de instrução com a realização de perícia, ainda não concluída

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30.2.3 Contingências fiscais

Destacamos a seguir os principais riscos das controladas:

Controlada Enel Distribuição Ceará

No âmbito estadual, a controlada Enel Distribuição Ceará discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo nº 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito – consumidor baixa renda e outros; (vi) valor do imposto em determinadas operações; (vii) energia adquirida para consumo próprio e (viii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais. Os montantes envolvidos totalizam R\$ 643.066 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 528.164 em 31 de dezembro de 2019).

No âmbito fiscal municipal, a controlada possui processos judiciais e administrativos com os Municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 38.976 e R\$ 4.614 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 46.358 e R\$ 4.519 em 31 de dezembro de 2019). Há ainda alguns autos de infração lavrados pelos Municípios de Sobral, Ipueiras e Parambu envolvendo a Contribuição de Iluminação Pública. Também foram lavrados, em novembro de 2020, novos autos sobre este tema pelo Município de Caucaia no valor de R\$ 6.739. O valor total atualizado desses autos, já contemplando os autos novos, em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 10.961 (R\$ 7.580 em 31 de dezembro de 2019).

No âmbito federal, a controlada possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL e COFINS. Há uma nova discussão judicial em sede de embargos à execução fiscal de débito de COFINS no valor de R\$ 12.082. O valor total atualizado desses casos é de R\$ 48.342 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 35.623 em 31 de dezembro de 2019).

Controlada Enel Distribuição Rio

Imposto de renda retido na fonte - Emissão de *Fixed Rate Notes* (FRN): Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de *Fixed Rate Notes* (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Na presente data a controlada Enel Distribuição Rio segue discutindo o tema através de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 1.314.371 (R\$ 1.300.168 em 31 de dezembro 2019).

Temas estaduais: No âmbito estadual, a controlada Enel Distribuição Rio discute ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$ 329.502 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 335.843 em 31 de dezembro de 2019), que tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

reparação; saídas de bens sem a tributação; (iv) comparação entre informes gerenciais, livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores; (v) quebra de diferimento de isentos e (vi) cobranças de ICMS originadas da discussão dos consumidores com o Estado sobre a alíquota aplicável e sobre a incidência do ICMS na demanda contratada de energia e (vii) multa formal por erro no preenchimento da Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios ("DECLAN").

Temas municipais: No âmbito municipal, a controlada Enel Distribuição Rio discute com os Municípios de Niterói e Rio das Ostras temas referentes à Taxa de Uso de Solo e Empachamento que juntos somam o valor de R\$ 23.213 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 19.147 em 31 de dezembro de 2019). Quanto ao ISS há auto de infração lavrado pelo Município de Cabo Frio e execução fiscal apresentada pelo Município de Niterói, nos montantes de R\$ 12.494 e R\$ 2.349 respectivamente, em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 12.367 e R\$ 2.314 em 31 de dezembro de 2019, respectivamente).

A controlada Enel Distribuição Rio discute com o Município de Rio Bonito em execução fiscal cobrança de Contribuição de Iluminação Pública no valor atualizado em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 41.936 (R\$ 41.096 em 31 de dezembro de 2019).

A controlada Enel Distribuição Rio, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 31 de dezembro de 2020 de R\$ 22.460 (R\$ 20.409 em 31 de dezembro de 2019).

Controlada Enel Distribuição Goiás

No âmbito federal, a controlada Enel Distribuição Goiás possui uma Ação Anulatória que discute diversas compensações de tributos federais não homologados na esfera administrativa, no montante total de R\$ 26.953 em 31 de dezembro de 2020.

Autos de infração e Execução Fiscal referentes ao período de 2000 a 2005 lavrados pela Receita Federal do Brasil por ter a controlada Enel Distribuição Goiás deixado de incluir nas bases de cálculo do PIS e da COFINS os valores referentes ao ICMS. Houve o trânsito em julgado em Ação Anulatória determinando o cancelamento do débito cobrado na Execução Fiscal. Em abril de 2020, a Fazenda cancelou a maior parte do débito, que passou de R\$ 398.447 para R\$ 12.799. Após decisão de primeira instância favorável à controlada sobre o valor remanescente, aguarda-se julgamento em segunda instância judicial. Os demais autos de infração permanecem suspensos na esfera administrativa. O valor envolvido nestes processos atualizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 237.124 (R\$ 620.366 em 31 de dezembro de 2019).

No âmbito estadual, a controlada Enel Distribuição Goiás discute o suposto creditamento indevido do ICMS em dois autos de infração que aguardam julgamento em segunda instância administrativa. Além de dois autos de infração em que se discute o suposto cumprimento equivocado de decisão judicial obtida por determinados clientes (ICMS sobre demanda

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contratada). Em dezembro de 2020 chegaram mais três novos autos sobre o assunto. O valor total envolvido nestes processos, atualizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 33.810 (R\$ 16.823 em 31 de dezembro de 2019).

No âmbito municipal, a controlada Enel Distribuição Goiás discute ISS em execuções fiscais e autos de infração apresentados pelo Município de Goiânia, Anápolis, Mineiros e Águas Lindas de Goiás, no montante total de R\$ 144.658 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 141.330 em 31 de dezembro de 2019).

A controlada Enel Distribuição Goiás, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de PIS, COFINS, ICMS e IPTU no valor total atualizado até 31 de dezembro de 2020 de R\$ 33.486 (R\$ 34.237 em 31 de dezembro de 2019).

Controlada Enel Distribuição São Paulo

- 1) CSLL – base negativa: A controlada Enel Distribuição São Paulo discute judicialmente a aplicação da MP nº 2.158/2001, que determinou que as empresas decorrentes de cisão parcial somente poderiam aproveitar os créditos de base negativa de CSLL na exata proporção do patrimônio líquido da empresa cindida. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões favoráveis à controlada. Atualmente a controlada aguarda o julgamento do recurso especial interposto pela Fazenda Nacional no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A suspensão da exigibilidade do débito foi obtida por meio de seguro garantia.
- 2) Execuções fiscais municipais - diversas: A controlada Enel Distribuição São Paulo possui diversas execuções fiscais ajuizadas pelas municipalidades na área de concessão, em diferentes estágios processuais, em que são exigidos supostos débitos de IPTU, ISS e taxas. A variação dos valores de 2018 para 2019 se deve, principalmente, ao ingresso de novas execuções fiscais. Nesses casos, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias – fianças e seguros.
- 3) COFINS - anistia: A controlada Enel Distribuição São Paulo discute judicialmente a adesão ao programa de parcelamento previsto na Lei nº 9.779/1999, para quitar débitos de COFINS, com as reduções de multa e juros. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões favoráveis à controlada, em relação a possibilidade de adesão ao programa de parcelamento. No que se referem aos encargos legais de 20% sobre os valores dos débitos, em 2ª instância foi proferida decisão pela sua manutenção. A controlada interpôs recursos especial e extraordinário aos tribunais Superiores, contra a manutenção dos encargos legais, que aguardam julgamento. A suspensão da exigibilidade do débito foi obtida por meio de carta fiança e seguro garantia complementar.
- 4) COFINS - Multa de ofício: Trata-se de Execução Fiscal visando à cobrança de multa de ofício, relativa à COFINS, no período de abril de 1992 a março de 1993, quitada por meio de programa de parcelamento (anistia fiscal instituída pela MP nº 2.158/1999). Em 1ª e 2ª

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

instâncias foram proferidas decisões desfavoráveis à controlada Enel Distribuição São Paulo, sob a argumentação de que a anistia fiscal instituída pela MP nº 2.158/1999 não previa descontos para multas de ofício, apenas juros e multa de mora. A controlada opôs Embargos de Declaração, que aguardam seu julgamento pelo Tribunal de segunda instância. A multa de ofício não sofre atualização. Após decisão desfavorável de 1ª instância e, para manter o débito suspenso, a controlada teve que substituir a fiança bancária por depósito em dinheiro, em 13 de fevereiro de 2019.

- 5) Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão: Em 14 de fevereiro de 2005, a Receita Federal do Brasil (RFB) lavrou auto de infração contra a controlada Enel Distribuição São Paulo exigindo o recolhimento de débitos de IRPJ e de CSLL relativos aos anos de 2001 e 2002, em face da dedução de valores pagos a título de previdência suplementar acima da limitação de 20% imposta pela Lei nº 9.532/97. Em abril de 2019, foi proferida sentença favorável em 1ª instância, determinando ao CARF a realização de novo julgamento do recurso administrativo da controlada. Contra esta decisão, em março de 2019, a Procuradoria da Fazenda interpôs recurso de apelação, o qual aguarda julgamento em 2ª instância.
- 6) PIS – Decretos-Lei nº 2.445/1988 e 2.449/1988: Trata-se de Execuções Fiscais visando à cobrança de débitos federais, decorrentes de compensações feitas pela controlada Enel Distribuição São Paulo, em 2002, em razão de o STF declarar a inconstitucionalidade dos decretos acima. A Fazenda Nacional sustenta que a controlada aproveitou os créditos antes do trânsito em julgado da decisão favorável e, também, que foram compensados créditos de PIS, com débitos de outros impostos federais. Em Embargos às Execuções, a controlada sustenta que procedeu às compensações conforme a decisão judicial favorável e que o procedimento adotado foi correto. Essas execuções fiscais se encontram no tribunal de segunda instância aguardando julgamento dos recursos apresentados pela controlada. A suspensão da exigibilidade do débito foi obtida por meio dos oferecimentos de seguros garantia e fianças bancárias.
- 7) FINSOCIAL: Em julho de 2012, a controlada Enel Distribuição São Paulo foi intimada de dois despachos decisórios que homologaram parcialmente as compensações realizadas com créditos de FINSOCIAL. Apesar de tais créditos terem sido reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado, o Fisco questionou o montante compensado em razão dos critérios de atualização utilizados pela controlada. Em abril de 2013, houve decisão de 1ª instância desfavorável, e a controlada em maio de 2013, apresentou recurso voluntário, que aguarda julgamento.
- 8) Contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP – São Paulo/SP - 2011 a 2015: Trata-se de Autos de Infração lavrados pelo Município de São Paulo, para exigir o recolhimento da contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP, relativa ao período de março de 2011 a dezembro de 2015. Os referidos autos de infração estão baseados em fatos e motivos distintos que, em resumo, são os seguintes: (i) classificação incorreta de unidades consumidoras, (ii) aplicação indevida de isenção e (iii) ausência de

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pagamento de multa no recolhimento da contribuição em atraso. Para discutir a legalidade dos lançamentos, a controlada Enel Distribuição São Paulo impetrou Mandado de Segurança, contudo, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo houve por bem determinar a necessidade de produção de provas para o julgamento da legalidade dos lançamentos. A controlada, com base em opinião dos advogados da ação, entendeu por bem não recorrer da referida decisão na via do Mandado de Segurança e continuar a discussão em uma nova ação judicial que possibilite a produção de provas. A nova ação judicial será proposta em tempo hábil. A controlada obteve as suspensões das exigibilidades dos débitos por meio de seguro garantia

- 9) Multa isolada – PIS Compensações – Créditos remanescentes: Trata-se de processo administrativo oriundo da imposição de multa isolada pela Receita Federal do Brasil (RFB) à controlada Enel Distribuição São Paulo em face da não homologação de compensações efetuadas com créditos de Contribuição ao PIS, decorrentes de recolhimentos indevidos realizados com base nos Decretos-Leis 2445 e 2449/88. Tal multa compreende 50% do valor histórico das compensações que, apesar de não homologadas, encontram-se em discussão na esfera administrativa (caso “PIS Compensações – Créditos remanescentes”). Em 5 de dezembro de 2018, a controlada foi notificada da imposição da multa e, em 28 de dezembro de 2018, apresentou sua defesa, aguardando desde então o julgamento em primeira instância administrativa.
- 10) Autos de Infração de PIS/COFINS – Glosa de créditos: Tratam-se de autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil contra a controlada Enel Distribuição São Paulo, visando à cobrança de débitos de contribuição ao PIS e à COFINS, por suposto recolhimento a menor, nos exercícios de 2013 a 2015, decorrentes da glosa de créditos tomados na aquisição de bens e de serviços. Em 2020, a controlada recebeu mais dois autos de infração glosando os créditos das mencionadas contribuições, aproveitados de agosto de 2016 a dezembro de 2018, pela não realização do estorno dos créditos referentes aos valores de perdas não técnicas de energia. Desde julho de 2017, a controlada contesta administrativamente os lançamentos, que se encontram em diferentes estágios processuais.
- 11) Débitos de IUEE - Trata-se de início de execução de sentença decorrente de Medida Judicial que se encerrou desfavoravelmente a controlada Enel Distribuição São Paulo, proposta pelos Municípios de Aparecida, Mauá, Praia Grande, Rio Grande da Serra, São Sebastião e Cubatão, a fim de cobrar o pagamento em dinheiro das quotas-partes do Imposto Único sobre Energia Elétrica - IUEE pertencentes aos Municípios, até a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, na época pagas com ações societárias. Após o início da execução da decisão, em 1º de abril de 2020, a controlada sofreu um bloqueio judicial no valor cobrado pelos Municípios. A controlada apresentou impugnação ao valor exigido pelos Municípios, que não foi acolhida pelo Juiz de primeiro grau. Diante disso, a controlada recorreu ao Tribunal e aguarda o julgamento do seu recurso.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada Central Geradora Termelétrica Fortaleza

A Controlada Central Geradora Termelétrica Fortaleza foi autuada pela Receita Federal do Brasil por divergências entre os montantes de PIS e COFINS declarados e os montantes escriturados nos períodos de novembro de 2003 a fevereiro a novembro de 2004. O processo administrativo encerrou desfavorável à controlada. A controlada Central Geradora Termelétrica Fortaleza ofereceu seguro garantia e seguirá com a defesa na esfera judicial. O valor atualizado do auto de infração é de R\$94.460 em dezembro de 2020 (R\$ 93.212 em 2019).

30.2.3 Contingências regulatórias

Enel Distribuição São Paulo

- 1) Devolução tarifária - Base blindada: Em agosto de 2014, a controlada Enel Distribuição São Paulo ingressou com Ação Anulatória objetivando a obtenção de liminar para suspender os efeitos da (i) decisão da diretoria da ANEEL, no processo do Cabo 1271 MVM, que determinou que a controlada efetuasse a restituição aos seus consumidores da quantia total de R\$ 626.052 (atualizada até novembro de 2013), anulando os efeitos da incorporação das parcelas de amortização e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente (i.e., Cabo), e (ii) das decisões administrativas subsequentes da ANEEL que negaram pedido subsidiário relativo à inclusão de determinados ativos subavaliados em sua base de remuneração para o Reajuste Tarifário Anual de 2014, com a anulação das decisões da ANEEL ao final do processo. Em 9 de setembro de 2014, a controlada obteve decisão liminar no Agravo para que a ANEEL efetuasse o recálculo das tarifas sem o componente financeiro negativo constante nos Despachos ANEEL nº 4.259/2013 e 2.176/2014, a qual encontra-se vigente a despeito dos recursos interpostos pela ANEEL. Em relação ao mérito ainda não houve decisão de 1ª instância. A controlada Enel Distribuição São Paulo ingressou com Ação Anulatória.
- 2) AI nº 008/2012 – Ativo imobilizado em serviço: Ação Anulatória ajuizada pela controlada Enel Distribuição São Paulo em agosto de 2016, contra a ANEEL, pretendendo a anulação do Auto de Infração nº 008/2012, no qual a ANEEL penalizou a controlada em razão de supostas inadequações formais de certos registros contábeis que, na visão da controlada, não geraram nenhuma consequência prática negativa para as tarifas nem para o serviço prestado pela controlada. Para esse processo a controlada mantém a contratação de um seguro garantia. Em maio de 2019, ocorreu decisão em 1ª instância desfavorável, da qual a controlada Enel Distribuição São Paulo irá recorrer.
- 3) Autuações PCLD – Provisão para créditos de liquidação duvidosa: Em 5 de abril de 2001 foi lavrado o auto de infração AI 027/TN0336/1 pela ANEEL em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD – provisão para créditos de liquidação duvidosa. Em agosto de 2013 a controlada Enel Distribuição São Paulo obteve decisão favorável, revertendo a decisão desfavorável em 1º instância ocorrida em fevereiro de 2002. Atualmente

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a controlada aguarda a decisão dos recursos apresentados pela ANEEL nas instâncias superiores.

30.3 Ativo Contingente

Exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS: Em março de 2017 o STF decidiu o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que estão pendentes de julgamento, buscando a modulação dos efeitos e alguns esclarecimentos.

Enel Distribuição Rio

A controlada Enel Distribuição Rio discute o tema em ação judicial desde 2008 e foi proferida sentença favorável em consonância com o precedente do STF, reconhecendo o direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS.

A União Federal interpôs apelação e o Tribunal negou provimento ao recurso e manteve a sentença. Foram opostos embargos de declaração pela União Federal, os quais foram improvidos pelo Tribunal. Aguarda-se transcurso de prazo para recurso.

Enel Distribuição Goiás

A Companhia discute o tema em ação judicial desde 2003. Após decisão de conformidade com o precedente do STF dada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Companhia apresentou Embargos de Declaração para corrigir erro formal, o qual foi provido. Aguarda-se transcurso de prazo para recurso

Por se tratar de ativo contingente, nenhum registro foi efetuado pela Companhia ou suas controladas.

30.4 Depósitos judiciais

O Grupo possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas	2.442	1.637	502.883	605.683
Cíveis	9	9	139.006	138.942
Fiscais	-	-	676.994	575.139
	2.451	1.646	1.318.883	1.319.764

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As variações observadas entre os exercício referem-se a depósitos vinculados às ações judiciais trabalhistas, cíveis e fiscais de R\$ 805 na Companhia e (R\$ 1.686) nas empresas controladas sendo: (R\$ 6.592) Enel Distribuição São Paulo; (R\$26.092) Enel Distribuição Goiás; R\$ 31.205 Enel Distribuição Rio; R\$ 128 Enel Distribuição Ceará e (R\$ 335) Demais controladas.

31. Patrimônio líquido

a) Capital social

As ações subscritas e integralizadas em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão sendo representadas por 616.858.424 e 549.197.650, respectivamente, unidades de ações ordinárias sem valor nominal.

A distribuição da participação dos acionistas da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:

Acionistas	31/12/2020		31/12/2019	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Enel Américas	612.240.126	99,25%	544.579.352	99,16%
Ações em Tesouraria	4.618.298	0,75%	4.618.298	0,84%
Total	616.858.424	100%	549.197.650	100%

b) Reserva de lucros

As reservas de lucro da companhia em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são apresentadas no quadro seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Reserva legal	367.488	294.160
Reserva de reforço de capital de giro	3.850.472	4.278.097
Outras reservas de lucros	(7.346)	(7.346)
Total	4.210.614	4.564.911

b.1) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b.2) Reforço de capital de giro

Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, o lucro remanescente após distribuição de dividendos será destinado a formação da reserva de reforço para capital de giro, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, conforme proposta do Conselho de Administração. O montante total de reforço de capital de giro não poderá exceder o valor do capital social subscrito.

Conforme apresentado no tópico abaixo, em 31 de dezembro de 2020 a Companhia destinou o valor de R\$ 919.864 (R\$ 817.041 em 2019) para constituição da reserva de reforço de capital de giro.

c) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A base de cálculo para os dividendos relativos ao exercício de 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 está assim composta:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	1.441.657	3.181.550
(+) Depreciação do ativo imobilizado (custo atribuído)	24.902	24.867
(+) Dividendos prescritos controladas	720	423
(-) Reserva legal	(73.328)	(160.321)
Lucro ajustado	1.393.951	3.046.519
(-) Dividendos (25%)	(348.488)	(761.630)
(-) Dividendos adicionais propostos (25%)	(348.488)	-
	696.975	2.284.889
Ganho (perda) atuarial	(1.616.840)	(1.467.848)
Constituição de reserva ORA - reflexo controlada	234.121	-
Reserva de lucro - reserva reforço de capital de giro	(685.744)	817.041

d) Reserva de capital

Em 2005, os acionistas aumentaram o capital da Companhia através do aporte dos investimentos nas atuais controladas. Esses aumentos de capital foram segregados em capital integralizado e reserva de capital - Ágio pelo valor que excedia o valor atribuído ao capital.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ágio na emissão de ações	2.504.370	2.504.370
Outras reservas de capital	(33.127)	(33.485)
Total	<u>2.471.243</u>	<u>2.470.885</u>

e) Outros resultados abrangentes

e.1) *Outros resultados abrangentes - ganhos e perdas atuariais*

Em conformidade com o CPC 33 (R1) que determina que os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica sejam reconhecidos em outros resultados abrangentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu o saldo líquido de perdas atuariais na rubrica de outros resultados abrangentes no valor de R\$ 1.616.840 (R\$ 1.467.848 em 31 de dezembro de 2019).

e.2) *Outros resultados abrangentes - efeitos de variação cambial sobre controladas no exterior*

Em conformidade como CPC 02 (R2) que determina que os efeitos de variações cambiais sobre investimentos no exterior sejam reconhecidos em outros resultados abrangentes, a Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a perda de R\$ 132.713 (R\$ 117.523 em 31 de dezembro de 2019) decorrente da conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior (vide nota 2.3), Companhia de Transmisión Del Mercosul S.A. - CTM e Transportadora de Energía S.A. - TESA.

e.3) *Outros resultados abrangentes - ganho e perdas sobre hedge de fluxo de caixa*

Em conformidade com o CPC 48 que determina que a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa devem ser reconhecidos diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes, a Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro 2020 a perda de R\$ 39.220 (ganho de R\$ 70.109 em 31 de dezembro de 2019) na rubrica de outros resultados abrangentes.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2020	31/12/2019
Ajuste de passivos atuariais	115.407	115.408
Custo atribuído de imobilizado	15.838	40.739
Ganho (perda) de instrumentos financeiros derivativos	(40.656)	(1.436)
Ajuste de conversão de balanço controlada no exterior	(241.898)	(140.773)
Outros	(4)	-
Total	(151.313)	13.938

32. Compromissos

Os principais compromissos do Grupo relacionados a contratos de longo prazo, são demonstrados a seguir:

Empresa	Obrigações contratuais	2021	2022	2023	2024	Após 2024	Total
Enel Distribuição Ceará	Compra de energia	1.959	2.121	2.269	2.347	48.574	57.270
Enel Distribuição Rio	Compra de energia	2.738	2.717	2.688	2.751	47.619	58.513
Enel Distribuição Goiás	Compra de energia	3.234	3.402	3.413	3.528	63.239	76.816
Enel Distribuição São Paulo	Compra de energia	8.214.619	8.090.517	8.420.161	8.513.920	115.995.350	149.234.567
EGP Cachoeira Dourada	Compra de energia	2.033	1.981	1.537	1.521	19.340	26.412
Central Geradora Termelétrica Fortaleza	Compra de energia	355	372	392	-	-	1.119
Total		8.224.938	8.101.110	8.430.460	8.524.067	116.174.122	149.454.697

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia representam o volume total contratado pelo preço corrente que foram homologados pela ANEEL, atualizado pelo IPCA projetado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

33. Obrigações com benefícios pós-emprego

Controlada Enel Distribuição Rio

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*). Mínimo e sua interação, no montante total do passivo, estão inclusos os contratos de dívida atuariais que a controlada Enel Distribuição Rio assinou junto a Brasiletros, tendo em vista equacionar os déficits de ambos os planos PCA e PACV, já que a patrocinadora assume as responsabilidades desses planos de acordo com a legislação vigente.

A controlada Enel Distribuição Rio é patrocinadora de dois planos de previdência privada (Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV) que são administrados pela Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. O PCA, estruturado na modalidade de benefício

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

definido, consiste em complementar aos seus participantes o benefício pago pela previdência oficial. O PACV, estruturado na modalidade de contribuição variável, tem por objetivo conceder benefícios com base no saldo acumulado pelo participante e patrocinadora.

As principais características dos planos administrados pela controlada Enel Distribuição Rio seguem relacionadas:

a) Plano de complementação de aposentadoria - PCA (Benefício Definido)

O custeio do plano é revisado anualmente em razão do resultado da avaliação atuarial preparados pela Brasiletros a fim de estabelecer o nível de contribuição necessário à constituição das reservas, fundos e provisões para garantia das obrigações do plano.

Patrocinadora - contribui com 3,02% da folha de salários para cobertura dos benefícios acrescido de parcela mensal correspondente a R\$ 206 para cobertura das despesas administrativas;

Participantes ativos - contribuição com base em percentuais cumulativos, que variam de 1,75% a 10%, em função da faixa salarial e teto da previdência social, acrescido de contribuição fixa de 1,10% sobre o salário;

Participantes assistidos - contribuição com base em percentuais cumulativos, variando de 1,75% a 10%, em função do valor complemento de aposentados da faixa salarial e teto da previdência social.

Em 31 de dezembro de 2001, a controlada Enel Distribuição Rio reconheceu o déficit atuarial no montante de R\$ 118.221 de acordo com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002 junto à Brasiletros, onde ficou estabelecido o prazo de 20 anos para amortização, com carência de 2 anos e meio e reajuste do saldo devedor em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais anuais. Para a posição de 31 de dezembro de 2020, o valor atualizado desse compromisso é de R\$ 101.825 (R\$ 79.393 em 31 de dezembro de 2019) de acordo avaliação atuarial preparada pela Brasiletros.

b) Plano de aposentadoria de contribuição variável - PACV (Contribuição Definida)

Patrocinadora - contribuição média de 6,55% da folha de salários dos participantes ativos não elegíveis ao recebimento do benefício pleno oferecido pelo plano, dos quais 4,88% são destinados à cobertura dos benefícios e 1,67% destinados à cobertura das despesas administrativas.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Participantes ativos - contribuição a partir de 2% do salário, conforme previsão regulamentar, sendo o percentual médio de contribuição observado a partir da população ativa equivalente a 5,10% da folha de salários dos participantes ativos.

A controlada Enel Distribuição Rio firmou dois contratos de dívida junto à Brasiletros nos anos de 2012 e 2013, nos montantes de R\$ 3.498 e R\$ 9.861, respectivamente, para compensar o acréscimo das provisões matemáticas dos participantes que se encontravam na condição de ativo no plano em 31 de dezembro de 2006 em função da alteração da hipótese de crescimento real dos benefícios de -1,5% para 0% a.a. que refletiu na redução da expectativa de recebimento do benefício vitalício.

Em função da situação deficitária registrada no plano em 2014 e a necessidade de restabelecer seu equilíbrio, a controlada Enel Distribuição Rio assumiu integralmente as obrigações decorrentes do resultado apurado no montante de R\$ 47.684 que foi objeto de contrato de confissão de dívida assinado em 30 de janeiro de 2015, com prazo de amortização de 15 anos e cláusula de revisão atuarial, onde o saldo devedor será revisto ao final de cada ano, em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais.

Atualmente, os saldos dos contratos de confissão de dívida assumidos pela a controlada Enel Distribuição Rio com o PACV totaliza a quantia de R\$ 78.298 (R\$ 64.320 em 31 de dezembro de 2019), de acordo com avaliação atuarial preparada pela Brasiletros.

c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA)

A controlada Enel Distribuição Rio tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da controlada Enel Distribuição Rio até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela controlada Enel Distribuição Rio e pelo usuário.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

A controlada Enel Distribuição Rio mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

Terão direito ao benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na controlada Enel Distribuição Rio.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada Enel Distribuição Ceará

A controlada Enel Distribuição Ceará é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Os planos administrados pela controlada Enel Distribuição Ceará têm as seguintes principais características:

a) Plano de Contribuição Definida (CD)

A controlada Enel Distribuição Ceará contribui mensalmente na mesma proporção do participante. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas “em cascata”.

b) Plano de Benefício Definido (BD)

Tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios.

O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a controlada Enel Distribuição Ceará contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdenciária da referida entidade.

Os benefícios do plano compreendem:

- Complementação de aposentadoria por invalidez, tempo de contribuição, idade, aposentadoria especial, auxílio reclusão, pensão por morte e abono anual.

c) Plano de assistência médica

O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade da controlada Enel Distribuição Ceará. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice:

- Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano é parcialmente coberto pela controlada Enel Distribuição Ceará, observada a proporção contributiva estipulada em função de faixa salarial

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

atingida. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei no 9.656/1998;

- Aposentados Lei no 9.656/1998 - grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei no 9.656/1998. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano;
- Aposentados Especiais - grupo fechado de aposentados e seus dependentes, custeados parcialmente pela controlada Enel Distribuição Ceará (60%), decorrente de negociação, ratificada através de acordo coletivo.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

Nos casos de aposentadoria em qualquer das categorias, havendo extinção do contrato de trabalho, fica assegurado ao empregado o recebimento da multa equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios nos termos dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

Ao final do exercício de 2020, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizada por atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data.

Atualmente os planos BD e CD apresentaram um superávit atuarial total de R\$ 76.627 em 31 de dezembro de 2020 (R\$200.251 em 31 de dezembro de 2019).

Os planos de assistência médica e FGTS apresentaram um passivo total de R\$ 111.928 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 97.057 em 31 de dezembro de 2019) atestado por avaliação independente.

Controlada Enel Distribuição Goiás

A controlada Enel Distribuição Goiás é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA - ELETRA, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Os planos administrados pela controlada Enel Distribuição Goiás têm as seguintes principais características:

a) Definição dos tipos de benefícios

A controlada Enel Distribuição Goiás, através da ELETRA, oferece aos seus empregados dois planos de benefícios, sendo o primeiro instituído originalmente na modalidade de Benefício Definido - BD (em fase de extinção) e outro, denominado Plano Misto de Benefícios, instituído

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a partir de setembro de 2000, na característica de Contribuição Definida - CD, durante o período de acumulação e de Benefício Definido na fase de pagamento.

A controlada Enel Distribuição Goiás tem responsabilidade no plano original de Benefício Definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No Plano Misto, a responsabilidade da controlada Enel Distribuição Goiás, na fase de acumulação, é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a controlada Enel Distribuição Goiás assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência.

b) Cobertura do déficit técnico

Para cobertura do déficit técnico relativo ao Plano de Benefício Definido, apurado até 31 de agosto de 2000, a controlada Enel Distribuição Goiás celebrou instrumento de consolidação e parcelamento de débitos, sendo o saldo a pagar registrado no exigível da controlada Enel Distribuição Goiás.

c) Descrição do plano de benefício definido

Os benefícios deste plano, são concedidos a partir do SRB – Salário Real de Benefício, regulamentado e calculado com limites sobre a remuneração vigente do empregado na data da concessão e estão relacionados essencialmente à suplementação de aposentadoria.

d) Plano Misto de Benefícios

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos e pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários.

Os benefícios do plano estão relacionados essencialmente à suplementação de aposentadoria.

e) Custo do Patrocinador

Política adotada para reconhecimento de perdas e ganhos atuariais:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com a divulgação dos resultados atuariais, efetuado por consultoria especializada, com base no CPC 33 (R1), o déficit atuarial apurado encontra-se suportado pelo contrato de confissão de dívidas firmado junto à ELETRA.

Plano de assistência saúde

A controlada Enel Distribuição Goiás é uma das mantenedoras da caixa de assistência à saúde dos empregados da Enel Distribuição Goiás – Vivacom, fundada em 1986, que opera plano privado de assistência à saúde classificada como autogestão, conforme art. 4º c/c art. 12, II da RN nº 137/2006, registrado junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o número 361461, como plano coletivo empresarial.

O Plano Básico de Assistência à Saúde dos Empregados da controlada Enel Distribuição Goiás, destina-se aos empregados ativos, inativos (aposentados) e pensionistas, bem como seus dependentes. A manutenção dos ex-empregados (aposentados) e pensionistas no Plano Básico de Assistência à Saúde é mediante ao pagamento da mensalidade integral, sem a participação da controlada Enel Distribuição Goiás, conforme legislação em vigor.

De acordo com o laudo atuarial, o valor presente da obrigação de benefício definido, o custo do serviço corrente e custo do serviço passado, foram medidos utilizando o método de crédito unitário projetado.

Controlada Enel Distribuição São Paulo

A controlada Enel Distribuição São Paulo patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. Está previsto em seu acordo coletivo o programa de incentivo à aposentadoria (PIA), cujo benefício é o pagamento da multa do FGTS na aposentadoria para os colaboradores elegíveis que aderirem ao programa.

As principais premissas utilizadas pela controlada Enel Distribuição São Paulo estão descritas a seguir:

Taxa de desconto

A taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego considera os títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) com vencimento correspondente a duração da obrigação dos benefícios pós-emprego.

Tábua de mortalidade

A tábua de mortalidade se baseia em estudos de expectativa de vida da população de acordo com cada faixa etária e as condições socioeconômicas do grupo analisado. A FUNCESP testa,

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano.

Aumento salarial, benefícios e inflação

Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, a controlada Enel Distribuição São Paulo faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.

Taxa esperada de retorno de ativos

A taxa esperada de retorno de ativos do plano é a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

Ao final do exercício de 2020, a controlada Enel Distribuição São Paulo procedeu à avaliação atuarial anual, realizada por atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data.

Plano de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão

A FUNCESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela controlada Enel Distribuição São Paulo. A FUNCESP administra, atualmente, três planos, um plano de Benefício Definido e Contribuição Variável (PSAP), e dois planos de Contribuição Definida (Plano CD I e Plano CDII).

A controlada Enel Distribuição São Paulo, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

Em 2 de maio de 2019 (com vigência a partir de 1ª de junho de 2019) foi aprovado o fechamento do plano Benefício Definido e Contribuição Variável para entrada de novos participantes, porém os que já eram participantes continuaram com as mesmas condições anteriores. Em contrapartida, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), a abertura de novo plano de Contribuição Definida para adesão dos novos colaboradores– Plano CD I.

Encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de Benefício Definido - BD

Em 13 de abril de 2020 (com vigência a partir de maio de 2020) foi aprovada a alteração regulamentar do Plano PSAP para o encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de participantes e de patrocinadora, o que resultou no cálculo proporcional do

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

benefício programado dos participantes ativos não elegíveis até a data-base do saldamento, com a cessação das contribuições normais correspondentes. Foram mantidas as contribuições destinadas à taxa de administração e amortização de eventual déficit. Assim, com o novo saldamento do plano, o custo de serviço futuro deixa de existir em virtude do encerramento integral das contribuições previdenciárias.

Adicionalmente, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), processo de migração voluntária para um novo plano de Contribuição Definida – Plano CD II, exclusivo para adesão dos colaboradores que já efetuavam contribuições no plano PSAP. A migração consiste na transferência de participantes e assistidos de um plano de benefícios para outro, bem como na mutação de uma reserva matemática coletiva para uma reserva individual, com opções de renda programada em vez de renda vitalícia, eliminando-se, assim, riscos atuariais futuros.

Em 31 de dezembro de 2020 foi concluído o processo de migração voluntária do plano PSAP para o plano CD II.

Com a conclusão do processo, houve a migração de 5.781 participantes, o que corresponde a 21,3% de participantes que transferiram suas reservas do plano PSAP para o plano CD II. Essa migração impactou em redução do passivo atuarial líquido de R\$1.377.344, da seguinte forma:

- R\$ 918.123 corresponde a parcela do saldo devedor que foi transferida para o plano CD II, na mesma proporção das reservas matemáticas dos participantes que optaram pela migração. Essa transferência foi instrumentalizada por meio de um novo contrato de dívida de natureza exclusivamente financeira. O valor de R\$ 918.123 foi reclassificado para a rubrica de empréstimos e financiamentos. Maiores detalhes sobre o contrato de dívida, estão informados na nota explicativa nº 14.1.
- R\$ 459.221 corresponde ao (i) efeito líquido do *settlement* gerado pelo efeito na migração, R\$360.600; e (ii) R\$ 98.621 referente ao custo do serviço passado. Com a migração parcial, foram eliminadas todas as obrigações futuras, legais ou construtivas, em relação à totalidade ou parte dos benefícios oferecidos pelo plano de benefício definido, na proporção dos participantes migrados. Dessa forma, a Companhia reconheceu na rubrica de previdência privada um ganho no custo do serviço de R\$459.221.

Contratos com a FUNCESP

A controlada Enel Distribuição São Paulo com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a FUNCESP a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e contrato de ajustes de reserva matemática. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes.

O contrato de confissão de dívida, assinado em 30 de setembro de 1997, e aditado pela quinta vez em 14 de maio de 2019, para alongamento do prazo do contrato, prevendo vencimento em

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

abril de 2031 (antes vencimento em abril de 2028), além de alterar a periodicidade do pagamento das parcelas mensais para trimestrais, essa condição se mantendo até março de 2021, em contraparte dessas diluições foi negociado um encargo adicional de 1,1%. Porém, foi negociado entre as partes que a qualquer momento a controlada Enel Distribuição São Paulo poderá exercer o direito de retornar as condições anteriores ao que foi negociada nesse aditivo. A parcela refere-se ao valor de mercado dos imóveis da Enel Distribuição São Paulo devolvidos pela FUNCESP à controlada Enel Distribuição São Paulo. Os pagamentos relativos a esse contrato são realizados em parcelas mensais e consecutivas, baseados na tabela Price, que incluem juros anuais de IGP-DI + 5,22% a.a. + 1,1% adicionais referente a negociação feita no quinto aditivo (sendo esta taxa revista anualmente pela FUNCESP de acordo com a legislação em vigor estabelecida pela PREVIC) ou ajuste mensal das parcelas por TR + 8,0% a.a., prevalecendo o maior entre os dois indexadores. Esse contrato tem como garantia os recebíveis da controlada Enel Distribuição São Paulo e seu prazo de vencimento se dará em maio de 2031. Esse contrato não apresenta cláusulas restritivas impostas à controlada Enel Distribuição São Paulo.

O contrato de ajuste de reservas matemáticas, assinado em 30 de setembro de 1997, quinta vez em 14 de maio de 2019, para alongamento do prazo do contrato, prevendo vencimento em abril de 2031 (antes vencimento em abril de 2028), além de alterar a periodicidade do pagamento das parcelas mensais para trimestrais, essa condição se mantendo até março de 2021, em contraparte dessas diluições foi negociado um encargo adicional de 1,1%. Porém, foi negociado entre as partes que a qualquer momento a controlada Enel Distribuição São Paulo poderá exercer o direito de retornar as condições anteriores ao que foi negociada nesse aditivo. O saldo desse contrato é ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da FUNCESP. Os pagamentos relativos a este contrato são realizados em parcelas mensais e consecutivas, baseados na tabela Price, que incluem juros anuais de IGP-DI + 5,22% a.a. + 1,1% adicionais referente a negociação feita no quinto aditivo (sendo essa taxa revista anualmente pela FUNCESP de acordo com a legislação em vigor estabelecida pela PREVIC). Esse contrato tem como garantia os recebíveis da controlada Enel Distribuição São Paulo e seu prazo de vencimento se dará em abril de 2031. Esse contrato não apresenta cláusulas restritivas impostas à controlada Enel Distribuição São Paulo.

Atualmente, os saldos dos contratos de confissão de dívida totalizam R\$ 4.511.308 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 3.586.772 em 31 de dezembro de 2019).

A parcela do déficit no montante de R\$ 2.075.512 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 2.281.866 em 31 de dezembro de 2019) é decorrente da diferença de premissas e metodologias utilizadas pela controlada Enel Distribuição São Paulo para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012 e aquelas utilizadas pela FUNCESP administradora do plano de benefícios para fins de atendimento às Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar e tende a ser eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano. A taxa de desconto real aplicada pela FUNCESP é de 4,81% a.a. em 31 de dezembro de 2020 (5,22% a.a. em 31 de dezembro de 2019), enquanto a utilizada pela Companhia é de 3,10% a.a. (3,20% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Benefício de pagamento de multa do FGTS - Programa de incentivo a aposentadoria (PIA)

A controlada Enel Distribuição São Paulo mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria - PIA assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do fundo de garantia por tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao aviso prévio do empregado e demais benefícios, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

O programa de incentivo à aposentadoria (PIA) está previsto no acordo coletivo de trabalho vigente (até 2022), e vem sendo praticado pela controlada Enel Distribuição São Paulo desde 2010. Cabe destacar que o oferecimento do programa aos colaboradores ocorre anualmente (conforme previsto em acordo coletivo vigente) e as regras de elegibilidade, benefícios e pagamento da multa de 40% do FGTS na aposentadoria aos elegíveis estão previstos em acordo coletivo.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Obrigações com benefícios pós-emprego</u>										
Valor presente das obrigações atuariais	1.642.975	1.566.191	1.412.549	1.364.639	855.918	851.010	14.575.895	15.221.632	18.487.337	19.003.472
Valor justo dos ativos do plano	(1.052.729)	(1.104.916)	(1.377.248)	(1.467.833)	(583.979)	(634.031)	(7.878.743)	(9.226.851)	(10.892.699)	(12.433.631)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	-	-	76.626	200.251	-	-	-	-	76.626	200.251
Efeito do reconhecimento de dívidas contratadas	-	1.947	-	-	-	-	-	-	-	1.947
Obrigação registrada com benefícios pós-emprego	590.246	463.222	111.927	97.057	271.939	216.979	6.697.152	5.994.781	7.671.264	6.772.039
Circulante	-	-	1.530	2.284	-	21.440	8.735	12.358	10.265	36.082
Não circulante	590.246	463.222	110.397	94.773	271.939	195.539	6.688.417	5.982.423	7.660.999	6.735.957

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Valor presente da obrigação atuarial no início do período	1.566.191	1.340.378	1.364.639	1.195.169	851.010	700.832	15.221.632	12.615.448	19.003.472	15.851.827
Custo dos serviços correntes	2.704	1.830	1.324	1.525	1.363	1.457	16.300	29.187	21.691	33.999
Custo dos serviços passados	-	(3.980)	-	(5.751)	-	(4.740)	(98.621)	(17.027)	(98.621)	(31.498)
Liquidação por Migração do plano	-	-	-	-	-	-	(3.440.525)	-	(3.440.525)	-
Custo dos juros	108.541	113.757	96.536	102.978	58.706	60.460	1.102.274	1.085.114	1.366.057	1.362.309
Contribuições dos empregados	154	26	1.612	1.913	-	-	2.250	7.109	4.016	9.048
Benefícios pagos	(118.737)	(118.263)	(91.901)	(89.683)	(55.262)	(58.121)	(1.201.637)	(1.152.050)	(1.467.537)	(1.418.117)
Ganho atuarial gerado pela taxa de desconto	84.122	232.443	40.339	158.488	101	151.122	2.974.222	2.653.851	3.098.784	3.195.904
Valor presente da obrigação atuarial ao final do período	1.642.975	1.566.191	1.412.549	1.364.639	855.918	851.010	14.575.895	15.221.632	18.487.337	19.003.472

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Valor justo dos ativos do plano no início do período	1.104.916	933.966	1.467.833	1.163.874	634.031	508.716	9.226.851	8.708.781	12.433.631	11.315.337
Rendimento esperado dos ativos do plano	78.393	81.790	105.625	101.965	44.358	45.159	670.479	760.963	898.855	989.877
Contribuições dos empregados	154	26	1.612	1.913	-	-	2.250	7.109	4.016	9.048
Contribuições do empregador	69.345	73.926	8.297	18.385	25.551	39.578	578.598	345.467	681.791	477.356
Contribuições do empregador por migração do plano	-	-	-	-	-	-	918.123	-	918.123	-
Benefícios pagos	(118.737)	(118.263)	(91.901)	(89.683)	(55.262)	(58.121)	(1.201.637)	(1.152.050)	(1.467.537)	(1.418.117)
Redução de ativos por Migração do plano	-	-	-	-	-	-	(3.079.925)	-	(3.079.925)	-
(Perdas) ganhos atuariais sobre os ativos do plano	(81.342)	133.471	(114.218)	271.379	(64.699)	98.699	764.004	556.581	503.745	1.060.130
Valor justo dos ativos do plano ao final do período	1.052.729	1.104.916	1.377.248	1.467.833	583.979	634.031	7.878.743	9.226.851	10.892.699	12.433.631

Movimentação do passivo atuarial registrado

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo do início do período	463.222	429.974	97.057	114.479	216.979	192.116	5.994.781	3.906.666	6.772.039	4.643.235
Custo dos serviços correntes	2.704	1.830	1.324	1.525	1.363	1.457	16.300	29.187	21.691	33.999
Custos do serviço passado	-	(3.980)	-	(5.751)	-	(4.740)	(98.621)	(17.027)	(98.621)	(31.498)
Efeito da Migração de plano	-	-	-	-	-	-	(360.600)	-	(360.600)	-
Custo do Juros líquidos	30.148	31.967	6.066	8.960	14.348	15.301	431.795	324.151	482.357	380.379
Contribuições do empregador	(69.345)	(73.926)	(8.297)	(18.385)	(25.551)	(39.578)	(578.598)	(345.467)	(681.791)	(477.356)
Contribuições do empregador por migração do plano	-	-	-	-	-	-	(918.123)	-	(918.123)	-
Ajustes de avaliação atuarial	163.517	77.357	15.777	(3.771)	64.800	52.423	2.210.218	2.097.271	2.454.312	2.223.280
Saldo do final do período	590.246	463.222	111.927	97.057	271.939	216.979	6.697.152	5.994.781	7.671.264	6.772.039

Circulante
Não Circulante

10.265 36.082
7.660.999 6.735.957

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custo dos serviços correntes	2.704	1.830	1.324	1.525	1.363	1.457	16.300	29.187	21.691	33.999
Custo dos serviços passados	-	(3.980)	-	(5.751)	-	(4.740)	(98.621)	(17.027)	(98.621)	(31.498)
Efeito da Migração de plano	-	-	-	-	-	-	(360.600)	-	(360.600)	-
Outras contribuições - Contribuição definida	-	-	-	-	-	-	4.920	4.468	4.920	4.468
Custo do serviço líquido	2.704	(2.150)	1.324	(4.226)	1.363	(3.283)	(438.001)	16.628	(432.610)	6.969
Juros sobre a obrigação atuarial	108.541	113.757	96.536	102.979	58.706	60.460	1.102.274	1.085.114	1.366.057	1.362.310
Rendimento esperado dos ativos no ano	(78.393)	(81.790)	(105.625)	(101.965)	(44.358)	(45.159)	(670.479)	(760.963)	(898.855)	(989.877)
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	-	-	15.155	7.947	-	-	-	-	15.155	7.947
Juros líquidos sobre o passivo	30.148	31.967	6.066	8.961	14.348	15.301	431.795	324.151	482.357	380.380
Total de despesas	32.852	29.817	7.390	4.735	15.711	12.018	(6.206)	340.779	49.747	387.349

Valor que cada categoria principal de ativos do plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Renda fixa	720.104	857.168	1.133.407	1.219.811	473.150	508.849	6.892.521	7.704.421	9.219.182	10.290.249
Renda variável	223.057	126.892	98.885	80.714	70.754	61.319	678.226	1.023.258	1.070.922	1.292.183
Investimentos imobiliários	100.158	107.250	116.554	127.434	15.583	18.572	91.779	234.362	324.074	487.618
Outros	9.410	13.606	28.402	39.874	24.492	45.291	216.217	264.810	278.521	363.581
Total do valor justo dos ativos do plano	1.052.729	1.104.916	1.377.248	1.467.833	583.979	634.031	7.878.743	9.226.851	10.892.699	12.433.631

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do efeito de teto de ativo de benefício definido

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do	1.947	23.563	200.251	83.184	202.198	106.747
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	-	-	15.155	7.947	15.155	7.947
Variação no teto de ativo não reconhecido no exercício	(1.947)	(21.617)	(138.780)	109.120	(140.727)	87.503
Efeito do teto de ativo não reconhecido ao final do exercício	-	1.946	76.626	200.251	76.626	202.197

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Perdas (ganhos) atuárias decorrentes:										
Mudanças nas premissas demográficas	3.144	-	8.360	-	56.402	2.894	(836)	(69.638)	67.070	(66.744)
Mudanças nas premissas financeiras	16.080	182.431	8.993	196.403	(15.872)	150.858	133.374	2.094.452	142.575	2.624.144
Ajustes com base na experiência	64.898	50.012	22.986	(37.915)	(40.429)	(2.630)	2.841.684	629.037	2.889.139	638.504
	84.122	232.443	40.339	158.488	101	151.122	2.974.222	2.653.851	3.098.784	3.195.904
Perdas (ganhos) sobre o ativo atuarial	81.342	(133.470)	114.218	(271.379)	64.699	(98.699)	(764.004)	(556.581)	(503.746)	(1.060.129)
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	-	-	(138.780)	109.119	-	-	-	-	(138.780)	109.119
Variação no ajuste para reconhecimento de dívida	(1.947)	(21.617)	-	-	-	-	-	-	(1.947)	(21.617)
Total de outros resultados abrangentes no exercício	163.517	77.356	15.777	(3.772)	64.800	52.423	2.210.218	2.097.270	2.454.311	2.223.277

Premissas biométricas adotadas

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo em 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas a seguir, em valores nominais:

Controlada Enel Distribuição Rio

Principais premissas atuárias	Planos BD	Planos CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	7,12%	7,28%	7,07%	6,81%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	7,12%	7,28%	N/A	N/A
Taxa do crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina	N/A

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada Enel Distribuição Ceará

Principais premissas atuariais	Planos BD	Planos CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	7,33%	6,08%	7,33%	4,88%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	7,33%	6,08%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	N/A

Controlada Enel Distribuição Goiás

Principais premissas atuariais	Planos BD	Planos CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	7,28%	7,22%	7,95%	7,02%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	7,28%	7,22%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 (suavizada em 10%)			
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927 (suavizada em 50%)			
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85	MI-85	MI-85	N/A

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada Enel Distribuição São Paulo

Principais premissas atuariais	BD	FGTS
Taxa de desconto	7,22%	7,12%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	7,22%	N/A
Taxa do crescimento salarial	4,52%	4,52%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,00%	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 masculina agravada em 10%	AT-2000 masculina agravada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca suavizada em 30%	Light Fraca suavizada em 30%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina	N/A

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

34. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculados pela alíquota fiscal, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.245.315	3.119.749	2.360.681	2.153.155
Reversão dos juros sobre capital próprio	206.772	63.855	(28)	15.655
Alíquota nominal dos tributos (*)	34%	34%	34%	34%
	(493.686)	(1.082.425)	(802.385)	(737.395)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(56.873)	(90.756)	(127.303)	(167.191)
Incentivos fiscais	-	-	47.829	77.593
Ativo fiscal não constituído	-	-	-	(165.389)
Diferença de tributação entre Lucro Presumido e Lucro Real	-	-	8.760	-
Equivalência Patrimonial	727.650	1.227.090	-	-
Efeito das controladas no exterior (a)	-	-	86.574	-
Outros	19.251	7.892	10.487	61.415
Reversão de tributos diferidos passivos	-	-	-	2.180.943
Imposto de renda e contribuição social no resultado	196.342	61.801	(776.038)	1.249.976
Imposto de renda e contribuição social correntes	(27.427)	-	(599.317)	(561.715)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	223.769	61.801	(176.721)	1.811.691
Total	196.342	61.801	(776.038)	1.249.976
Alíquota Efetiva	13,5%	1,9%	-32,9%	57,6%

(*) O imposto de renda foi apurado à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre a parcela excedente ao lucro de R\$ 240, e a contribuição social a 9%.

(a) Refere-se às diferenças de tributos das jurisdições onde a Companhia opera em relação à alíquota fiscal doméstica de 34%.

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Controladora			
	Balanços patrimoniais		DRE e DRA	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
IR e CS sobre diferenças temporárias	527.920	304.151	223.769	61.801
Provisão para processos judiciais e outros	6.105	6.121	(16)	(118)
Prejuízo fiscal e base negativa	163.309	174.825	(11.516)	6.212
Provisão materiais e serviços	7.826	16	7.810	52.196
Variação cambial não realizadas	258.216	107.636	150.580	(1.420)
Provisão Serviços Compartilhados - Management Fee	88.290	-	88.290	18.454
Outras	4.174	15.553	(11.379)	(13.523)
Total	527.920	304.151	223.769	61.801

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			
	Balancos patrimoniais		DRE e DRA	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
IR e CS sobre diferenças temporárias	3.302.164	3.163.864	120.744	(274.257)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	360.539	337.295	23.244	(133.443)
Provisão para processos judiciais e outros	761.169	680.575	80.594	(485.592)
Provisão ganho/perda com instrumentos financeiros derivativos	(45.248)	(35.759)	(9.489)	5.277
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	2.047.931	1.789.313	258.618	297.879
Provisão materiais e serviços	45.277	17.372	27.905	(2.696)
Remuneração das imobilizações em curso	4.984	5.781	(797)	(797)
Diferença de taxa de depreciação/amortização	68.336	70.763	(2.427)	(2.235)
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	173.888	148.477	25.411	148.477
Tributos diferidos oriundos da incorporação	82.773	165.545	(82.772)	(115.008)
Variação cambial não realizada	258.216	1.649	256.567	7.453
Provisão transporte de energia	-	36.618	(36.618)	-
Provisão PDV	37.513	43.443	(5.930)	(15.779)
Mais valia	(384.032)	(420.717)	36.685	40.386
Provisão de benefício a empregados	(206.484)	266.093	(472.577)	(15.984)
Provisão Serviços Compartilhados - Management Fee	88.290	-	88.290	-
Arrendamento mercantil CPC 06 (R2)	7.052	2.852	4.200	(3.574)
Repactuação do GSF	(106.241)	-	(106.241)	-
Provisão postergação revisão tarifária	10.165	-	10.165	-
Adoção inicial CPC 47	2.172	-	2.172	-
Outras	95.864	54.564	23.744	1.379
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	(1.094.945)	(874.304)	(220.641)	2.085.948
Ativo indenizável	(955.945)	(769.373)	(186.572)	(145.444)
Correção monetária especial (CME) e complementar (CMC)	(33.960)	(43.732)	9.772	3.586
PPA Enel Distribuição Goiás (Purchase Price Allocation)	(391.460)	(407.223)	15.763	15.762
PPA Enel Distribuição São Paulo (Purchase Price Allocation)	360.991	381.560	(20.569)	2.206.779
Diferido perdas de bens	1.805	1.805	-	-
Custo atribuído	(8.209)	(21.071)	12.862	12.860
Atualização monetária de depósitos judiciais	(43.630)	(53.989)	10.359	(3.392)
Atualização RBO - Retorno da bonificação de outorga	(58.891)	-	(58.891)	-
Estorno de variação cambial sobre ativo imobilizado	34.354	37.719	(3.365)	(4.203)
Efeito no resultado do exercício	2.207.219	2.289.560	(99.897)	1.811.691
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	2.692.585	1.876.783	853.359	719.797
Plano de pensão	2.717.136	1.882.668	834.468	755.914
Instrumentos financeiros derivativos	(24.000)	1.392	12.165	(21.320)
CPC 48	(551)	(801)	250	-
Variação cambial	-	(6.476)	6.476	518
Outros	-	-	-	(15.315)
Total	4.899.804	4.166.343	753.462	2.531.488
Ativo diferido	6.960.941	4.237.021		
Passivo diferido	(2.061.137)	(70.678)		

Com base no estudo técnico e geração de lucros tributários futuros e estimativas de Administração, para o exercício findo de 31 de dezembro de 2020, a realização dos tributos diferidos ativos será distribuída nos seguintes exercícios:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controlada	Consolidado
2021	207.594	586.972
2022	166.582	568.141
2023	72.039	1.780.463
2024	77.771	304.597
2025 a 2027	3.828	703.007
2027 a 2030	106	956.624
	527.920	4.899.804

O efeito dos tributos diferidos na demonstração do resultado do exercício englobam, além da movimentação dos tributos diferidos de R\$ 99.897, o efeito da amortização do Benefício fiscal das incorporações de R\$ 76.824 (vide nota 13).

35. Receita líquida

A composição do fornecimento de energia elétrica é como segue:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nº de consumidores (*)		Mwh		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecimento - faturado						
Residencial	15.380.383	14.699.818	31.807.416	30.848.522	21.794.653	21.616.011
Industrial	43.415	44.733	3.734.520	4.612.808	2.794.867	3.208.708
Comercial	925.885	946.866	13.628.471	16.733.444	9.902.709	11.843.719
Rural	853.323	851.327	3.047.076	2.968.079	1.577.635	1.451.677
Poder Público	82.638	79.312	2.267.346	2.858.129	1.616.663	1.918.738
Iluminação Pública	16.064	16.435	2.528.963	2.605.661	1.106.356	1.214.769
Serviço Público	11.745	10.155	1.402.505	1.480.842	931.423	920.816
Suprimento e Revenda	33	35	516.168	513.616	152.010	146.480
Transferência para atividades de distribuição	-	-	-	-	(9.175.538)	(8.770.500)
Fornecimento - faturado (a)	17.313.486	16.648.681	58.932.465	62.621.101	30.700.778	33.550.418
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	916.041	691.345
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	-	-	(167.959)	-
Outras Receitas						
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	2.237.520	1.694.757
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	3.378	2.694	15.467.108	18.745.994	1.533.018	235.744
Disponibilidade da rede elétrica (b)	-	-	-	-	10.940.322	11.400.914
Disponibilização da rede de transmissão (RAP)	-	-	-	-	180.647	299.837
Disponibilização da rede de transmissão com partes relacionadas	-	-	-	-	9.445	643
Receita de construção (c)	-	-	-	-	4.169.023	3.036.917
Valores a receber (devolver) da Parcela A e outros itens financeiros (d)	-	-	-	-	2.235.172	284.853
Gestão dos ativos de geração - GAG	-	-	-	-	193.914	185.533
Atualização do bônus de concessão	-	-	-	-	64.770	57.106
Amortização do bônus de concessão	-	-	-	-	(51.895)	(50.295)
Energia elétrica de curto prazo (e)	-	-	-	-	159.215	260.022
Venda de energia excedente	-	-	-	-	32.957	203.282
Subvenção Baixa Renda	-	-	-	-	407.364	264.124
Subvenção CDE - desconto tarifário	-	-	-	-	1.299.024	1.192.653
Outras receitas (f)	-	-	-	-	633.216	487.727
Receita operacional bruta	17.316.864	16.651.375	74.399.573	81.367.095	55.492.572	53.795.580
(-) Deduções da receita						
ICMS (g)	-	-	-	-	(10.141.755)	(10.161.778)
PIS (g)	-	-	-	-	(817.895)	(844.697)
COFINS (g)	-	-	-	-	(3.794.939)	(3.884.783)
ISS (g)	-	-	-	-	(15.821)	(10.617)
RGR - Quota para reserva global de reversão	-	-	-	-	(3.841)	(18.131)
CDE	-	-	-	-	(4.041.484)	(4.792.616)
P&D e eficiência energética	-	-	-	-	(320.701)	(309.694)
Compensação financeira utilização de recursos hídricos	-	-	-	-	(19.364)	(13.689)
Taxa de Fiscalização	-	-	-	-	(45.480)	(44.531)
Outros impostos e contribuições sobre a Receita	-	-	-	-	(555)	(3.295)
Total de deduções de receita	-	-	-	-	(19.201.835)	(20.083.831)
Total	17.316.864	16.651.375	74.399.573	81.367.095	36.290.737	33.711.749

(*) Não auditado pelos auditores independentes

- (a) Receita de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica: Os serviços de distribuição de energia elétrica estão suportados pelos contratos de adesão (consumidores de baixa tensão) e contratos de compra de energia regulada para consumidores de média e alta tensão. A medição é realizada conforme calendário de leitura estabelecido pela Companhia e o cumprimento da obrigação de desempenho se dá através da entrega de energia elétrica, ocorrida em um determinado período. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita registrada pelo valor justo da contraprestação a ser recebida no momento em que as faturas são emitidas, utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL. Com a finalidade de adequar o consumo ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.
- (b) Receita de disponibilidade da rede elétrica - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD): A Companhia reconhece a receita pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos) e o valor justo da contraprestação é calculada conforme tarifa de uso do sistema (TUSD), a qual é definida pela ANEEL. Essa receita é constituída pela compensação dos custos relativos ao uso do sistema de distribuição que estão inseridos na TUSD. A receita pela disponibilidade da rede elétrica é registrada de forma líquida das compensações pagas aos consumidores, relativas aos indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. Tais indicadores refletem a qualidade da infraestrutura da

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

rede de energia elétrica de distribuição prestada aos clientes (livre e cativo). Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, caracterizando uma contraprestação variável. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência

Subvenção de recursos da CDE: Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela CCEE.

- (c) Receita de construção: As entidades abrangidas dentro do escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem registrar a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes. Os custos da construção da infraestrutura efetuados pela Companhia são confiavelmente mensurados. Portanto, as receitas e as despesas correspondentes a esses serviços de construção são reconhecidas na medida em que são incorridas, uma vez que a Companhia possui o direito executável pela obrigação de desempenho concluída até a data do balanço. A perda esperada nos contratos de construção é reconhecida imediatamente como despesa.
A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Entretanto, considerando que o modelo regulatório vigente, não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas através de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura dos serviços de distribuição de energia elétrica, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.
- (d) Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros: Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização.
- (e) Energia elétrica de curto prazo: A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação, de acordo com o montante de energia não distribuída no mês e comercializada no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica. A energia contratada e não distribuída pela Companhia é vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).
- (f) Outras receitas: A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, podendo ser inerentes ao serviço de distribuição, tais como serviços cobráveis, ou atividades acessórias, como arrecadação de convênios. O reconhecimento de receitas é registrado conforme contrato entre as partes e cumprimento da obrigação de desempenho com o cliente, cujas tarifas podem ser acordadas entre as partes dependendo da natureza do serviço ou homologadas pela ANEEL.
- (g) Impostos sobre vendas: As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:
- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60% sobre a venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
 - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - O ICMS é aplicado de acordo com a classe de consumidores. As principais classes são tributadas pelas seguintes alíquotas: 18% para as classes comercial e industrial; e isento para a classe residencial com consumo até 90kv, 12% para consumo entre 91kv a 200kv e de 25% para consumo acima de 201kv;
 - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – Entre 2% a 5% incidente sobre a prestação de serviços onde o imposto é devido no estabelecimento prestador. Nos casos em que o imposto é devido no local da execução, deverá se aplicar a alíquota correspondente no respectivo município.
- Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

36. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal e Administradores	(41.314)	-	(41.314)	(34.771)	-	(34.771)
Material	(292)	-	(292)	(160)	-	(160)
Serviços de terceiros	(31.829)	-	(31.829)	(39.473)	-	(39.473)
Depreciação e amortização	(1.412)	-	(1.412)	(1.027)	-	(1.027)
Amortização e reversão do ágio oriundo da incorporação	(19.163)	-	(19.163)	(17.138)	-	(17.138)
Provisão para processos judiciais e outros	(284)	-	(284)	(1.002)	-	(1.002)
Arrendamentos e aluguéis	456	-	456	-	-	-
Outras (despesas)/receitas operacionais	(142.547)	(96)	(142.643)	(152.465)	386	(152.079)
Total	(236.385)	(96)	(236.481)	(246.036)	386	(245.650)

	Consolidado											
	31/12/2020					31/12/2019						
	Custos dos Serviços	Despesas com Vendas	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total	Custo do Serviço	Despesa de Vendas	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal e Administradores	(479.235)	(14.488)	-	(318.082)	-	(811.805)	(367.325)	(13.139)	-	(951.529)	-	(1.331.993)
Material	(168.690)	-	-	(11.922)	-	(180.612)	(71.556)	-	-	(63.325)	-	(134.881)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(220.831)	-	-	-	-	(220.831)	(240.751)	-	-	-	-	(240.751)
Serviços de terceiros	(1.934.896)	(20.214)	-	(387.589)	-	(2.342.699)	(1.308.262)	(17.329)	-	(735.734)	-	(2.061.325)
Energia elétrica comprada para revenda	(17.716.795)	-	-	-	-	(17.716.795)	(16.967.921)	-	-	-	-	(16.967.921)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(3.488.676)	-	-	-	-	(3.488.676)	(2.927.766)	-	-	-	-	(2.927.766)
Encargos dos serviços de sistema	(586.154)	-	-	-	-	(586.154)	(19.616)	-	-	-	-	(19.616)
(-) Ajustes referentes ao alívio retroativo (a)	167.652	-	-	-	-	167.652	-	-	-	-	-	-
Transporte de potência	(90.005)	-	-	-	-	(90.005)	(79.566)	-	-	-	-	(79.566)
Custos na desativação de bens	(93.491)	-	-	-	-	(93.491)	(49.946)	-	-	-	-	(49.946)
Depreciação e amortização	(1.725.095)	-	-	(201.168)	-	(1.926.263)	(1.126.439)	-	-	(938.385)	-	(2.064.824)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(553.034)	-	-	(553.034)	-	-	(334.084)	-	-	(334.084)
Perda de recebíveis de clientes	-	(191.100)	-	-	-	(191.100)	-	(116.249)	-	-	-	(116.249)
Recuperação de perdas (b)	-	13.882	-	-	-	13.882	-	-	-	-	-	-
Custo de construção	(4.169.023)	-	-	-	-	(4.169.023)	(2.306.165)	-	-	(730.752)	-	(3.036.917)
Provisão para processos judiciais e outros	(10.032)	-	-	(168.905)	-	(178.937)	-	-	-	(208.387)	-	(208.387)
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	-	-	-	(74.738)	-	(74.738)	-	-	-	(436.698)	-	(436.698)
Amortização e reversão do ágio oriundo da incorporação	-	-	-	(19.163)	-	(19.163)	-	-	-	(17.138)	-	(17.138)
Receita de multas por impuntualidade de clientes	-	-	-	-	264.378	264.378	-	-	-	-	290.971	290.971
Ressarcimento de encargos serviços do sistema	164.583	-	-	-	-	164.583	14.218	-	-	-	-	14.218
Arrendamentos e aluguéis	(18.666)	-	-	456	-	(18.210)	-	-	-	-	(11.129)	(11.129)
Seguros	(2.279)	-	-	(14.324)	(7.663)	(24.266)	-	-	-	-	(4.739)	(4.739)
Outras receitas (despesas) operacionais	52.824	255	-	(431.470)	88.700	(289.691)	(52.417)	62	-	(200.654)	(158.119)	(411.128)
Total	(30.318.809)	(211.665)	(553.034)	(1.626.905)	345.415	(32.364.998)	(25.503.512)	(146.655)	(4.282.602)	116.984	(30.149.869)	

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) O ativo financeiro retroativo ocorre quando há sobras de recursos do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS. Os valores são calculados e repassados nas liquidações financeiras pela CCEE.
- (b) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Controlada Enel Distribuição Rio efetuou levantamento de precatório judicial no valor total de R\$24.789, sendo principal de R\$13.882, multa de R\$3.493 e atualização de R\$7.504. A origem desse montante é relacionada a precatórios do ano de 1994. A contrapartida relacionada ao caixa recebido é segregada entre recuperação de perdas (principal), outras receitas operacionais (multa) e despesas financeiras (atualização financeira).

37. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita financeira				
Renda de aplicações financeiras	21.038	17.987	86.244	140.916
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	-	-	337.250	205.787
Encargos sobre empréstimos com partes relacionadas	76.258	460.527	-	-
Variação monetária Parcela A e outros itens Financeiros	-	-	56.163	166.870
Receita financeira - Ativo indenizável (IFRIC12)	-	-	524.767	300.492
Atualização de depósitos judiciais	98	-	36.925	33.756
Instrumentos financeiros derivativos	-	96.227	985.772	778.421
Variação cambial ativa	59.234	381.706	96.541	631.488
Variações monetárias diversas	-	-	170.957	234.064
Atualização de créditos tributários	-	-	8.173	79.655
Fiança bancária	19.058	8.264	19.058	8.264
Ganho disputa judicial - Furnas	-	-	-	103.625
Subvenções governamentais	-	-	3.273	4.083
Outras receitas financeiras	5.526	1.339	21.057	56.414
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(27.820)	(28.660)	(77.272)	(53.841)
Total da receita financeira	153.392	937.390	2.268.908	2.689.994
Despesa financeira				
Variações monetárias - Dívidas	-	-	(126.117)	(50.867)
Variações monetárias - Outros despesas	-	-	(107.287)	(61.007)
Encargos de dívidas (a)	(109.523)	(592.624)	(584.884)	(938.966)
Amortização do custo de transação	-	(10.446)	(17.058)	(39.620)
Atualização de impostos e multas	(300)	-	(14.244)	(22.737)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (b) (c)	(127)	(93)	(365.159)	(171.745)
Benefícios pós emprego e outros benefícios	-	-	(482.435)	(380.486)
Juros debêntures	-	-	-	(401.022)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(114.473)	(645.833)
Encargos - P&D/PEE	-	-	(23.620)	(32.150)
Encargos com vendas de recebíveis	-	-	(167)	(13.486)
Variação monetária dos valores a devolver de Parcela A e outros itens	-	-	-	(13.409)
Atualização acordo Eletrobrás	-	-	(45.737)	(99.914)
Atualização financeira GSF	-	-	(109.734)	(33.831)
Cartas de fiança e seguros garantia	(3.455)	-	(92.476)	(50.505)
IOF e IOC	(19.142)	(124.312)	(25.342)	(131.257)
Juros de arrendamentos	(44)	-	(25.737)	-
Variação cambial passiva - Dívida (d)	(439.173)	(58.713)	(1.348.534)	(176.321)
Variação cambial passiva - Outros	(234.320)	(385.264)	(289.186)	(690.359)
Subvenções governamentais	-	-	(3.273)	(4.083)
Outras despesas financeiras	(5.660)	(9.627)	(58.503)	(141.121)
Total da despesa financeira	(811.744)	(1.181.079)	(3.833.966)	(4.098.719)
Total do resultado financeiro	(658.352)	(243.689)	(1.565.058)	(1.408.725)

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) A variação negativa é decorrente da diminuição do Notional em face de pagamentos relevantes ocorridos ao longo de 2019, dentre as quais vale ressaltar os pagamentos no montante de R\$9.400.000 e R\$9.300.000 que a Enel Brasil realizou para a Enel Finance International e o Banco Itaú (NP 2ª Emissão - 1ª e 2ª Série), respectivamente.
- (b) A variação nos períodos apresentados decorre principalmente de atualização e juros referentes à um processo em que se discute o efeito do aumento das tarifas no período do congelamento de preços estabelecido pelo Governo na década de 80, na Enel Distribuição Rio. O caso já se encontra em liquidação de sentença transitada em julgado, que determinou a devolução de valores eventualmente pagos a maior até os dias atuais. A Companhia defendeu a tese de que, a partir de novembro de 1986, não houve cobrança a maior (efeito cascata), de forma que o valor a ser restituído a partir dessa data é igual a zero. Na primeira instância, os argumentos da Companhia foram acolhidos e a sentença limitou o valor devido entre o período compreendido entre março e novembro de 1986. Em segunda instância, todavia, houve o reconhecimento do efeito cascata, abrangendo o período após novembro de 1986. Por essa razão, foram realizados novos cálculos e, conseqüentemente, a provisão foi ajustada. A parcela correspondente à atualização e juros foi registrada como despesa financeira.
- (c) A Enel Distribuição Rio sofreu execução fiscal originada de auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 2003 para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro de 2001 a março de 2002. O provisionamento da referida execução fiscal, ocasionou o reconhecimento de atualização financeira em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$179.662.
- (d) Aumento das despesas financeiras em função dos efeitos da variação cambial sobre a dívida em moeda estrangeira que representa 64% da dívida total da Companhia. Esta variação é decorrente da depreciação do Real frente ao Dólar (R\$4,03 em 2019 e R\$5,19 em 2020) ocorrido no período.

38. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço do Grupo estão segurados por uma apólice de Risco Operacional válida com um limite máximo de indenização combinado de Danos Materiais e Lucros Cessantes no montante de R\$6.760.700 para todas as subsidiárias da Companhia no Brasil.

O Grupo também contrata um seguro de Responsabilidade Civil que faz parte do programa de seguros corporativos, cujo limite máximo de garantia por sinistro é de R\$115.588.

Ambos os programas têm validade no período compreendido entre 1 de novembro de 2020 e 31 de outubro de 2021.

39. Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes ocorridos entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras do Grupo Enel no Brasil e a data na qual tais demonstrações financeiras foram aprovadas estão evidenciados a seguir:

Ampla Energia e Serviços S.A.

A Controlada Enel distribuição Rio contratou, em 28 de janeiro de 2021, duas operações na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) com o banco Scotiabank nos montantes de R\$ 199.999 e R\$ 119.999 para desembolso em 01 e 26 de fevereiro de 2021, respectivamente. Os contratos possuem uma taxa fixa de 1,393% a.a. e vencimento para 03 e 26 de fevereiro de 2025. Para mitigar o risco dessa operação à variação cambial foi contratada simultaneamente operações

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de swap, trocando os valores e taxa pactuados em dólares por valores em reais com um custo de CDI + 0,80% a.a.

Nos dias 7 e 29 de janeiro de 2020, a Companhia efetuou pagamento no montante total de R\$ 260.581 (principal de R\$ 257.638 e juros de R\$ 2.943), relativo aos mútuos com sua controladora Enel Brasil que vinham sendo renovados desde 2015. Esses mútuos foram parcialmente refinanciados com novo empréstimo junto a Enel Finance (EFI) contraído em dezembro de 2020.

CELG Distribuição S.A. - CELG D

A controlada Enel Distribuição Goiás, celebrou, em 07 e 11 de janeiro de 2021, dois novos mútuos com a sua controladora Enel Brasil S.A. conforme determina os despachos nº. 2.979 de 11 de dezembro de 2018, nº 307 de 4 de fevereiro de 2019 e nº 1.923 de 2020, no montante de R\$ 203.825 com vencimento em 06 e 10 de janeiro de 2025 a uma taxa de CDI + 1,70 a.a. Estes instrumentos estão sujeitos a alíquota de IOF limitada em 1,8765% com pagamento antecipado no momento do desembolso de um montante total de R\$ 4.590.

Em 12 de fevereiro de 2021 a controlada Enel Distribuição Goiás obteve seu registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o código CVM nº 25.577.

Companhia Energética do Ceará

Tendo em vista a necessidade de capital de giro para o início de 2021 e se valendo da alta liquidez do mercado para operações em dólar, a Companhia contratou, em 23 de dezembro de 2020, uma operação na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) com o banco Scotiabank no montante de R\$ 299.999 para desembolso em 06 de janeiro de 2021. O contrato possui uma taxa fixa de 1,23% a.a. e vencimento para 06 de janeiro de 2023. Para mitigar o risco dessa operação à variação cambial foi contratada simultaneamente uma operação de swap, trocando os valores e taxa pactuados em dólares por valores em reais com um custo de CDI + 0,80% a.a.